

POLÍTICAS PÚBLICAS SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (VOL.2)

Organização

Jaqueline Carvalho Quadrado

Monique Soares Vieira

Edson Romario Monteiro Paniagua

Ewerton da Silva Ferreira



POLÍTICAS PÚBLICAS SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (VOL.II)

Organização

Jaqueline Carvalho Quadrado

Monique Soares Vieira

Edson Romario Monteiro Paniagua

Ewerton da Silva Ferreira

POLÍTICAS PÚBLICAS SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (VOL.II)

Organização

Jaqueline Carvalho Quadrado

Monique Soares Vieira

Edson Romario Monteiro Paniagua

Ewerton da Silva Ferreira



FICHA TÉCNICA

POLÍTICAS PÚBLICAS SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (VOL.II)

Reitor:

Edward Frederico Castro Pessano

Vice-Reitora:

Francéli Brizola

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Fabio Gallas Leivas

Diretor do Campus:

Valmor Rodhen

Coordenador Acadêmico:

Thiago da Silva Sampaio

Coordenador Administrativo:

Gustavo de Carvalho Luiz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Políticas públicas sob uma perspectiva
interdisciplinar [livro eletrônico] :
vol. II / organização Jaqueline Carvalho
Quadrado...[et al.]. -- 1. ed. -- São Borja, RS :
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, 2026.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Monique Soares Vieira,
Edson Romario Monteiro Paniagua, Ewerton da Silva
Ferreira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-83164-17-9

1. Assistência social - Brasil - Políticas
públicas 2. Interdisciplinaridade 3. Mudanças
sociais 4. Políticas públicas 5. Sociedade
I. Quadrado, Jaqueline Carvalho. II. Vieira,
Monique Soares. III. Paniagua, Edson Romario
Monteiro. IV. Ferreira, Ewerton da Silva.

26-356227.0

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas e práticas sociais 361.61

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Livro financiado por meio de verba captada via Edital AGP/ 2025 -Apoio aos Grupos de Pesquisa-PROPI-
UNIPAMPA

Direitos desta edição cedidos à Universidade Federal do Pampa:

Rua Vereador Alberto Benevenuto, 3200 | Bairro Passo |
São Borja, RS, Brasil | CEP: 97670-000 | Tel.: +55 (55) 3430-9850
<https://unipampa.edu.br/faleconosco.unipampa@edu.br>

O conteúdo dos capítulos é de exclusiva responsabilidade dos(as) seus respectivos(as) autores(as).

Conselho Editorial

Prof. Dr. Jorge Elias Dolzan
UFSC

Msc. Renata Thais Segala Dolzan
UFSC

Marcos André de Siqueira
UFPR

Jornalista Patrícia Blümel
Tuiuti

Paula Franco Batista
Universidad Europea del Atlantico e Escuela Internacional de Criminologia - Espanha

Maria Cristina Teixeira
Universidade Tuiuti do Paraná e Universidade de Franca

Romano Navarro Gabardo
Univille

Elisete Poncio Aires
Universidade Tuiuti do Paraná

Conselho Internacional

Michele Montanucci
Università per Stranieri Perugia

Francesca Malorgio
Università di Bologna

Laura Malorgio
Università di Bologna

Alina Piolanti
Università di Bologna

MOTIVO

Eu canto porque o instante existe
e a minha vida está completa.
Não sou alegre nem sou triste:
sou poeta.
Irmão das coisas fugidias,
não sinto gozo nem tormento.
Atravesso noites e dias
no vento.
Se desmorono ou se edifico,
se permaneço ou me desfaço,
— não sei, não sei. Não sei se fico
ou passo.
Sei que canto. E a canção é tudo.
Tem sangue eterno a asa ritmada.
E um dia sei que estarei mudo:
— mais nada.

Cecília Meireles

APRESENTAÇÃO

O presente ebook é uma publicação do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/CNPq) e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Violência, Gênero e Sexualidade – ATENA, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGCH) da Universidade Federal do Pampa - Unipampa – campus São Borja/RS – Brasil, tendo como centralidade as **“Políticas Públicas Sob Uma Perspectiva Interdisciplinar”**.

O Campus São Borja/RS está fortemente marcado pela presença dos cursos de graduação concentrados em duas grandes áreas: nas Ciências Sociais Aplicadas, os Cursos de Comunicação, de Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Serviço Social e Direito; nas Ciências Humanas, os Cursos de Ciências Sociais e Ciência Política. Essa característica dos cursos que foram se constituindo desde o ano de 2006, quando o campus iniciou suas atividades, foi imprimindo diálogos interdisciplinares em um conjunto de ações de ensino, pesquisa, ensino e extensão ao longo desses 19 anos. Essa dimensão conduziu na direção de Programas “*Stricto Sensu*”, Mestrado e Doutorado Profissional em Políticas Públicas e o Mestrado Profissional em Ciências Humanas, onde a interdisciplinaridade se apresenta como necessária para o primeiro programa e sendo a sua essência para o segundo. A interdisciplinaridade, por sua vez, não desconsidera a disciplinaridade, ao contrário, busca fortalecê-la. As trocas de conhecimentos teóricos e metodológicos, proporcionada por esse ambiente, busca ampliar a compreensão das realidades e dos problemas e as suas complexidades.

Na presente obra, pesquisadores, assim como mestrandos e doutorandos, dessas duas grandes áreas do conhecimento dentro de seus campos disciplinares, buscam esse diálogo interdisciplinar. A obra está composta por treze artigos voltados para as políticas públicas. No eixo das políticas públicas de saúde tem-se: “*Corpos Femininos e Direitos Reprodutivos: A esterilização pelo Sistema Único de Saúde*” e “*PET-Saúde e Cidadania – Alinhamentos para Colaborações Interdisciplinares e Interprofissionais no Contexto do SUS Digital*”. No eixo políticas públicas de educação são os seguintes trabalhos: “*As Políticas*

de Acesso e Permanência no Ensino Superior: Um Estudo de Caso da Unipampa, São Borja/RS; *“Revisitar a Educação do Campo no Vale do Jaguari”*. *“Educação Escolar Quilombola: Um Direito Conquistado?”* *“Entre Línguas e Políticas: Reflexões Contemporâneas Sobre a Inclusão da Comunidade Surda no Cenário da América do Sul!*. Em política pública de acesso à informação com o trabalho; *“Acessibilidade de Portais de Prefeituras de Municípios do Pampa”*, Política Pública de Reforma Agrária se apresenta em: *“As Potencialidades e Desafios: Um Retrato do Assentamento Ibicuí a partir de Informações do Banco de dados do SIGRA”*. Política Pública de Cultura, em: *“Da cultura à política de cultura: entre memória e atualidade no Ministério da Cultura”*. Os trabalhos *“Cinema Como Fonte Oral: “O Palace Hotel de Ubá, Minas Gerais e Seu Cabdal Memorial”*, *“Desafios e Perspectivas para o desenvolvimento de ações extensionistas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Alegrete/RS”*, *“OEA (Operador Econômico Autorizado): Um estudo exploratório sobre o conceito e sua aplicação no Brasil e no exterior”* e *“Mammies, Hoochies e Jezebéis: imagens de controle nas telenovelas Brasileiras em tempos de polarização política”* dialogam de forma transversal com o conjunto das políticas públicas na presente obra. Por outro lado, os temas abordados, além do interesse acadêmico dos pesquisadores, perpassam um olhar agudo sobre diversos problemas contemporâneos da sociedade Brasileira, onde os recortes local, regional, nacional e internacional estão imbricados e relacionados. Desejamos boas leituras que possam inspirar a reflexão, a crítica e ações na de mais justiça e igualdade.

ORGANIZADORES

Jaqueline Carvalho Quadrado

Monique Soares Vieira

Edson Romario Monteiro Paniagua

Ewerton da Silva Ferreira

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Corpos Femininos e Direitos Reprodutivos: a Esterilização pelo Sistema Único de Saúde | 10 |
| Daiana Paim Vaz Jaqueline Carvalho Quadrado | |
| PET-Saúde e-Cidadania – Alinhamentos para Colaborações Interdisciplinares e Interprofissionais no Contexto do SUS Digital | 20 |
| Amanda Meincke Melo Aline Ost dos Santos Cenir Goncalves Tier Carla Pohl Sehn | |
| Da Cultura à Política de Cultura: Entre Memória e Atualidade no Ministério da Cultura | 32 |
| Paula Daniele Pavan | |
| OEA (Operador Econômico Autorizado): um Estudo Exploratório Sobre o Conceito e sua Aplicação no Brasil e no Exterior | 46 |
| Maurício Danski Domingos Sávio Campos de Azevedo | |
| Lidades e Desafios: Um retrato do assentamento Ibicuí a partir de informações do banco de dados do SIGRA | 57 |
| Alison Fernando Jeronymo Eduardo Vinicius Piccin Dalbianco Ronaldo Bernardino Colvero | |
| Revisitar a Educação do Campo no Vale do Jaguari | 69 |
| Viviane Balbé Barcelos Edson Romário M. Paniagua | |
| Educação Escolar Quilombola: um Direito Conquistado? | 80 |
| Simone Barros de Oliveira Patricia Krieger Grossi Ronaldo Bernardino Colvero | |

As Políticas de Acesso e Permanência no Ensino Superior: um Estudo de Caso na Unipampa, São Borja/RS 94

Pedro Luiz Pecoits Salaberry
Adriana Hartemink Cantini

Entre Línguas e Políticas: Reflexões Contemporâneas sobre a Inclusão da Comunidade Surda no Cenário da América do Sul 112

Keli Krause
Ana Carolina da Rosa Machado

Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de ações extensionistas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Alegrete/RS 124

Amanda Meincke Melo
Matheus Pinto da Fontoura
Magna Rodrigues Souza
Maria Jaqueline Alves Ramos

Cinema como Fonte Oral: o Palace Hotel de Ubá, Minas Gerais, e seu Cabdal Memorial 137

Matheus Furtado

Acessibilidade de Portais de Prefeituras de Municípios do Pampa Gaúcho 156

Julielen Arnoud Dorneles
Amanda Meincke Melo

Mammies, Hoochies e Jezebéis: imagens de controle nas telenovelas Brasileiras em tempos de polarização política 169

Denise Aristimunha de Lima
Merli Leal Silva

Corpos Femininos e Direitos Reprodutivos: a Esterilização pelo Sistema Único de Saúde

Daiana Paim Vaz¹

Jaqueline Carvalho Quadrado²

Introdução

O planejamento familiar, no contexto das políticas públicas Brasileiras de saúde, é um pilar fundamental dos direitos sexuais e reprodutivos, visando garantir a autonomia da cidadã sobre seu próprio corpo e destino reprodutivo. Dentro deste arcabouço, a esterilização voluntária feminina, majoritariamente realizada por meio de laqueadura tubária, figura como uma política pública de alto impacto, cujas implicações extrapolam o âmbito individual e se projetam sobre dimensões fundamentais do desenvolvimento social e econômico do país.

Apesar de seu reconhecimento legal como um direito, a pesquisa que se inicia sugere que as cidadãs Brasileiras enfrentam desafios significativos e persistentes ao buscar acesso a essa política. Tais obstáculos se manifestam em diversas esferas, incluindo a recusa médica por objeção de consciência (fundamentada em motivos religiosos e morais), a distorção na interpretação da Lei nº 9.263/1996, mesmo após as significativas alterações trazidas pela Lei nº 14.443/2022, e o desconhecimento dos requisitos básicos tanto por parte da população quanto dos próprios profissionais de saúde.

Diante desse cenário, o presente capítulo propõe-se a realizar uma análise abrangente da legislação Brasileira no contexto da esterilização voluntária. Nosso objetivo geral é verificar a aplicação efetiva da lei, estabelecendo uma comparação crítica entre as garantias teóricas(leis) estabelecidas e a utilização prática dessa política pública pelas mulheres. Para

1 Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do grupo de pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP. Bolsista do Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA). E-mail:-daianavaz.aluno@Unipampa.edu.br

2 Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jaquelinequadrado@Unipampa.edu.br. (0000-0002-5220-3710) - ORCID.

tanto, os objetivos específicos delineiam a rota da investigação: caracterizar o contexto dos direitos reprodutivos no Brasil, as mudanças de requisitos da Lei nº 14.443/22, explorando como a legislação assegura a esterilização voluntária, com foco nas inovações e retrocessos da lei vigente.

Ao buscar uma compreensão das barreiras que dificultam o acesso à esterilização voluntária, a investigação concentra-se na análise dos avanços e lacunas da lei que a consolida como política pública feminina. A relevância desta pesquisa é inequívoca, uma vez que a implementação eficaz da política de laqueadura não apenas influencia o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e o aprimoramento da escolarização feminina (resultados microsociais), mas também possui potencial para contribuir com resultados macroeconômicos, como a diminuição da pobreza, a melhoria nos índices de educação e a redução de transtornos mentais associados a gestações indesejadas.

Portanto, ao reconhecer a importância da laqueadura nos direitos sexuais e reprodutivos, o presente estudo busca oferecer *insights* para aprimorar políticas públicas, promover a igualdade de gênero e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento sustentável do país. O percurso analítico a seguir visa fornecer uma análise dos obstáculos e da efetividade da esterilização voluntária no Brasil.

Contexto dos direitos reprodutivos no Brasil

A saúde da mulher ganhou relevância no século XVIII, juntamente com a introdução na medicina da regulação de nascimentos e demografia, como parte do controle populacional impulsionado pelo crescimento vertiginoso do capitalismo. Segundo Vieira (2002) o corpo feminino foi incluído por meio de higiene e do aparecimento da ginecologia e obstetrícia, especialidades de prática clínica que se consolidaram no final do século XIX, atuando no sofrimento feminino.

No Brasil, a criação dos serviços médicos a partir da década de 1930, garantiu a sua expansão e a regulamentação com o surgimento a partir de 1933 dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), entidades de grande porte abrangendo os trabalhadores agrupados por ramos de atividades. Tais institutos foram o IAPTEC (para trabalhadores em transporte e cargas), IAPC (para os comerciários), IAPI (industriários), IAPB (bancários), IAPM (marítimos e portuários) e IPASE (servidores públicos). O modelo inicial da assistência médica não era universal e baseava-se nos vínculos trabalhistas. Tinham direito

aos benefícios somente trabalhadores que contribuíam para a Previdência, ou seja, aqueles “com carteira assinada” (Júnior, 2006), ou seja, que estavam atrelados à previdência social. Posteriormente em 1977, o governo criou o SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social por meio de Lei 6.439/77, sendo o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS a instituição que fazia parte do SINPAS. As políticas públicas para as mulheres, na primeira metade do século XX, eram focadas nas gestantes e puérperas³, à época com altas taxas de mortalidade infantil. Segundo o IBGE, a população Brasileira residente no país em 1950 era aproximadamente 51 milhões de pessoas.

A partir do início da segunda metade do século XX, a teoria do alto índice de natalidade é consequência da alta mortalidade e da baixa qualidade de vida da população. Com o crescimento populacional escalonado em países subdesenvolvidos, como era a realidade do Brasil, o investimento foi massivo na pesquisa de métodos anticoncepcionais. O desenvolvimento das técnicas de esterilização cirúrgica ocorreu a partir de 1960, antes disso a esterilização já era utilizada, mas ainda estava sendo aperfeiçoada e na maioria dos países, inclusive o Brasil, a anticoncepção cirúrgica definitiva não era popular e também não podia ser escolhida voluntariamente como contracepção.

No Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, período em que a ditadura militar governava o país, um número significativo de mulheres em idade reprodutiva começou a adotar a esterilização como forma de evitar filhos, em contexto histórico marcado pela ilegalidade e acusação moral dessa prática. O tema de controle de natalidade no território nacional, foi tratado pela ditadura militar de forma ambígua, a postura oficial unia preocupações pró-natalistas, sustentadas pela ideia de crescimento populacional visando à ocupação de territórios, com a tolerância à presença de organizações internacionais, como a Sociedade Civil do Bem Estar Familiar - BEMFAM, voltadas para a disseminação de métodos contraceptivos, e cujo discurso dominante era o da redução da população nos países periféricos como instrumento de combate à pobreza e à violência urbana. Conforme as informações disponíveis na literatura Brasileira, geralmente focam em relativizar a autonomia feminina na decisão sobre a reprodução, a hierarquia entre médicos e pacientes, e a excessiva medicalização do corpo feminino.

Segundo Vieira (2002), o excesso de medicalização, contribui para aumentar os índices de mortalidade materna, e fazendo o recorte da abordagem demográfica, a influência

3 Puerpério é o período pós-parto que começa logo após a expulsão da placenta e termina quando o corpo da mulher e as alterações hormonais e fisiológicas voltam ao estado de não gravidez. Acesso: <https://www.tuasaude.com/puerperio>

das políticas públicas no começo dos anos 1980. Durante o período governamental dos militares, as décadas de 1970 e 1980 são também marcadas pela forte mobilização do movimento feminista no Brasil e no mundo. O momento foi marcado por polêmicas internas ao próprio movimento, entre elas questões a respeito dos limites ao controle de natalidade em países periféricos como o nosso.

A partir de 1988, a constituição cidadã entrou em vigor, e no artigo 196 “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, o SUS foi criado com o objetivo de regulamentar as políticas de saúde. Com a CF vigente, novas leis foram implementadas, como a Lei N° 8.080/1990 que possibilita a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. No artigo 2° inciso I, diz que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Vinte anos depois, já na década de 1990, em atmosfera marcada pelo debate da saúde reprodutiva como direito humano fundamental, o Brasil adotará a Lei N° 9.263/1996 do Planejamento Familiar, pela qual a prática da esterilização voluntária (feminina e masculina) é nacionalmente regulamentada e o sistema público de saúde passa a oferecer esse serviço no quadro de uma política mais ampla de educação sexual e planejamento familiar.

As pesquisas demográficas no Brasil a partir dos anos 1990, têm acompanhado a introdução do planejamento familiar na qualidade da saúde das mulheres, a adoção e o acesso a diferentes métodos anticoncepcionais e diminuição da taxa de fecundidade, diversificada em diferentes faixas etárias em idade reprodutiva. Com a ampliação do acesso à saúde pública após a constituição de 1988, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres - PNAISM foi criada em 2004 com o intuito de oferecer cuidados completos para a saúde das mulheres, promovendo a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres Brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção e assistência e recuperação da saúde em todo o território Brasileiro, contribuição para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de

vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie, e amplia, qualifica e humaniza a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS).

Mudança de requisitos lei N° 14.443/22

As políticas públicas voltadas para o direito reprodutivo feminino voltaram à cena em 02/09/2022 com a aprovação da Lei N° 14.443/22, que alterou a lei anterior N° 9.263/96. Segundo o Diário Oficial da União (DOU) publicado em 05.09.2022, as alterações que passam a vigorar são: homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de 21 (vinte e um) anos de idade ou, pelo menos, com 2 (dois) filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, inclusive aconselhamento por equipe multidisciplinar, com vistas a desencorajar a esterilização precoce; a diminuição da idade mínima para 21 anos, a possibilidade de fazer o procedimento durante o parto e não ter mais a necessidade de autorização do cônjuge.

No mês de março de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento para definir a constitucionalidade da lei, a ação foi proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo exigida apenas a maioria civil de 18 anos junto ao sistema único de saúde (SUS) e privado. O critério mínimo foi defendido pelos ministros Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Votaram pela manutenção de todos os critérios os ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça e Luiz Fux. Faltando os votos de quatro ministros, a análise foi suspensa por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli e não há previsão de nova data para a continuação da votação.

Diversos portais de mídia digital noticiaram a votação do STF, com textos esclarecendo a lei da laqueadura e os dizeres dos ministros, assim como foram divulgadas matérias distorcendo a lei N° 14.443/22 que induz o leitor ao erro, informando erroneamente a necessidade de ter no mínimo dois filhos para estar apta à cirurgia de esterilização voluntária. Alguns portais de notícias como por exemplo a Gazeta do Povo, com o título de “Vasectomia e laqueadura aos 18 anos ameaçam previdência e ignoram possível arrependimento futuro”, publicou um texto tendencioso e focado nos pontos negativos, caso a idade mínima seja aprovada. Na reportagem, foram convidados o jurista e doutor em filosofia André Gonçalves, e o diretor executivo da organização focada em políticas

públicas familiar Rodolfo Canônico. Conforme o texto, a esterilização precoce aos 18 anos pode gerar consequências negativas no futuro social e econômico do país, sendo o déficit previdenciário e o envelhecimento da população consequência do incentivo à laqueadura na idade da maioridade civil. Para André Gonçalves, “as pessoas passam a enxergar, sob certo aspecto, que é muito conveniente estar esterilizado para garantir uma vida mais individualista”, o jurista acredita que essa mentalidade tende a despertar um comportamento egoísta, tornando a sociedade menos aberta às necessidades dos outros.

Embora a votação sobre a redução da idade mínima para 18 anos tenha sido adiada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e permaneça sem previsão de retorno à pauta, a Lei nº 14.443/2022, que alterou a Lei do Planejamento Familiar (nº 9.263/1996), garante o acesso à esterilização voluntária às mulheres maiores de 21 anos e com sua plena capacidade civil, ou que possuam ao menos dois filhos vivos, independentemente da idade.

A revogação do parágrafo que exigia o consentimento expresso do cônjuge e a redução da idade mínima de 25 para 21 anos representaram um marco na autonomia reprodutiva das mulheres. Um estudo ecológico de série temporal corrobora o impacto direto dessas mudanças, indicando que, no período de 2022 a 2023, houve um aumento de 74% no número de laqueaduras tubárias (LT) no Brasil, considerando tanto os procedimentos isolados quanto aqueles associados ao parto, conforme aponta artigo publicado pela Revista de Ciências Médicas e Biológicas (2024).

Dados estatísticos reforçam essa tendência: segundo reportagem veiculada no Jornal Nacional e Portal G1, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou um aumento de 86% na cirurgia de laqueadura após a mudança da legislação, que entrou em vigor em março de 2023. Enquanto foram realizados 106 mil procedimentos em 2022 (período majoritariamente sob a lei anterior), o número saltou para quase 200 mil procedimentos em 2023. Considerando que o primeiro trimestre de 2023 ainda vigorava a lei anterior, com idade mínima de 25 anos e a obrigação da autorização do cônjuge, a diferença expressiva pode ser explicada diretamente pela diminuição da idade e flexibilização das exigências. Para corroborar a hipótese de o aumento significativo nas cirurgias ter relação direta com a implementação da legislação atual, apenas no primeiro semestre de 2024 foram realizadas 136 mil laqueaduras, indicando que a demanda por essa política pública se consolidou e se elevou a um novo patamar após a Lei nº 14.443/2022.

Além da redução da idade e da dispensa do consentimento do parceiro, é crucial citar a permissão para a realização da esterilização cirúrgica durante o período de parto (normal

ou cesárea), desde que observados o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o parto e as devidas condições médicas (Lei nº 14.443/2022, Art. 10, § 2º). A senadora Nilda Gondim, relatora da matéria, destacou no Senado que esta permissão “vai aumentar o acesso ao método e evitar que a mulher se submeta a duas internações, o que reduz os riscos de complicações cirúrgicas e a taxa de ocupação de leitos hospitalares” (Agência Senado, 2022). Tais avanços, comprovados pelo aumento substancial no número de procedimentos, demonstram que as antigas barreiras burocráticas e etárias eram, de fato, os principais impedimentos para o exercício pleno do direito à esterilização voluntária no Brasil.

Considerações Finais

O presente trabalho analisou os avanços da Lei nº 14.443/2022, que alterou a Lei nº 9.263/1996, na flexibilização do acesso à esterilização voluntária feminina (laqueadura) e as resistências práticas que impedem sua efetiva implementação como política pública, em um contexto de declínio da taxa de fecundidade Brasileira. A Lei nº 14.443/2022 facilitou o acesso ao procedimento: ao reduzir a idade mínima para 21 anos (ou 2 filhos vivos); garantir a laqueadura no momento do parto; e revogar a exigência de autorização do cônjuge.

Apesar de o SUS disponibilizar o procedimento com equipe multidisciplinar, sua aprovação técnica envolve etapas como o desencorajamento da esterilização precoce, a oferta de métodos contraceptivos reversíveis e o prazo de 60 dias. Contudo, o procedimento se depara com dilemas éticos e morais, onde profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) frequentemente recusam-se a autorizar a cirurgia por objeção de consciência ou alegam desconhecimento da lei.

Há uma grande desinformação profissional, resultando em exigências ilegais, como a falsa necessidade de comprovar um número mínimo de filhos ou a negação do pedido a pacientes solteiras ou sem filhos. A recusa médica, muitas vezes justificada pelo receio de arrependimento (cuja taxa na literatura é baixa, cerca de 10%) e processos legais, entra em conflito direto com a autonomia da paciente e a aplicação da política pública.

A flexibilização legal impulsionou o acesso, gerando um aumento de 86% nos pedidos de laqueadura no SUS entre 2023 e 2024. Este aumento da demanda, somado à dificuldade

na obtenção da autorização, ocorre paralelamente à menor taxa de fecundidade da história do Brasil (1,55 filho por mulher em 2022, segundo o IBGE).

Em síntese, a Lei nº 14.443/2022 é um marco na defesa dos direitos reprodutivos, mas o Estado permanece omissivo na garantia de sua aplicação. É urgente que o governo expanda a informação e o treinamento de equipes e hospitais do SUS para assegurar que a autonomia reprodutiva, garantida na lei, seja plenamente respeitada na prática, evitando que ideologias ou desinformação sigam sendo obstáculos ao direito do planejamento familiar.

Referências

ALVES, Andrea Moraes. **Memória da Esterilização Feminina: Um Estudo Geracional**. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan-abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v7i18>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/HhscKBBV4YsrL7GdVz6XMQD/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2025

BARROSO, Carmem. **Esterilização feminina: liberdade e opressão**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 18, n. 2, abr. 1984. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101984000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JMFSk6DkY3MVQRThkJhw9WJ/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2025

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/outras-normativas/constituicaofederal.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025

Brasil. Decreto-lei nº 14.443, de 5 de setembro de 2022. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 169, 5 set. 2022. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/09/2022&jornal=515&pagina=5&totalArquivos=182> Acesso em: 23 nov. 2024

Brasil. Decreto-lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 189, 20 set. 1990. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/09/1990&totalArquivos=176>. Acesso em: 01 ago. 2025

Brasil, Intercept. **O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa – com apoio dos EUA**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres> Acesso em: 15 mar. 2025

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 12 ago. 2025

Brasil. Ministério da Saúde. **Atenção Integral à Saúde das Mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/pnaism>. Acesso em: 10 ago. 2025

CAETANO, André Junqueira. **Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada**. Revista Brasileira de Estudos de População, Minas Gerais, v. 31, n. 2, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Qx6ghcvbs5gYX4YSwYc4B9C/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2025

CARVALHO, Luiz Eduardo Campos de. **Número ideal de filhos e arrependimento pós-laqueadura.** Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 52, n. 5, p. 293-297, out. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302006000500013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/PBZqdN4YLTdPvWdJTWLMxqz/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2025

FIOCRUZ, Agência. **Mulheres jovens e menos instruídas se arrependem muito mais da laqueadura.** Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/mulheres-jovens-e-menos-instruidas-se-arrependem-muito-mais-da-laqueadura>. Acesso em: 25 jun. 2025

GOV, Agência. **Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 21 mai. 2025

GI. **SUS faz 300 mil laqueaduras em 4 anos, mas mulheres citam dificuldades e falta de apoio; nova regra diminui exigências.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041#:~:text=Segundo%20as%20Proje%C3%A7%C3%B5es%20de%20Popul%C3%A7%C3%A3o%202024%2C%20a%20taxa%20de%20fecundidade,%2C44%20filho%20por%20mulher>. Acesso em: 15 jun. 2025

IBGE, Agência. **Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>. Acesso em: 28 jun. 2025

JÚNIOR, Aylton Paulus. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil.** Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v.8, n.1, p.13-19, dez. 2006. Disponível em: https://www.professores.uff.br/jorge/wp-content/uploads/sites/141/2017/10/v8n1_artigo_3.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025

JURÍDICO, Consultor. **STF tem quatro votos por laqueadura e vasectomia a partir de 18 anos.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-mar-13/stf-tem-quatro-votos-por-laqueadura-e-vasectomia-a-partir-de-18-anos>. Acesso em: 04 abr. 2025

NACIONAL, Jornal. **Laqueaduras realizadas pelo SUS aumentam 86% após mudanças na legislação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/11/25/numero-de-laqueaduras-realizadas-pelo-sus-aumenta-86percent-apos-mudancas-na-legislacao.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2025

POVO, Gazeta do. **Vasectomia e laqueadura aos 18 anos ameaçam previdência e ignoram possível arrependimento futuro.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/esterilizacao-precoce-ameaca-de-mogrfia-Brasileira>. Acesso em: 15 mar. 2025.

REGO, Maria Luiza Figueiredo et al. **Laqueadura tubária no Brasil antes e após a nova lei: um estudo ecológico de série temporal.** Revista de Ciências Médicas e Biológicas, Salvador, v. 23, n. 3, p. 642-647, set./nov. 2024. DOI: 10.9771/cmbio.v23i3.61764. Disponível em: [Laqueadura tubária no Brasil antes e após a nova lei: um estudo ecológico de série temporal | Revista de Ciências Médicas e Biológicas](#) Acesso em: 11 out. 2025.

SÃO PAULO, Folha de. **Mulheres enfrentam recusas médicas para fazer laqueadura.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/04/medicos-discordam-da-lei-e-se-recusam-a-fazer-laqueadura-em-mulheres-com-mais-de-21-anos.shtml>. Acesso em: 21 mai. 2025

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A Medicalização do Corpo Feminino**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. E-book. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/531863486/Vieira-Elisabeth-M-a-Medicalizacao-Do-Corpo-Feminino>. Acesso em: 27 abr. 2025

YAMAMOTO, Sergio Toshio. **A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da Lei 9263**. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-29112011-134801/pt-br.php>. Acesso em: 04 mai. 2025

PET-Saúde e-Cidadania – Alinhamentos para Colaborações Interdisciplinares e Interprofissionais no Contexto do SUS Digital

Amanda Meincke Melo⁴

Aline Ost dos Santos⁵

Cenir Goncalves Tier⁶

Carla Pohl Sehn⁷

Introdução

A Saúde Digital (SD) emerge como um conceito integrador de saúde, assistência, pesquisa e vida cotidiana por meio de tecnologias, plataformas e sistemas digitais que envolvem usuários e profissionais dos serviços de saúde em todos os aspectos da vida, centrado na pessoa (Hammond; West, 2024). No Brasil, a publicação da portaria que instituiu o Programa SUS Digital é um marco na indução da transformação digital de serviços de saúde no país. Entre os objetivos específicos desse programa constam o letramento digital e o protagonismo do cidadão no desenvolvimento de soluções digitais inovadoras para o domínio da Saúde (Brasil, 2024a).

4 Doutora em Ciência da Computação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amandamelo@Unipampa.edu.br. (0009-0000-2453-6617) – ORCID.

5 Doutoranda em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil. E-mail:alineostdosantos@gmail.com. (0000-0002-1849-9933) – ORCID.

6 Doutora em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cenirtier@Unipampa.edu.br. (0000-0003-1539-7816) – ORCID.

7 Doutora em Ciências e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, RS, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carlasehn@Unipampa.edu.br (0000-0002-7038-4658) – ORCID.

Nesse cenário, Saúde Digital é conceituada como a elaboração e o uso de artefatos tecnológicos digitais para melhorar a saúde da população de forma individual e comunitária, incluindo dispositivos inteligentes e equipes conectadas, internet das coisas, inteligência artificial, big data e robótica (OMS, 2021). Destaca-se, ainda, que tecnologias de SD assumem diversas formas, incluindo ferramentas baseadas em inteligência artificial, telemedicina, aplicativos e medicina de precisão (Chidambaram et al., 2024).

Manifesta-se também como tecnologias baseadas em internet das coisas, cuidados virtuais, monitoramento remoto, ferramentas que permitem um compartilhamento e armazenamento de dados a distância e informações importantes em todo o ecossistema de saúde. Potencializa, assim, o cuidado continuado, terapêuticas digitais, autogestão de cuidados, cuidados centrados na pessoa, além da criação de conhecimentos, aptidões e competências embasados em dados do mundo real para os profissionais de saúde (OMS, 2021).

Acrescentam-se ainda as tecnologias de saúde móvel (*m-health*), abrangendo *wearables*, aplicativos e *smartwatches*. Essas tecnologias e as tecnologias baseadas em sensores oportunizam monitorar e cuidar do paciente de forma remota (Abuzaid; Elshami; Fadden, 2022). Aliadas a elas, os sistemas de apoio à decisão clínica são ferramentas digitais que corroboram para a melhoria do atendimento à saúde, visto que disponibilizam orientações personalizadas individuais (Beynon et al., 2023).

Compreende-se que a incorporação e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos cuidados em saúde emergem como oportunidades de fomento da comunicação em saúde para o empoderamento do paciente, mudanças significativas no relacionamento entre profissionais da saúde e pacientes para a redução de riscos, carecendo ainda de investigações acerca dos novos modelos e dinâmicas proporcionadas por essa forma de interação, na medida em que ocorra a implementação de soluções digitais com o intuito de tornar a comunicação em saúde mais resolutiva (Song; Elson; Bastola, 2025).

A adoção de tecnologias digitais voltadas à saúde tem aumentado nos países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento, sendo crucial a identificação da SD na gestão e recursos dos serviços de saúde (Chidambaram et al., 2024). As soluções em SD são promissoras no sentido de auxiliar as nações no cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável e nas metas do Triplo Bilhão da Organização Mundial da Saúde, configurando assim prioridades de pesquisa (Tran et al., 2025).

Nesse cenário, destaca-se a Gerontotecnologia, campo interdisciplinar que associa os conhecimentos da gerontologia aos avanços tecnológicos para promover a saúde, a autonomia e a qualidade de vida da população idosa (Pistolesi; Tosi, 2025). Essa integração é especialmente relevante diante do cenário demográfico atual. O envelhecimento populacional é um fenômeno global. No Brasil, a população idosa alcançou 31,2 milhões de pessoas, representando 14,7% da população total, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Contudo, é preciso considerar que, embora esses avanços tendem a facilitar tanto o autocuidado quanto o cuidado realizado pelos cuidadores da pessoa idosa, a aceitação de tecnologias de SD voltadas a esse público poderá ser afetada por aspectos pessoais, físicos, socioculturais e tecnológicos (Huang; Oteng, 2023).

No que tange ao uso de artefatos tecnológicos da Gerontotecnologia para a gestão da saúde, é essencial o letramento digital em conjunto com o letramento em saúde. A oferta de estratégias de inclusão digital para a pessoa idosa faz-se necessária (Ribeiro *et al.*, 2025). O letramento em saúde deve ser analisado pelos profissionais de saúde, visto que esse entendimento oportuniza planejar ações em saúde que incentivem a compreensão da pessoa idosa e o protagonismo no cuidado para o aumento da qualidade de vida (Abreu; Facin; Orlandi, 2025).

Considerando o cenário em tela, é objetivo deste Capítulo compartilhar resultados de uma aproximação inicial, que envolve a indispensável colaboração interdisciplinar e interprofissional, estabelecida no contexto do Programa SUS Digital, mais especificamente no desenvolvimento das atividades de um dos grupos do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) do projeto institucional PET Saúde/ Informação e Saúde Digital Pampa Conectado na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Ao fazê-lo, alinhada a uma abordagem de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, busca-se subsidiar ações voltadas ao letramento em saúde de usuários do SUS, com atenção especial à pessoa idosa.

PET-Saúde e-Cidadania

O grupo PET-Saúde e-Cidadania é um dos grupos do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde (PET-Saúde) (Brasil, 2025) que integra o projeto institucional da Unipampa intitulado PET Saúde/Informação e Saúde Digital Pampa Conectado (Sehn *et al.*, 2025). Este tem como objetivo:

Contribuir à promoção da gestão da informação em saúde e transformação digital do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com o Programa SUS Digital, de modo colaborativo e em rede, a capacitação de profissionais e discentes da área da Saúde por meio da inovação e proposição de soluções que promovam o uso ético e crítico de novas tecnologias digitais em saúde, por diferentes atores, em diversos contextos do Sistema Único de Saúde. (Sehn *et al.*, 2025)

Suas ações, portanto, estão circunscritas ao Programa SUS Digital e, assim, devem estar alinhadas ao processo de transformação digital do SUS. Dentre os eixos do Programa SUS Digital, o grupo atua sobretudo no “Eixo I: cultura de saúde digital, formação e educação permanente em saúde” (Brasil, 2024b). Considerando-se os objetivos específicos do projeto institucional, o grupo se propõe a

Promover a disseminação do conhecimento na área da saúde, em colaboração com profissionais e usuários do SUS, ampliando o acesso a informações e recursos tecnológicos, com foco no fortalecimento das práticas de saúde, na melhoria da qualidade do atendimento à população e democratização das informações acerca dos serviços de saúde (Sehn *et al.*, 2025)

O grupo PET-Saúde e-Cidadania, constituído a partir de edital público, é formado por docentes (tutoras), discentes (monitores) e profissionais (preceptoras e orientadora de serviço) da área da Saúde e da Computação, residentes em Alegrete/RS e Uruguaiana/RS. Suas atividades estão integradas a dois grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) – GEPESH-FRON Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Envelhecimento Humano na Fronteira e GEInfoEdu Grupo de Estudos em Informática na Educação – e ao programa de extensão Tramas, que tem por objetivo promover o respeito à multiplicidade das diferenças. Assim, o grupo conta para o desenvolvimento de suas ações com a colaboração de outros pesquisadores, extensionistas e profissionais de ambas as áreas.

Particularmente, seus integrantes estão comprometidos com práticas que promovam e fortaleçam o letramento em saúde dos usuários do SUS, sobretudo de pessoas idosas. Desse modo, as ações desenvolvidas estão pautadas em estudos conduzidos pelo GEPESH-FRON, que levam em consideração as especificidades da pessoa idosa. Dentre essas ações,

no cenário da Atenção Primária à Saúde (APS), em momento anterior à constituição do PET-Saúde e-Cidadania, ocorreu a análise do letramento em saúde de pessoas idosas, com a qual foi constatado ser essencial a construção de soluções geradoras de adesão ao tratamento medicamentoso de doenças crônicas não transmissíveis na prática clínica da APS. Concluiu-se que, quando o letramento for inadequado, é preciso buscar soluções resolutivas que incentivem a autogestão e assegurem o direito à informação para o manejo clínico adequado (Lira *et al.*, 2024). A busca dessas soluções de forma colaborativa, interdisciplinar e interprofissional está em construção e sua consolidação ocorrerá nos próximos dois anos.

Ademais, o grupo se propõe a realizar a análise de domínio e das experiências dos usuários com auxílio de metodologia e técnicas da Computação, destacando-se contribuições da Engenharia de Software (ES) (Sommerville, 2018; Pressman; Maxin, 2021) e da Interação Humano-Computador (IHC) (Barbosa *et al.*, 2021). Além disso, está comprometido em contribuir na resolução de problemas cotidianos na Atenção Primária à Saúde, em Alegrete/RS, com apoio de *software*.

Metodologia

No primeiro trimestre de atividades do grupo PET-Saúde e-Cidadania, atendendo a uma solicitação da coordenadora do projeto institucional PET Saúde/Informação e Saúde Digital Pampa Conectado, suas tutoras elaboraram um planejamento trimestral. Tratando-se do início de uma colaboração *intercampi*, interdisciplinar e interprofissional no âmbito do PET-Saúde e do Programa SUS Digital, entre seus objetivos específicos está desenvolver compreensão compartilhada sobre o SUS Digital e o letramento em saúde de pessoas idosas.

Para fazê-lo, as atividades desenvolvidas foram orientadas sobretudo pelas diretrizes da extensão universitária (FORPROEX, 2012; Lopes *et al.*, 2024; Melo *et al.*, 2023): interação dialógica, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, impacto na formação do estudante, impacto e transformação social. Portanto, as ações desenvolvidas pelo PET-Saúde e-Cidadania buscam contribuir genuinamente com a qualificação das práticas locais de atenção à saúde ao mesmo tempo que promovem a *práxis* tão necessária para a formação – cidadã, acadêmica, pelo e para o trabalho – de estudantes universitários a partir de experiências significativas, envolvendo a resolução de problemas no cotidiano dos serviços de Saúde.

Os integrantes do PET-Saúde e-Cidadania se reuniram em diferentes ocasiões, presencialmente e com auxílio de ferramentas *online*: suas tutoras participaram de reuniões

online com os demais tutores vinculados ao projeto institucional; ambas se reuniram por videoconferência e trocaram mensagens para coordenar as ações do grupo; todos se reuniram em encontros semanais *online* de equipe; ocorreram também reuniões de orientação dos monitores de cada área – Saúde e Computação. Além disso, realizaram-se visitas técnicas a serviços de Atenção Primária à Saúde e Atenção Ambulatorial Especializada, assim como a participação em suas rotinas pelos/as monitores/as. Nessas ocasiões, eles/as realizaram observação participante e realizaram anotações em diários de campo digitais. Também foram promovidos encontros *online* do GEPESH-FRON, abertos a todos os integrantes do PET-Saúde e-Cidadania que pudessem participar.

Transversalmente a essas atividades, com apoio do *Framework* Semiótico (Stamper 1973 *apud* Liu, 2000), para contribuir ao desenvolvimento de uma compreensão compartilhada a respeito do SUS Digital e do letramento em saúde de pessoas idosas pelos integrantes do grupo, a tutora da área da Computação realizou uma série registros, que contou com contribuições dos monitores da área da Computação e da preceptora de Alegrete/RS, sendo verificado e validado por uma das colaboradoras do GEPESH-FRON.

Framework Semiótico

O *Framework* Semiótico, ou Escada Semiótica, é uma estrutura que organiza e representa os diferentes ramos de estudos da Semiótica: física, empírica, sintática, semântica, pragmática e mundo social. Essa estrutura subsidia uma série de métodos semióticos voltados aos sistemas de informação e é baseada em um paradigma subjetivista radical, que compreende a realidade criada subjetivamente e socialmente. Alinhado a esse paradigma, é papel dos analistas (de sistemas de informação) apoiar as partes interessadas na articulação de seus problemas, descobrir seus requisitos e desenvolver uma solução sistêmica (Liu, 2000). A Figura 1, a seguir, representa essa estrutura.

Figura 1 – *Framework* Semiótico

| | | |
|-------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Funções Humanas da Informação | Mundo Social | crenças, expectativas, funções, compromissos, contratos, leis, cultura, ... |
| | Pragmática | intenções, comunicações, conversações, negociações, ... |
| | Semântica | significados, proposições, validade, verdade, significação, denotações, ... |
| Plataforma de TI | Sintática | estrutura formal, linguagem, lógica, dado, dedução de registros, software, arquivos, ... |
| | Empírica | padrão, variedade, ruído, entropia, capacidade do canal, redundância, eficiência, códigos, ... |
| | Mundo Físico | sinais, traços, distinções físicas, hardware, densidade de componentes, velocidade, economia, ... |

Fonte: adaptado e traduzido de Stamper (1973) *apud* Liu (2000, p. 27)

As primeiras três camadas do *framework* – mundo social, pragmática e semântica – dizem respeito ao uso dos signos⁸, ou seja, sua relação com a vida em sociedade e seu papel no estabelecimento de intenções e significados. Já as três últimas camadas – sintática, empírica e mundo físico – tratam de aspectos relacionados às estruturas dos signos, sua transmissão e suportes. Com apoio dessa estrutura, é possível realizar o que Liu (2000, p. 40) denomina Diagnóstico Semiótico.

Resultados e Discussão

A composição multiprofissional do grupo PET-Saúde e-Cidadania, fomentada pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, exige que seus integrantes alinhem compromissos e intenções, estabelecendo consensos – ainda que provisórios – como base para uma ação coordenada no cenário de transformação digital do SUS. Além disso, é a partir de um entendimento comum de seu potencial como grupo, que valorize as especialidades e perspectivas de cada um de seus integrantes, que colaborações futuras devem ser estabelecidas e soluções inovadoras propostas.

Nesse sentido, tendo em vista o problema focal “letramento em saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo de pessoas idosas”, a adoção do *Framework* Semiótico de Stamper (1973) *apud* Liu (2000) contribuiu para esse alinhamento inicial. Nele estão registrados aspectos relacionados ao uso dos signos (Figura 2), mas também que dizem respeito à infraestrutura que sustenta esse uso ou mesmo que deve ser levada em conta para fazê-lo (Figura 3).

⁸ Signo: qualquer coisa que representa outra coisa para alguém (Charles Sanders Peirce, 1839-1914)

Figura 2 – Aplicação do *Framework* Semiótico – Funções Humanas da Informação

| | |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mundo Social | <p>Declaração Universal dos Direitos Humanos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Estratégia Global em Saúde / Triplo Bilhão da OMS SUS – Sistema Único de Saúde / Programa SUS Digital Estatuto da Pessoa Idosa Diretrizes da Extensão Universitária Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos Aumento da adoção de tecnologias digitais voltadas à saúde Uso ético dos recursos Protagonismo e cidadania digital Cultura fronteiriça (fronteira Oeste do Rio Grande do Sul)</p> |
| Pragmática | <p>Transformação digital do SUS Desenvolvimento de soluções digitais inovadoras para o domínio da Saúde Objetivos do PET Saúde/Informação e Saúde Digital Pampa Conectado Educação permanente em SD Pesquisa sobre envelhecimento humano Promoção do respeito à multiplicidade das diferenças Design Participativo integrado à Engenharia de Software em Domínio Educacional</p> |
| Semântica | <p>Letramento em saúde oportuniza planejar ações em saúde que incentivam a compreensão da pessoa idosa e o protagonismo no cuidado para aumento da qualidade de vida O letramento digital deve ser promovido em conjunto com o letramento em saúde Universo vocabular da Saúde: OMS – Organização Mundial da Saúde, SUS – Sistema Único de Saúde, MS – Ministério da Saúde, SEIDIGI – Secretaria de Informação e Saúde Digital, SD – Saúde Digital, transformação digital de serviços de saúde, Secretaria de Saúde, APS – Atenção Primária à Saúde, atenção especializada à saúde, cuidados centrados na pessoa, autogestão de cuidados, saúde da pessoa idosa, cuidador/a, Gerontotecnologia, condição clínica, educação em saúde, letramento em saúde, letramento funcional em saúde, letramento digital em saúde, letramento em Inteligência Artificial, medicação, medicamento, profissional da saúde, telessaúde, telenfermagem, telemonitoramento, tecnologia cuidativa, educação permanente em saúde, ... Universo vocabular da Educação: educação permanente, tecnologia educacional, materiais informativos, cartilha, materiais educacionais, recursos educacionais, REA – Recurso Educacional Aberto, design instrucional, ... Universo vocabular da Computação: TI – Tecnologia de Informação, ES – Engenharia de Software, IHC – Interação Humano-Computador, SI – Sistema de Informação, IA – Inteligência Artificial, DP – Design Participativo, <i>Framework</i> Semiótico, domínio de aplicação, sistema operacional, aplicativos, aplicações, plataformas, sistemas digitais, sistemas computacionais interativos, interação, interface de usuário, cenários de uso, desenvolvimento de software, software público, qualidade de software, requisitos de software, requisitos funcionais, requisitos não funcionais, histórias de usuários, protótipo de interface, aplicativo, Engenharia de Requisitos, Projeto de Software, Verificação e Validação de Software, Evolução de Software, ... Universo vocabular compartilhado: inovação, popularização da ciência, divulgação científica, tecnologia, tecnologia social, tecnologia digital, artefatos tecnológicos, direito autoral, pessoas idosas, relação paciente-profissional da saúde mediada por sistemas computacionais interativos, acessibilidade, privacidade, redes sociais, ...</p> |

Fonte: autoria própria

Os compromissos e as intenções estabelecidas no domínio da Saúde, em um contexto crescente de transformação digital, assim como a compreensão de suas características, dinâmicas e possibilidades, constituem o contexto para a *práxis* da educação pelo trabalho no âmbito do Programa SUS Digital. Entre os integrantes do grupo PET-Saúde e-Cidadania, portanto, o letramento funcional em saúde de pessoas idosas deve ser compreendido como constituinte de um cenário mais amplo, no qual as tecnologias digitais desempenham papel fundamental para a promoção da autogestão do cuidado.

Figura 3 – Aplicação do *Framework* Semiótico – Plataforma de Tecnologia de Informação

| | |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sintática | <p><i>Cartilha digital interativa, REA, software</i></p> <p><i>Modelo ADDIE</i></p> <p><i>ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas</i></p> <p><i>Metodologias Ativas</i></p> <p><i>Processos, métodos e ferramentas da Engenharia de Software</i></p> |
| Empírica | <p><i>Internet 4G e 5G, sinal de Internet 5G intermitente ou de baixo alcance</i></p> |
| Mundo Físico | <p><i>TV com acesso à Internet, computadores de mesa (Desktop), celulares pessoais, impressoras, Ethernet, Wi-Fi</i></p> |

Fonte: autoria própria

A implementação das soluções digitais sob a lógica da resolutividade e dos princípios e diretrizes do SUS deve ser baseada nas necessidades da população. Para chegar a esse fim, é essencial o uso de métodos em comum para coordenar os múltiplos saberes, a *práxis*, a *expertise* de cada profissional e dos estudantes de graduação. Tais métodos devem considerar que a solução com a participação do usuário tende a gerar mais aceitabilidade e que o protagonismo do estudante nesse contexto conduz a aprendizagens significativas.

A associação entre teoria e prática é essencial na aplicabilidade do conhecimento e na correlação dos significados, esquemas e processos mentais adquiridos (Santos *et al.*, 2024). O *Framework* Semiótico auxilia nesse processo, proporcionando reflexões sobre os compromissos e a intencionalidade que devem orientar o desenvolvimento de soluções e práticas inovadoras, acessíveis e resolutivas no contexto do SUS Digital.

Considerações Finais

A partir dos objetivos delineados no projeto institucional PET Saúde/Informação e Saúde Digital Pampa Conectado, as próximas ações de ensino, pesquisa e extensão do grupo PET-Saúde e-Cidadania devem enfatizar a concretização de soluções tecnológicas inovadoras, alicerçadas no *Framework* Semiótico. Propõe-se, com isso, estimular ainda mais o envolvimento estudantil na pesquisa em Saúde Digital, aprimorar a delimitação de requisitos com apoio de técnicas da Engenharia de Software, além de direcionar o desenvolvimento e a validação de soluções em *software* e práticas eficazes que sejam fundamentadas em evidências científicas. Espera-se, assim, contribuir de forma inovadora, acessível e resolutiva para o letramento funcional em saúde na região de atuação do grupo, buscando alcançar o máximo possível de pessoas idosas.

Acrescenta-se ainda que essas soluções têm o potencial de gerar impacto social por meio de informações baseadas em evidências científicas, contribuindo ao combate à desinformação. Para tanto, faz-se necessária a intensificação do aprofundamento teórico-metodológico interdisciplinar. Isso pode ser feito pela sistematização de *workshops* de capacitação, mas também pela adoção de metodologias ativas que coloquem em perspectiva a construção de conhecimento sobre Saúde Digital e o desenvolvimento de soluções de tecnologias digitais para esse domínio.

O trabalho colaborativo interdisciplinar e interprofissional estabelecido no grupo PET-Saúde e-Cidadania, que está apenas no início, mostra-se promissor. As possibilidades de colaboração são inúmeras e a análise realizada com apoio do *Framework* Semiótico contribui para que os próximos passos ocorram a partir de uma compreensão compartilhada para a transformação digital do SUS.

Referências

ABREU, C. S.; FACIN, V. L.; ORLANDI, F. S. Letramento em Saúde e Qualidade de Vida de Pessoas Idosas Usuárias da Atenção Primária à Saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, , v. 99, n. Ed.Esp, p. e025011, 2025.

ABUZAID, M. M.; ELSHAMI, W.; FADDEN, S. M. Integration of artificial intelligence into nursing practice. **Health and Technology**, v. 12, n. 6, 14 set. 2022.

BARBOSA, S. D. J.; SILVA, B. S.; SILVEIRA, M. S.; GASPARINI, I.; DARIN, T.; BARBOSA, G. D. J. **Interação humano-computador e experiência do usuário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Simone Diniz Junqueira Barbosa, 2021.

BEYNON, F.; GUÉRIN, F.; LAMPARIELLO, R. *et al.* Digitalizing Clinical Guidelines: Experiences in the Development of Clinical Decision Support Algorithms for Management of Childhood Illness in Resource-Constrained Settings. **Global Health: Science and Practice**, v. 11, n. 4, 28 ago. 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024**. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa SUS Digital. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 43, p. 78, 4 mar. 2024a.

Brasil. Ministério da Saúde. **Pet-Saúde Digital**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Informação e Saúde Digital. **Manual Instrutivo do Programa SUS Digital** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Informação e Saúde Digital. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024b.

CHIDAMBARAM, S.; JAIN, B.; JAIN, U. *et al.* An introduction to digital determinants of health. **PLOS digital health**, v. 3, n. 1, p. e0000346–e0000346, 4 jan. 2024.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

HAMMOND, W. E.; WEST, V. L. Making Digital Health Equitable. **Studies in health technology and informatics**, 25 jan. 2024.

HUANG, G.; OTENG, S. A. Gerontechnology for better care and quality of life for older adults: a systematic literature review. **European Journal of Ageing**, v. 20, n. 27, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIRA, L. G.; TIER, C. G.; ABREU, D. P. G. *et al.* Letramento em saúde e adesão à medicação em pessoas idosas na atenção primária à saúde. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 12, p. e12802, 2024.

LOPES, D. O.; MELO, A. M.; SCHWANKE, C. M.; ANDRADE, R. M. M. Relato de experiência em formação de extensionista na Universidade Federal do Pampa. **Extensio**, Florianópolis, v. 21, n. 50, p. 84-100, 2024.

MELO, A.M.; MELLO, A. V.; KREUTZ, D.; BERNARDINO, M. Curricularização da Extensão Universitária em Cursos de Computação: experiências e possibilidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3. , 2023, Evento Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBC, 2023 . p. 289-299.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia Mundial sobre Salud Digital 2020–2025**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2021.

PISTOLESI, M.; TOSI, F. The Needs of the Over-55 Population and Design Strategies for the Development of Gerontechnologies for Active and Healthy Ageing. In: FERRANTE, T.; SACCO, M. (Eds.). **Habitable Future**. Cham: Springer, 2025.

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. **Engenharia de software** . 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

RIBEIRO, J.; CAVALCANTE, P. de F.; BATISTA, R. L. da S.; BORGA, A. K. de O. T.; VASCONCELOS, E. M. R. Fatores Associados ao Letramento Digital na Saúde de Pessoas Idosas: Uma Revisão Integrativa. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 15, n. 93, p. 14719–14732, 2025.

SANTOS, Aline Ost dos; BARLEM, J. G. T.; COGO, S. B. *et al.* **Saberes e práticas docentes: uma reflexão sobre o processo pedagógico na saúde**. Editora Científica. 2024

SEHN, C. P *et al.* **PET Saúde/Informação e Saúde Digital Pampa Conectado**. Unipampa, 2025. (projeto institucional)

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**. 10. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2018.

SONG, M.; ELSON, J.; BASTOLA, D. A Review of Digital Age Transformation in the Past 25 Years (1999-2023): Enhancing Patient-Physician Health Communication Model (Preprint). **Journal of Medical Internet Research**, 14 maio 2024.

TRAN, D. M.; DUNG, N. T.; DUC, C. M. *et al.* Status of Digital Health Technology Adoption in Five Vietnamese hospitals: Cross-sectional Assessment (Preprint). **JMIR Formative Research**, v. 9, p. e53483–e53483, 13 nov. 2024.

Da Cultura à Política de Cultura: Entre Memória e Atualidade no Ministério da Cultura

Paula Daniele Pavan⁹

Palavras iniciais

Este texto tem como objetivo realizar um cotejo discursivo, sustentado na Análise do Discurso Materialista (AD), entre o modo como cultura e cultura digital foram significadas no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) na gestão de Gilberto Gil, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, investigação que é parte da pesquisa desenvolvida em minha Tese de Doutorado (Pavan, 2017), e o modo como, em 2023, após a recriação do MinC e anos de silenciamento, esses conceitos são mobilizados pelo discurso institucional.

Para tanto, divido o texto em duas seções. Na primeira, após delimitar os contornos teóricos da noção de cultura e contextualizar brevemente sobre as políticas culturais da gestão de Gil, analiso os efeitos de sentido produzidos em recortes do texto da Aula Magna por ele ministrada na Universidade de São Paulo. Já na segunda parte, trago recortes de pronunciamentos da atual Ministra Margareth Menezes em que se delinea a retomada de sentidos assentados na memória discursiva sobre os conceitos em questão, num jogo entre memória e atualidade (Pêcheux, 2008).

Cultura e cultura digital: um marco na memória

De início, é preciso demarcar que a cultura deve ser entendida como multifacetada, plural e contraditória (Bhabha, 1998; De Certeau, 1995; Hall, 2001) e, discursivamente, como lugar de interpretação (De Nardi, 2007), o que torna possível compreender que a cultura funciona não como um produto pronto, acabado, fechado, mas como um processo

⁹ Doutora em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), RS, Brasil. E-mail: paulapavan@Unipampa.edu.br. orcid.org/0000-0003-2891-638X

que envolve reprodução, ressignificação e transformação de sentidos. Em suma, a cultura como um campo de disputas, de movimentos e contradições.

Assim vista, a cultura envolve a não-fixidez e a possibilidade de sempre vir a ser outra, de significar de outros modos, de se modificar e de produzir sentidos antes impossíveis. Todavia, também cabe lembrar que esses movimentos não são pacíficos, ao contrário, são crivados de jogos de força, tanto é que a cultura sempre designa “um lugar de tensão” (De Nardi, 2011, p. 1). Essa complexidade e tensionamento da cultura demandam uma posição política sobre seu tratamento, sendo necessário reconhecer a “importância dos discursos sobre cultura, por meio dos quais se produzem a legitimação/marginalização de certas manifestações culturais e, portanto, daqueles que com elas se identificam” (De Nardi, 2011, p. 4).

O papel do MinC é, pois, de suma importância na medida em que ocupa uma determinada posição discursiva acerca da cultura e de seus meandros, desde sua criação em 1985. Isso na medida em que os sentidos para/de cultura não estão dados e nem evidentes, ao contrário, há sempre tomadas de posição, de interpretações sobre. Conforme afirma Escobar (1979, p. 187): “A ‘cultura’ é um bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina ‘bens culturais’ diversificados em discursos e práticas culturais [...] .”

O posicionamento acerca da cultura sobre o qual discorro aqui começa a se constituir em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República e nomeia como Ministro da Cultura Gilberto Gil, que fica à frente do MinC de 2003 a 2008. Momento este que pode ser considerado marco histórico de um redirecionamento tanto político quanto cultural no Brasil, iniciando um movimento não somente de reprodução, mas também de transformação no modo como a noção passa a ser concebida pelo Estado, em especial por meio de um entrecruzamento entre o campo da cultura e a esfera tecnológica.

Seguindo essa perspectiva, Costa (2011, p. 16-17) afirma que o MinC incorpora a partir da gestão de Gil “uma reflexão sobre os usos da tecnologia no campo cultural”, representando “uma inflexão, tanto no papel historicamente assumido por aquele órgão, quanto em sua própria concepção de cultura”. Quer dizer, por meio de gestão de Gil ocorre uma movimentação no papel do MinC, desde sua criação, e no modo como a cultura é, em seu âmbito, significada. É o Programa Cultura Viva (PCV), implementado a partir de 2004, que materializa esse caráter inovador. Isso na medida em que, conforme Hopstein (2010, p. 16), “não apenas conseguiu incluir novas concepções, mas principalmente ações

orientadas a transformar as dinâmicas sociais e o panorama cultural do Brasil”. É por meio das ações desenvolvidas no PCV que o MinC passa a enfatizar uma perspectiva social da tecnologia juntando a essa ótica a noção de cultura.

Ainda nessa mesma ótica, Labrea (2014, p. 14) afirma que “surgiram várias experiências que permitem vislumbrar uma tendência na política cultural de dar voz e visibilidade a grupos culturais antes invisíveis para a sociedade, criando novos discursos e narrativas”. Na sua concepção, o Cultura Viva apresenta-se como uma dessas iniciativas, pois, por meio de suas ações, “projetos culturais comunitários recebem recursos financeiros e equipamento multimídia do Estado para, ao menos discursivamente, continuar fazendo o que fazem” (Ibid., p. 15).

Dentre essas ações, está a Ação Cultura Digital, que tem seu início, especialmente, por meio de instalação de estúdios digitais de produção audiovisual nos Pontos de Cultura. Esses estúdios – equipados com computadores com *software livre* e conectados à internet, câmera fotográfica, filmadora e equipamento de som – forneciam as ferramentas para que os Pontos de Cultura pudessem desenvolver a missão que a eles tinha sido atribuída: “desesconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo” (Costa, 2011, p. 76-77). Isso na medida em que incentivava “novas oportunidades de ressonância a vozes e manifestações culturais cuja presença é historicamente restrita nos meios de comunicação de massa, promovendo, em consequência, diversidade cultural e linguística na rede mundial de computadores” (Ibid., p. 80).

Sobre a Ação Cultura Digital, Labrea (2014, p. 168) também diz que no “período de 2004 a 2009 a Cultura Digital produz tantos impactos e se coloca como a principal e mais bem-sucedida ação do Programa Cultura Viva”, configurando-se como “uma estratégia para potencializar e dar visibilidade às ações desenvolvidas localmente e para que os pontos tivessem condições de se apropriar dos equipamentos e das novas tecnologias disponíveis” (Ibid., p. 15).

Então, a fim de observar os meandros do surgimento dessa política de cultura, mobilizo duas seqüências discursivas (SDs) recortadas do texto da Aula Magna *Cultura Digital e Desenvolvimento* ministrada por Gil, na Universidade de São Paulo, em 2004. Esse texto delinea tanto a concepção de cultura assumida pelo MinC em sua gestão, quanto os impactos ocasionados pela internet na esfera cultural, funcionando como um nó na rede discursiva sobre cultura digital.

SD1 – O digital responde a uma mudança de paradigmas maior, a uma mudança cultural muito ampla. Rede, conexão e compartilhamento são características desse novo momento em várias áreas, e não apenas na tecnologia da comunicação. [...] É no universo da cultura, afinal, que vamos encontrar os elementos estratégicos para entender o movimento das sociedades, para requalificar as relações entre as pessoas, para o crescimento e o lugar, no tempo e no espaço, de cada um de nós, e também para projetar novas utopias. Falo aqui da cultura não apenas como o conjunto das expressões artísticas, mas como todo patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos, e suas múltiplas expressões; da cultura como simbologia, como cidadania e como economia. E a cultura digital potencializa tudo isso, apontando para um grau de desenvolvimento inédito para a humanidade. (Gilberto Gil. Aula Magna *Cultura Digital e Desenvolvimento*, 10 de agosto de 2004. In: *Compêndio da Ação Cultura Digital*, 2009)

SD2 – [...] novas e velhas tradições, signos locais e signos globais, linguagens de todos os cantos são bem-vindos a este curto-circuito antropológico. A cultura deve ser pensada nesse jogo, nessa dialética permanente entre tradição e invenção, nos cruzamentos entre matrizes muitas vezes milenares e tecnologias de ponta, nas três dimensões básicas de sua existência: a dimensão simbólica, a dimensão da cidadania e inclusão, e a dimensão econômica. [...] Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso da tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte. (Gilberto Gil. Aula Magna *Cultura Digital e Desenvolvimento*, 10 de agosto de 2004. In: *Compêndio da Ação Cultura Digital*, 2009)

Na SD1, podemos observar um redirecionamento da noção de cultura por meio de atribuição de novos sentidos na direção de ampliá-la, abarcando o “todo”. Esse alargamento da noção de cultura é uma marca da gestão de Gil no MinC. Nunca antes na história do Ministério (Rubim, 2008), houve tanta ênfase na cultura pelo seu viés antropológico, pela necessidade de ampliar a cultura (seus sentidos e suas práticas) aos confins do Brasil, não a restringindo, por exemplo, ao eixo Rio-São Paulo. Assim, os

sentidos negados e insuficientes (“cultura **não apenas** como o conjunto das expressões artísticas, **mas** como **todo** patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos...”) são anteriores e provenientes de um posicionamento conservador sobre cultura, sentidos que precisam ser refutados pelo sujeito enunciador, que está identificado com um posicionamento progressista com relação à noção.

A negação configura-se, então, como uma forma de desqualificar o discurso anterior sobre cultura, e a afirmação inserida pelo “mas” ocorre no intuito de redirecionar esses sentidos precedentes. Além disso, há uma ênfase no novo momento vivido por meio de internet e da ruptura provocada pelo digital. A cultura digital é significada, assim, como potencializadora dessa nova visão de cultura: “a cultura digital **potencializa** tudo isso, apontando para um grau de **desenvolvimento inédito** para a humanidade”.

Já na SD2, ao trazer as dualidades tradição/invenção, novas/velhas tradições, signos locais/signos globais, Gil afirma que a cultura deve ser pensada em sua dialética, pautada na movimentação e não na estagnação. Dessa forma, aparece simbolizada como um processo não estanque e que se modifica principalmente pela possibilidade do uso da tecnologia, tanto que os sujeitos passariam a subjetivar-se diferentemente e seriam afetados por outros sentidos. Sobre esse movimento, De Nardi (2007, p. 53) afirma que é preciso não confundir *cultura* com *tradição*, pois essa redução nega o caráter dinâmico e se considera como cultura somente aquilo que se sedimentou. Aparentemente, o que se considera como cultura, na SD2, é justamente a possibilidade de renovação de algo que se mantém de certa forma, pois as *velhas* e *novas* tradições são mobilizadas para fazer alusão ao que os sujeitos podem criar.

Levar em conta essa possibilidade de atuação do sujeito na cultura permite considerar que eles podem ser “sujeitos de sua história e de sua experiência”, como afirma Bhabha (1998, p. 248). Além disso, traz a cultura para o campo da *prática*, em que são os gestos de interpretação dos sujeitos que tecem a sua rede de sentidos, como afirma De Nardi (2011) ao entender a cultura como um tecido lacunar (re)costurado pelos sujeitos na história. É, portanto, a partir dessa possibilidade de movência e de transformação que se apresenta a novidade da cultura digital: “**Cultura digital é um conceito novo**. Parte da ideia de que a **revolução das tecnologias é, em essência, cultural**. O que está implicado aqui é que o **uso da tecnologia digital muda os comportamentos**” (SD2). Ao anunciar esse caráter inédito da cultura digital, Gil faz a ligação com a Revolução Tecnológica, responsável pelas novas articulações e pela reorganização dos sentidos.

Sobre esse impacto da internet, seguindo a ótica da Análise do Discurso, Gallo (2011, p. 255) afirma que ela pode ser entendida como instância propulsora de acontecimentos enunciativos e discursivos, sendo que “nesse espaço, o encontro de sentidos heterogêneos tem produzido novas textualidades, novos efeitos de sentido e novas discursividades”. Isso na medida em que faz com que “os espaços estabilizados se desestabilizem de um modo particular” (Ibid., p. 13). Nessa mesma esteira de pensamento, Mittmann (2008, p. 114) acrescenta que o ciberespaço “abarca não apenas a armazenagem e circulação dos discursos, mas também a produção, as formas de organização e articulação, além da recepção”. E, conforme a autora, baseada em Lévy (1999), a expressão *cibercultura* vem justamente “ao encontro dessa necessidade de interpretar o novo”, havendo “movimentos de rearranjo em virtude dessa nova ordem” (Ibid.).

Além disso, no MinC, a cultura digital é significada de uma maneira particular, isto é, a partir do “uso pleno da Internet e do *software livre*”. Ou seja, há sentidos-outros que irrompem para sustentá-la. Sobre isso, Klang (2012, p.3) afirma que, na visão de Gil, “o uso cada vez mais comum da internet, de equipamentos digitais e de programas de código aberto provocou a emergência de uma nova Cultura”. A cultura no MinC pressupõe, então, não apenas a ligação com a tecnologia, mas também com as filosofias e os movimentos ciberativistas contemporâneos à Revolução Tecnológica.

Por conta dessas características, defendemos (Pavan, 2017) que a cultura digital enunciada no Ministério provoca um *acontecimento enunciativo* (Indursky, 2008) por meio de emergência de uma *posição-sujeito progressista* na Formação Discursiva¹⁰ Governamental, campo de saberes que regula a ótica institucional sobre cultura, na medida em que ocorre uma reorganização de sentidos no interior dessa formação ao trazer para o seu domínio saberes que lhe eram alheios, exteriores, causando perturbação na rede dos sentidos já postos e estabilizados. Isso na medida em que, no entrecruzamento do *presente* (intradiscurso) com o *pretérito* (interdiscurso), o acontecimento ao mesmo tempo em que convoca o espaço de memória também já começa a reorganizá-lo (Pêcheux, 2008, p. 19). Neste texto, considero, então, que o *acontecimento enunciativo* instaurado pela cultura digital na gestão de Gil é retomado, ou seja, o acontecimento fez assentar na memória sentidos que agora são reativados e ressoam no discurso institucional, como veremos na próxima seção.

¹⁰ As formações discursivas (FD) atuam regulando “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147) e também “o que não pode/não deve ser dito” (Courtine, 2009, p. 99), num jogo entre a aceitabilidade e a exclusão. E as posições-sujeito resultam de “relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciativo e o sujeito do saber de uma dada FD” (Courtine, 2009, p. 88). Ou seja, todo dizer é sempre regulado por formações discursivas e posições-sujeito que o enunciativo assume ao tomar a palavra.

São, pois, esses os aspectos que delineiam o contexto sócio-histórico-ideológico em que a cultura digital é enunciada no MinC principalmente até 2011, conformando uma memória a respeito da política cultural, pois Gil esteve à frente do MinC de 2003 até 2008, quando a pasta é assumida por Juca Ferreira, que dá continuidade às Ações em andamento até o início de 2011, momento em que Luiz Inácio Lula da Silva também deixa a Presidência da República. Então, a partir de 2011 considero que se iniciou uma espécie de desmonte das políticas de cultura iniciadas com Gil.

Em 2011, ao assumir a Presidência, Dilma Rousseff nomeia para gerir o MinC Ana de Hollanda, que foi duramente criticada, justamente por, de certa forma, romper com as políticas das gestões anteriores, havendo o retorno de uma visão conservadora de cultura, bastante articulada ao mercado, conforme Rubin (2008, p. 186). Com a saída turbulenta de Ana de Hollanda, Marta Suplicy assume a pasta de 2012 a 2014. A gestão de Marta não teve grandes repercussões, sendo marcada mais por uma ausência quanto às políticas culturais. No final de 2014, ela deixa o MinC e quem volta à casa em 2015 é Juca Ferreira, com a promessa de retomar as políticas iniciadas em parceria com Gil. Entretanto, em 2016, Juca é deposto do MinC por Michel Temer, que assume a Presidência, após o “golpe, transvestido de *impeachment*, que depôs a presidenta Dilma Rousseff” (Rubim *et al.*, 2024, p. 139). Com o governo de Temer, em 2016, a extinção do MinC se inicia, sendo confirmada em 2019 com o governo de Jair Bolsonaro. Portanto, de 2019 a 2022, vivemos momentos de escuridão com relação à cultura e às políticas culturais, em que “Diferente da disputa político-cultural plural de valores imanente à vida democrática, a guerra cultural bolsonarista tratou a maioria do campo cultural como inimiga a liquidar, em lógica autoritária” (Rubim *et al.*, 2024, p. 145).

Dito isso, na próxima seção, passo a observar os efeitos de sentido para cultura e cultura digital com o ressurgimento do MinC em 2023, que reaviva os sentidos da ótica progressista sobre a formulação de políticas de cultura.

Cultura e cultura digital: efeitos de memória na atualidade

Situados no início da gestão da Ministra Margareth Menezes, os trechos a seguir mostram que os sentidos de/para cultura ganham *novamente* contornos de *inclusão*. Digo isso porque na gestão de Gil e de Juca Ferreira a tônica era justamente a de abarcar “tudo” e “todos” e aqui observamos esse retorno, é a memória que retorna na atualidade do Ministério não por meio de trechos tal e qual repetidos do passado, mas por meio efeitos

de sentido já constituídos. Isso ao passo que “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase.” (Achard, 2007, p. 16). Vejamos o que se diz:

SD3 - “Cultura é riqueza. Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura modernista ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, da sabedoria do repente ao rap transformador, do baile funk à ginga da capoeira, da literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura, este núcleo estético e ético da vida [...]” (Margareth Menezes. Discurso de Posse, 2 de janeiro de 2023. In: Nonada on-line)

Na fala da Ministra, observamos que a cultura é significada pela escala argumentativa “Do/a... à/ao”, buscando abarcar manifestações e produções culturais de sujeitos, lugares e vivências distintas, não reduzindo a cultura a práticas já consagradas e/ou que circulam em espaços legitimados, fazendo perceber que o determinante “riqueza” em “Cultura é riqueza” produz um sentido particular que faz eco ao modo como a cultura passou a ser significada no MinC principalmente entre 2003 e 2011.

Entretanto, enunciar dessa forma também pode levar a entender que nesse intervalo *de um elemento a outro* não há uma série de contradições e relações de poder. Por exemplo, a obra arquitetônica e a palha do milho da pamonha ocupam lugares desiguais na formação social capitalista em que vivemos, ou seja, as condições sociais, econômicas e simbólicas são historicamente desiguais entre esses produtos culturais. Além disso, enunciar que “tudo é cultura” pode apagar a contradição que atravessa essa noção, como se não houvesse relações desiguais na constituição de lugares de interpretação na cultura, conforme De Nardi (2007), e como se a cultura fosse apartada da luta de classes. Então, conforme vimos com o discurso institucional no início das políticas culturais implementadas na gestão de Gil, há um anseio por *incluir*, o que pode levar a desconsideração das contradições na/da cultura.

Na sequência, ainda no mesmo pronunciamento, é possível notar que a Ministra identifica-se com o posicionamento progressista com relação à cultura, o qual irrompeu com a gestão de Gil no MinC, em contraposição a um posicionamento conservador já consolidado no seio do Ministério.

SD4 - “Existem aqueles que têm vergonha da cultura Brasileira, do Brasil encantado, do Brasil profundo, do Brasil real, do Brasil que vive nas periferias, nos Sertões, nos interiores. Isso ocorre porque boa parte

vive da ostentação da Cultura como elemento de distração e ornamento e não como algo vital” (Margareth Menezes. Discurso de Posse, 2 de janeiro de 2023. In: Nonada on-line)

Ao enunciar por meio de uma oração restritiva “Existem aqueles que...” percebemos que o sujeito do discurso demarca uma fronteira entre posicionamentos sobre a cultura, de um lado **“aqueles que têm vergonha da cultura Brasileira”** e de outro, parafraseando um dizer possível, “aqueles que se subjetivam/defendem na/da cultura Brasileira”. Esse funcionamento faz com que sentidos pré-construídos, sentidos já-lá vindos do interdiscurso via memória discursiva e posição-sujeito, se encaixem (Pavan e Galvão, 2019) no dizer do sujeito enunciador para sustentar que há uma visão sobre a cultura Brasileira com a qual não há identificação por parte do sujeito, o que aparece mais nitidamente na sequência quando há a explicação do porquê desse posicionamento por meio de oposição entre cultura como **“distração e ornamento”** e cultura **“como algo vital”**.

Ao opor essas óticas sobre a cultura, por meio de um enunciado dividido (Courtine, 2009)¹¹, podemos observar o retorno da oposição, que marcou a gestão de Gil, entre uma *visão conservadora* (erudita, letrada, mercadológica) e uma *visão progressista* (popular, periférica, socioeconômica) sobre a cultura, conforme mostrei em outro texto (Pavan, 2024). Assim, o discurso de posse da Ministra faz ressoar o que Gil afirma sobre a cultura e o papel das políticas culturais também em seu discurso de posse: “clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país” (Gil, 2003). O discurso busca demarcar, portanto, que a cultura volta a ser significada pelo viés antropológico, que compreende “todas as possibilidades de realização humana” (Laraia, 1986, p. 25).

Essa ótica sobre a cultura é também mobilizada quando a Ministra se pronuncia sobre o entrecruzamento entre cultura e digital durante sua fala na *I. Conferência Temática da Cultura Digital*.

SD5 - [...] eu sou muito fã desta possibilidade que o ambiente digital tem na direção da gente fortalecer o Brasil fortalecer o espaço do povo Brasileiro fortalecer as nossas memórias fortalecer as nossas referências porque a cultura popular é onde mora nossas referências de identidade

¹¹ Courtine (2009, p. 191) propõe o conceito ao observar que, em uma mesma materialidade linguística, linearizada no fio do dizer, podem coexistir enunciados pertencentes a formações discursivas antagônicas, fazendo com que saberes de domínios incompatíveis possam aparecer juntos no fio do dizer, não havendo possibilidade de substituição dos elementos do texto, isto é, “a não comutabilidade dos elementos em posição X e Y”.

e dentro do ambiente digital a gente demarcar esse limite da nossa identidade Brasileira e o Brasil também sempre foi né pelo histórico né do que foi construído pelo ministro Gilberto Gil na continuidade também com o ministro Juca essa atenção pra essa força do ambiente digital [...] com certeza essa ideia de dentro do ambiente digital a gente mostrar a nossa cultura mostrar nossa identidade essa coisa da terra preta uma plataforma que hoje tá aí a cultura afro a cultura indígena [...] como já nos aventou há muito os nossos grandes sábios né quando nos colocam essa ideia que o futuro é ancestral e é mesmo [...] (Trechos de transcrição padrão da fala de Margareth Menezes na I. Conferência Temática da Cultura Digital, 26 de janeiro de 2023. In: TV Taina)

Ao lermos esse trecho, podemos inicialmente observar a repetição da palavra “**fortalecer**” em quatro diferentes momentos indica que esses elementos “o espaço do povo Brasileiro”, “as nossas memórias”, “as nossas referências” estavam outrora debilitados pela ausência de políticas culturais e o “digital” é mobilizado como um meio para esse fomento. Conforme resume Rubim *et al.* (2024), “O Brasil assistiu um dos momentos mais criativos em suas políticas culturais de 2003 até 2016, com destaque para os anos das gestões Lula-Gil-Juca entre 2003 e 2010” (Ibid., p. 149), as quais “foram paralisadas nos anos 2016-2022 nas gestões de Temer e Bolsonaro”, e no “terceiro mandato de Lula, o retorno dessas políticas e programas é natural, como também a emergência de novas iniciativas, que atendam demandas democráticas sintonizadas com os embates travados” (Ibid., p. 150).

Logo, o retorno de Lula ao governo e a recriação do MinC faz com que uma memória sobre cultura e cultura digital seja reavivada pelo discurso institucional, conforme a Ministra menciona diretamente ao citar Gil e Juca. Isso ocorre ao passo que a memória discursiva, conforme a definição clássica em AD, “seria aquilo, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’” [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (Pêcheux, 2007, p. 52). Há, então, uma memória sobre cultura que é retomada, mas não de forma explícita sob a forma de citações e trechos tal e qual, mas sob a forma de “implícitos”, de vestígios, de ecos, de sentidos que ressoam.

Além disso, há o uso do verbo “**demarcar**” como uma forma de assegurar algo que seria muito específico da cultura popular-Brasileira. É interessante observar, assim, que a cultura Brasileira neste trecho é mobilizada como sinônimo de cultura popular,

que, na visão de Cuche (1999, p. 149), “são, por definição, culturas de grupos sociais subalternos” e construídas “em uma situação de dominação”. Dá-se a entender, portanto, que a cultura “Brasileira” é a cultura das minorias, dos dominados, dos subjugados, é “**a cultura afro a cultura indígena**”, fazendo novamente reavivar os sentidos de cultura que foram produzidos e promovidos na gestão de Gil.

Assim, o enunciado “**o futuro é ancestral**” linearizado na fala Ministra sustenta sua visão sobre a relação entre cultura e tecnologia. Título do livro de Ailton Krenak, *Futuro Ancestral* (2022), esse dizer apresenta a proposição de uma outra ótica sobre o “futuro”, cito aqui dois trechos que a exemplificam: “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022, p. 07) e “Para começar, o futuro não existe - nós apenas o imaginamos. Dizer que alguma coisa vai acontecer no futuro não exige nada de nós, pois ele é uma ilusão.” (Ibid., p. 50). Através disso, o autor defende que o “futuro” somente pode ser pensado/imaginado/projetado se o passado for respeitado/reverenciado/considerado, ou seja, o futuro aqui desprende-se da ideia de “inovação” e articula-se com a ideia de “preservação”, em que, para haver realmente “futuro”, precisamos voltar para as nossas raízes mais profundas, retomar nossa conexão com a terra, a água, os animais, com a natureza como um todo.

Esses sentidos são reatualizados no fio do discurso quando esse dizer é mobilizado no pronunciamento da Ministra, tornando possível conjecturar que o enunciado carrega em si uma relação entre atualidade (“futuro”) e memória (“ancestral”) atravessadas pela questão da tecnologia, em que os espaços digitais devem passar a ser também lugar de enunciação de grupos sociais historicamente marginalizados, como os indígenas e os quilombolas citados em sua fala, que tiveram seus saberes sobre a terra, a água, as florestas e os seres vivos invalidados/silenciados/apagados pelo discurso e pelas práticas violentas e opressoras do colonizador. Assim, ao conectar duas palavras de domínios semânticos diferentes, ocorre a convocação de saberes anteriores, saberes dos povos originários, para significar o modo como o entrecruzamento entre cultura e internet poderá ocorrer por meio das políticas culturais de sua gestão. Ou seja, há linearização de sentidos que coloca em cena um jogo dialético entre os saberes do passado e as possibilidades do presente e do futuro, em que o ferramental tecnológico, o digital, passa a ser ressignificado, fazendo ressoar os sentidos das políticas culturais da gestão de Gil.

Apontamentos finais

A partir das análises apresentadas, é possível compreender que a cultura e as políticas culturais vivem no Brasil de hoje um período de retomada, que se sustenta em uma memória conformada pelos sentidos constituídos há mais de 20 anos na gestão de Gilberto Gil. Então, de 2003 (início da gestão de Gil) a 2023 (início da gestão de Margareth Menezes), temos diferentes disputas no campo da cultura, avanços, retrocessos, silenciamentos e até uma “guerra cultural” (Rubim *et al.*, 2024, p. 145) que demonstram, mais uma vez, que a cultura é um campo permeado por tensões, contradições, relações de força e de poder, e mais, que falar sobre cultura implica necessariamente em assumir um ponto de vista que não é nunca neutro, mas alinhado ao posicionamento ideológico de quem enuncia (cfe. defende De Nardi, 2007). Assim, passar da cultura à política de cultura impõe tomar posição, que pode ser tanto democrática e progressista quanto autoritária e conservadora. A esperança é, então, de que a pluralidade, o diálogo, a inclusão e a diversidade e a diferença cultural sejam a tônica daqui para frente.

Referências

ACHARD, Pierre. [1983] *Memória e produção discursiva do sentido*. In: _____ *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

Brasil. *Compêndio da Ação Cultural Digital*. Ministério da Cultura, 2009.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Um olhar discursivo sobre língua cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. Reflexões sobre a cultura no território da AD: um lugar para o conceito de cultura no campo da ideologia, do inconsciente e da(s) políticas. In: *Anais do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso – o acontecimento do discurso: filiações e rupturas*, Porto Alegre, RS n. 5, 2011.

COSTA, Eliane Sarmiento. *Jangada digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

ESCOBAR, Carlos Henrique. *Da categoria de cultura: do Aparelho Cultural do Estado. Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 16, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

GALLO, Solange Maria Leda. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Memória e história da/na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

GIL, Gilberto. *Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo*. 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOPSTEIN, Graciela. O Programa Cultura Viva: uma referência de política pública inclusiva e articulada com os movimentos culturais. *Revista poliTICS*, v. 7, p. 12-19, 2010.

INDURSKY, Freda. Unidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008. p. 09-33.

KLANG, Helena. A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura ou quando um hacker chega ao poder. In: *IV Encontro Nacional da Ulepicc* (União Latina de Economia, Política da Informação, da Comunicação e da Cultura). Rio de Janeiro, 2012.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral* São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LABREA, Valeria da Cruz Viana. Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder. Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva – 2004-2013. *Tese de Doutorado*. Universidade de Brasília, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

NONADA. *Margareth Menezes: “Segurança sem cultura é repressão, todas as áreas precisam da cultura”*. 2 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2023/01/margareth-menezes-seguranca-sem-cultura-e-repressao-todas-as-areas-precisam-da-cultura/>. Acesso em: 10 out. 2025

PAVAN, Paula Daniele; GALVÃO, Alessandro Nobre. Da produtividade do conceito de pré-construído e seus diferentes modos de funcionamento: uma abordagem teórico-analítica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 173-191, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/Lsh7HkTZf74DPxtV3RhglQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2025

PAVAN, Paula Daniele. A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

_____. O acontecimento da/na cultura digital: os vinte anos do Programa Cultura Viva e os efeitos de sentido. *Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: 09 out. 2025

PÊCHEUX, Michel. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom*. São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; OLIVEIRA, Gleise; CALABRE, Lia; ROCHA, Sophia. Políticas culturais no Brasil do século XXI. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas;

DOMINZAIN, Susana; BOLÁN, Eduardo Nivón. *Políticas culturales en el siglo XXI en ocho países de América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

TV TAINA. *Margareth Menezes na I. Conferência Temática da Cultura Digital*. 26 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://tv.taina.net.br/vod/transmissoes/2024/01/26/CulturaDigitalBrasileira-21.18.59.617-4.mp4>. Acesso em 10 out. 2025.

OEA (Operador Econômico Autorizado): um Estudo Exploratório Sobre o Conceito e sua Aplicação no Brasil e no Exterior

Maurício Danski¹²
Domingos Sávio Campos de Azevedo¹³

Introdução

A ACI (área de controle integrado), localizada no Centro Unificado de Fronteira (CUF) São Borja/Santo Tomé, destaca-se por ser a primeira área no MERCOSUL, que conta com modelo inovador de controle totalmente integrado. A globalização que o mundo experimenta desde o final do século XX vem provocando um vertiginoso aumento do fluxo de pessoas e mercadorias entre os diversos países, fato que apesar de trazer muitos benefícios, como o crescimento da economia mundial, traz também seu lado negativo: o de ser uma porta de entrada, principalmente, para o terrorismo. Desta forma, alguns países iniciaram estudos sobre como implementar medidas para dinamizar os fluxos de trabalho das Aduanas, tornando-os mais céleres, com menos retrabalho, sem, no entanto, perder o rigor do controle das cargas.

O presente trabalho foca o olhar no pouco conhecimento sobre a singularidade do modelo OEA de gestão fronteiriça na divisa entre São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), e Santo Tomé, na província de Corrientes (Argentina). o objeto de estudo é o que os OEAs podem acrescentar na eficiência do centro unificado de fronteira (CUF), um modelo de parceria público-privada que, apesar de ser reconhecido internacionalmente por sua eficiência e agilidade, enfrenta os desafios o desafio da desinformação.

12 Despachante aduaneiro no CUF - São Borja - Santo tomé. Mestrando em Políticas Públicas pelo PPGPP Unipampa São Borja RS. E-mail mdanski22@gmail.com

13 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2016) Professor Titular do PPGPP - Unipampa da Universidade Federal do Pampa, Brasil. E-mail domingosazevedo@Unipampa.edu.br

O modelo de fronteira tradicional: a referência da cabeceira dupla

Para Flora (2023, p.135/136), “diante das novas dinâmicas comerciais e econômicas, instaladas no mundo após a segunda metade do século XX, os países latino-americanos iniciaram um novo movimento de expansão dos horizontes comerciais.” A dinâmica das fronteiras terrestres no Brasil e na América do Sul é historicamente marcada por modelos que, embora funcionais, apresentam desafios logísticos decorrentes de sua estrutura.

O padrão mais comum é o de cabeceira dupla, onde os controles aduaneiros, migratórios e sanitários são realizados em locais distintos, de cada lado da fronteira. em uruguaiana/paso de los libres, por exemplo, os controles são feitos em vários pontos separados (ACI lado argentino, ACI porto seco rodoviário, terminal rodoviário aduaneiro TA BR 290), o que pode gerar atrasos e complexidade no fluxo comercial. essa falta de integração e a necessidade de múltiplas paradas para a fiscalização em cada país configuram o cenário de “fronteira tradicional”, com procedimentos sequenciais que podem resultar em lentidão, superlotação e custos mais elevados na cadeia logística.

Para Flora (2023, p.136), “das duas ACI apontadas como integradas, somente a localizada no centro unificado de fronteira Santo Tomé/São Borja é referência no MERCOSUL, como exemplo de boa prática para o comércio internacional.” Em Uruguaiana, os veículos de exportação, por exemplo, precisam deixar o recinto aduaneiro até às 18h30 aos sábados, o que pode impactar a agilidade dos trâmites. A falta de integração e os espaços limitados nesses portos secos tradicionais geram filas e a necessidade de senhas, inevitavelmente causando atrasos no fluxo comercial.

O modelo único de CUF São Borja/Santo Tomé

Os mercados estão cada vez mais competitivos e as empresas precisam alinhar as suas estratégias de produção às estratégias competitivas globais, dessa forma, a logística internacional tem papel fundamental no desenvolvimento da competitividade nas operações de comércio internacional (ROCHA, 2013; SOUZA, 2012). A logística internacional é um elemento fundamental para que os fluxos dos diversos tipos de recursos aconteçam da forma mais eficiente possível, o que se torna muito desafiador quando se considera que existe uma busca laboriosa pela redução de tempo e custo. Nesse contexto, as empresas

Brasileiras, ao realizarem as operações de importação e exportação, buscam agilidade, competitividade em custos, um atendimento diferenciado e uma logística que atendam às suas mais diversas necessidades (SOUZA; LARA, 2015).

O programa OEA é tema mais atual e um dos principais programas criados pelo governo Brasileiro para o comércio exterior nos últimos tempos. O OEA Brasileiro foi desenvolvido com base no Programa C-TPAT criado pela Aduana Americana, voltado à segurança física da carga. De acordo com o último relatório oficial emitido pela Organização Mundial das Aduanas (OMA), cinquenta e seis países possuem programas OEA em franca operação. O Centro Unificado de Fronteira (CUF), está localizado em área argentina, na cidade de Santo Tomé, província de Corrientes, e, pelo Decreto nº 3467/2000, possui em sua estrutura uma Área de Controle Integrado (ACI), ou seja, um local onde é realizado o controle aduaneiro integrado por parte de funcionários dos dois países, de forma sequencial ou simultânea.

Em contrapartida, o Centro Unificado de Fronteira (CUF) entre São Borja e Santo Tomé se destaca como um modelo de referência no Mercosul, sendo um dos poucos a operar sob uma Área de Controle Integrado (ACI) totalmente integrada. Essa aci, homologada pelo decreto nº 1.781, de 10 de janeiro de 1996, conforme contrato de concessão internacional, foi eleita pela organização mundial de aduanas (OMA) e pela lirs, em um trabalho solicitado pelo banco interamericano de desenvolvimento (BID), como a fronteira que mais se aproxima do ideal para a américa latina.

O CUF opera em uma única cabeceira, localizada em território argentino, e em regime de concessão binacional, o que configura uma parceria público-privada única. a gestão era realizada pela mercovia s.a. até 2025. A infraestrutura é planejada para otimizar o fluxo de cargas e pessoas, e conta com: a) - edifícios para todos os órgãos de fiscalização pública, tanto Brasileiros quanto argentinos, em um único local; b) - boxes para caminhões com capacidade para 1.000 veículos; c) - segurança física e eletrônica, bem como monitoramento por câmeras 24 horas por dia, 365 dias por ano e d) - áreas específicas para cargas perigosas, câmaras frias, depósitos e laboratórios de análise, como o laboratório fitossanitário (agronômica).

Os órgãos de fiscalização de ambos os países estão centralizados no mesmo complexo, permitindo um trabalho integrado e simultâneo. no lado Brasileiro, atuam a secretaria da Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério da Agricultura, a Anvisa, o Exército Brasileiro, a Acisb e o Ibama. do lado argentino, os órgãos presentes são a Aduana

Argentina, a Senasa, a Dirección Nacional de Migraciones, a Gendarmería Nacional, a CNRT, a DNRPA, o Inal e o Banco de la Nación Argentina.

Essa estrutura centralizada e unificada de governança (definição), aliada à tecnologia e ao trabalho da concessionária, traz vantagens competitivas significativas. O tempo de desembarço aduaneiro é significativamente reduzido, e a necessidade de senhas para o ingresso de caminhões é eliminada, o que diferencia o CUF de outros recintos aduaneiros.

No modelo do CUF, o processo de desembarço na exportação e na importação leva significativamente menos tempo em comparação com o modelo de fronteira tradicional, como Uruguaiana. o processo simultâneo das aduanas, em que a receita federal do Brasil (RFB) e a administración federal de ingresos públicos (AFIP) analisam os documentos ao mesmo tempo, e o caminhão não precisa deslocar-se de uma aduana para outra, como no caso de duas cabeceiras, sendo que ele recebe um box numerado na entrada do CUF, e só movimenta para conferência fitossanitária ou conferência física (canal vermelho), é um diferencial que reduz custos e o tempo de permanência da carga na fronteira.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, buscando compreender o problema da desinformação sobre o modelo de gestão do centro unificado de fronteira. Embora a eficiência operacional seja a tônica do local, a percepção dos atores sobre sua complexidade é o foco central, o que demanda uma análise de conteúdo e aprofundamento das narrativas dos sujeitos. A pesquisa qualitativa, como destaca Gerhardt e Silveira (2009), não se preocupa com a representatividade numérica, mas com a profundidade da compreensão de um fenômeno, o que se alinha perfeitamente ao nosso objetivo de entender a lacuna de conhecimento que existe sobre o cuf.

A metodologia consistirá em uma análise documental aprofundada, com foco em todos os materiais que já compilamos (artigo científico, documentos oficiais da DELCON / COMAB, dados sobre os órgãos de fiscalização), bem como no estudo da literatura sobre políticas públicas e parcerias público-privadas. A partir dessa base teórica e descritiva, o trabalho se aprofundará em uma abordagem de estudo de caso, analisando o cuf como um exemplo de política pública de sucesso que exige uma política de comunicação complementar. O resultado dessa análise fundamentará a proposta de criação de um produto técnico, que é a intervenção de política pública que esta tese irá defender.

Cadeia Logística Internacional

Qual o conceito de cadeia logística internacional? Simplificadamente, pode-se definir cadeia logística internacional como sendo o conjunto de etapas pelas quais uma mercadoria percorre, desde o momento em que sai de sua origem (exportador – vendedor da mercadoria) até a sua chegada ao destino (importador – comprador da mercadoria). Durante esse percurso, há a participação de vários intervenientes, tais como: transportadores, agente de cargas, terminais de despacho, agentes de fiscalização de dois ou mais países envolvidos, entre outros. A cadeia logística internacional pode ser também denominada cadeia de suprimentos, cadeia de abastecimento global etc.

OEA: O que é ? e onde se aplica ?

A sigla OEA pode ter dois significados principais, que são os seguintes:
1) - Organização dos Estados Americanos, uma instituição internacional com sede em Washington D.C., composta por países do continente americano, que tem como objetivo promover a paz, a democracia e o desenvolvimento, ou pode significar 2) - Operador Econômico Autorizado, um interveniente no comércio exterior (importador, exportador, etc.) que é certificado pela Receita Federal do Brasil por ser confiável e de baixo risco, o que concede benefícios como agilidade nos processos, como recintos únicos de passagem direta dos caminhões que entram no país vizinho.

O Operador Econômico Autorizado (OEA), é uma empresa ou interveniente no comércio exterior (importador, exportador, etc.) que é certificado pela Receita Federal do Brasil por cumprir requisitos de segurança e conformidade com as regras aduaneiras. Os seus objetivos são tornar o comércio exterior mais ágil, seguro e previsível. Os benefícios para as empresas certificadas como OEA, que são consideradas de baixo risco e confiáveis, recebendo benefícios como agilidade nos trâmites aduaneiros.

Análise do CUF sob a lente da desinformação

A avaliação do CUF sob a lente da desinformação revela que a eficiência do modelo é ameaçada pela falta de conhecimento de seus usuários. a lacuna de informação sobre as operações integradas, as vantagens do “processo simultâneo” e do “exame conjunto” entre os órgãos fiscalizadores faz com que os operadores do comércio exterior se comportem como se estivessem em uma fronteira tradicional. essa percepção equivocada cria gargalos e, na prática, subutiliza um recurso que foi concebido para ser um dos mais eficientes do mercosul. a política pública de infraestrutura, que é a ponte e o centro de fronteira, é um sucesso, mas a política de informação, que deveria acompanhar e potencializar sua utilização, mostra-se deficiente.

OEA no Brasil

O Operador Econômico Autorizado (OEA) é o interveniente nas operações de comércio exterior envolvido na movimentação internacional de mercadorias, certificado pela Receita Federal do Brasil (RFB) de acordo com o Artigo 2º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 2.154/2023. O Artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 2.154/2023 estabelece um rol taxativo de categorias de intervenientes que podem obter a certificação OEA. Portanto, se a atividade principal da sua empresa não estiver expressamente listada acima, a participação no programa não será permitida.

O parágrafo 5º do mesmo artigo prevê a possibilidade de a Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (COANA) estender a certificação OEA a outros intervenientes. Como se certificar: A) - Solicitar a certificação pelo Sistema OEA no Portal Único, preenchendo; B) - informações e anexando documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos; C) - A empresa precisa comprovar que atende aos critérios de segurança da cadeia logística e conformidade aduaneira e D) - Após a análise da Receita Federal, a empresa pode obter a certificação e os benefícios associados.

Operador Econômico Autorizado (OEA) é um parceiro estratégico da Receita Federal que, após ter comprovado o cumprimento dos requisitos e critérios do Programa OEA, será certificado como um operador de baixo risco, confiável e, por conseguinte, gozará dos benefícios oferecidos pela Aduana Brasileira, relacionados à maior agilidade e previsibilidade de suas cargas nos fluxos do comércio internacional.

De acordo com o Artigo 6º da mesma instrução normativa, os seguintes intervenientes que atuam na cadeia de suprimentos internacional podem ser certificados no Programa OEA: 1) - Importador; 2) - Exportador; 3) - Transportador; 4) - Agente de Carga; 5) - Agência Marítima; 6) - Depositário de mercadoria sob controle aduaneiro em recinto alfandegado; 7) - Depositário em Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex); 8) - Operador Portuário; e 9) - Operador Aeroportuário.

Verifique sua atividade principal, o Artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 2.154/2023 estabelece um rol taxativo de categorias de intervenientes que podem obter a certificação OEA. Portanto, se a atividade principal da sua empresa não estiver expressamente listada acima, a participação no programa não será permitida. O parágrafo 5º do mesmo artigo prevê a possibilidade de a Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) estender a certificação OEA a outros intervenientes.

Como a Certificação é concedida? A certificação será concedida para o estabelecimento matriz do interveniente, identificado pelo seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com extensão a todos os seus estabelecimentos domiciliados no País, para os seguintes intervenientes: I - Importador; II - Exportador; III - Transportador; IV - Agente de Carga; V - Agência Marítima.

Para as funções abaixo, a certificação será concedida individualmente a cada estabelecimento, identificado pelo CNPJ: VI - Depositário de mercadoria sob controle aduaneiro em recinto alfandegado; VII - Depositário em Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex); VIII - Operador Portuário; e IX - Operador Aeroportuário.

Nos últimos anos, o Brasil passou a dar preferência ao mercado internacional para que nossas empresas pudessem ser mais competitivas no mercado externo. Isso pode ser comprovado através do plano de exportação (lançado em 24 de junho de 2015), facilitação de Regimes Especiais, como Drawback e lançamento do RECOF-SPED, busca de novos Acordos Comerciais com novos países e blocos econômicos, e dar às empresas nacionais um selo de qualidade comercial através do Programa do Operador Econômico Autorizado (OEA).

É com esse intuito que o Programa do Operador Econômico Autorizado (OEA) foi instituído no Brasil no ano de 2014, associando-se a um conjunto de países já certificados, e permitindo que nossas empresas, além dos benefícios inerentes ao Programa, possam gozar de um benefício maior: o selo de um parceiro estratégico da Receita Federal que,

após comprovado o cumprimento dos requisitos e critérios exigidos para ser certificado no Programa OEA, será atestado como um OPERADOR DE BAIXO RISCO E CONFIÁVEL.

O OEA é uma certificação concedida pelas Aduanas aos importadores, exportadores, agentes consolidadores, portos, aeroportos, terminais, companhias marítimas, e demais atores da cadeia que lhe confere o status de empresa segura e confiável em suas operações. O Operador Econômico Autorizado é uma parte envolvida no movimento de cargas internacionais, que se insere no contexto dos programas de segurança criados por cada país, com base nas recomendações da OMA para a segurança da cadeia logística, segundo divulgação do Procomex. | O Operador Econômico Autorizado é um parceiro estratégico da Receita Federal que, após comprovado o cumprimento dos requisitos e critérios do Programa OEA será certificado como um operador de baixo risco, confiável e, por conseguinte, gozará dos benefícios oferecidos pela Aduana, relacionados à maior agilidade e previsibilidade nos fluxos do comércio internacional.

Os requisitos para que as empresas possam se tornar um OEA são rigorosos, e exigem um alto grau de comprometimento da empresa com normas de segurança em vários setores, seja em nível de movimentação de carga, seja em nível de pessoal que trabalha nas operações do fluxo aduaneiro, em nível dos controles de operação de comércio exterior, bem como, todo o ecossistema que faz parte da operação, como: parceiros, sistemas informatizados, compliance com a legislação, etc. O Programa está presente em diferentes países e vem continuamente sendo implantado em novos Estados, que desejem comprovar o compliance de sua empresa e, conseqüentemente, abrir novos mercados.

OEA no exterior

O Operador Econômico Autorizado (OEA) no Mercosul é uma empresa certificada pelos países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) para participar de acordos de reconhecimento mútuo que agilizam e facilitam o comércio. Essa certificação, concedida após comprovação de conformidade com requisitos de segurança e controle, permite que empresas confiáveis tenham seus processos aduaneiros agilizados tanto no Brasil quanto no exterior.

Existem programas equivalentes ao Operador Econômico Autorizado (OEA) no México, nos Estados Unidos e no Canadá, embora com nomes diferentes. Eles compartilham o objetivo de fortalecer a segurança da

cadeia de suprimentos e facilitar o comércio internacional para empresas certificadas e de baixo risco.

Um Operador Econômico Autorizado (OEA) na União Europeia é um parceiro comercial confiável, certificado por autoridades aduaneiras para agilizar o comércio internacional, com benefícios como procedimentos aduaneiros simplificados e menos controles. Para se tornar um OEA, é necessário ter um número EORI e candidatar-se online através do Portal do Comerciante da UE, cumprindo requisitos de segurança, solvência financeira e conformidade com a legislação aduaneira.

Existem operadores econômicos autorizados em outros países por meio de programas similares ao Brasileiro, e o Brasil possui Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) com várias nações. Isso permite que empresas certificadas no Brasil usufruam de benefícios em outros países, e vice-versa, graças a um padrão de segurança e conformidade reconhecido internacionalmente.

O acordo de reconhecimento mútuo do Operador Econômico Autorizado (OEA) firmado entre 11 países, incluindo o Brasil, representa um avanço na agenda de facilitação do comércio exterior Brasileiro, na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O programa da Receita Federal visa desburocratizar os procedimentos dos exportadores e importadores a fim de facilitar as operações aduaneiras para as empresas certificadas.

Além do Brasil, fazem parte do acordo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Previsto no Acordo de Facilitação de Comércio, assinado em 2017 pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), o bloco regional dá um passo político importante para a troca de informações nos Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) dentro do OEA.

Com o Arranjo Regional, qualquer modificação substancial nesses programas nos países deve ser comunicada dentro do grupo para eventual validação adicional. As aduanas também se comprometeram a comunicar, com a maior brevidade possível, a interrupção, a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de seus programas e das certificações.

CONCLUSÃO

Podemos concluir com esse trabalho, que o objetivo inicial do operador econômico autorizado (OEA), que era somente a segurança, após o 11 de setembro, evoluiu para uma abrangência mais ampla que é a tributária, usado assim como ferramenta econômica, para aceleração dos processos de desembaraço aduaneiro, de forma menos onerosa em burocracia e despesas alfandegárias e de armazenagem, agilizando assim os trâmites e participação dos órgãos governamentais intervenientes, o que nos leva a mais uma vez elencar o centro unificado de fronteira (CUF), como uma combinação de agilidade física e integrada, com a confiabilidade e segurança do operador econômico (OEA), também podemos afirmar que a Receita Federal do Brasil, já trabalha amplamente com a liberação em menor transit time, de mercadorias de empresas com cadastro OEA, sendo que o Brasil já domina de forma excelente o processo, acompanhado de novas tecnologias.

Referências

ADUANA NEWS. Assinado o primeiro Acordo de Reconhecimento Mútuo Mercosul-OEA. **Aduana News**, [S.l.], 19 nov. 2019. Disponível em: <https://aduananews.com/pt/firman-acuerdo-de-reconocimiento-mutuo-mercosur-oea-2/>. Acesso em: 15 set. 2025.

ADUANA NEWS. O Mercosul e a Aliança do Pacífico assinaram um Acordo de Reconhecimento Mútuo para fortalecer a segurança aduaneira regional. **Aduana News**, [S.l.], 27 maio 2025. Disponível em: <https://aduananews.com/pt/mercosur-y-alianza-del-pacifico-suscribieron-un-acordo-de-reconocimiento-mutuo-para-fortalecer-la-seguridad-aduanera-regional/>. Acesso em: 15 set. 2025.

ALADI. Estudo sobre os programas operador econômico autorizado nos países-membros da ALADI, com ênfase nos requisitos para obter a certificação. [S.l.]: ALADI, 2018. Disponível em: http://www2.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Secretaria_General/SEC_Estudios/229_pt.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPORTADORES INTERNACIONAIS (ABTI). Relatório sobre Gestão Coordenada de Fronteiras apresenta diagnóstico do Programa OEA. [S.l.], 25 jan. 2025. Disponível em: <https://abti.org.br/informacao/noticias/4241-relatorio-sobre-gestao-coordenada-de-fronteiras-apresenta-diagnostico-do-programa-oea>. Acesso em: 29 out. 2025.

CONEXOS CLOUD. Operador Econômico Autorizado (OEA): descubra tudo sobre! [S.l.], 18 jun. 2025. Disponível em: <https://conexoscloud.com.br/operador-economico-autorizado-oea/>. Acesso em: 15 set. 2025.

Gerhardt, TE; Silveira, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KPMG INTERNATIONAL. Operador Econômico Autorizado (OEA) da Receita Federal do Brasil (RFB). [S.l.], 2021. Disponível em: https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2021/07/folder_oea_2021_web_f.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). Acordo de Reconhecimento Mútuo OEA MERCOSUL. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/>

importacao-e-exportacao/oea/beneficios-do-programa-oea/acordos-de-reconhecimento-mutuo/arm-ja-assinados/arm-mercosul/arm-Brasil-mercosul.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

ROCHA, 2013; SOUZA, 2012

SOUZA; LARA, 2015

SOUZA, Reginaldo da Silva; SILVA, Sheldon William. Análise dos benefícios do Programa OEA nas operações logísticas de importação. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (SEGET), 16., 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNINOVE, 2019. p. 1-16. Disponível em: <https://seget.org.br/seget/index.php/seget/article/view/11267/6290>. Acesso em: 30 out. 2025.

WORLD CUSTOMS ORGANIZATION (WCO). WCO SAFE Framework of Standards to Secure and Facilitate Global Trade. Bruxelas, 2005. Disponível em: <https://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/facilitation/instruments-and-tools/tools/safe-package/safe-framework-of-standards.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

Lidades e Desafios: Um retrato do assentamento Ibicuí a partir de informações do banco de dados do SIGRA

Alison Fernando Jeronymo Eduardo¹⁴

Vinicius Piccin Dalbianco¹⁵

Ronaldo Bernardino Colvero¹⁶

Introdução

O rural Brasileiro ao longo do tempo passou por diversas fases históricas, repletas de avanços e retrocessos. Com o passar dos anos, a discussão sobre desenvolvimento rural conquistou espaço nas políticas públicas e necessidade e curiosidade em avaliar e compreender quais são os casos de sucesso (ou não sucesso) de comunidades rurais, tradicionais e urbanas são demandas crescentes para o mapeamento de políticas públicas e recursos humanos e financeiros .

A política pública de reforma agrária ao longo dos anos no Brasil, vem encontrando nos assentamentos rurais de reforma agrária uma forma de garantir o acesso à terra e às moradia adequada a grupos populacionais que viviam em situação de vulnerabilidade social e econômica. Desde de meados de 1990 o estado do Rio Grande do Sul, vem se destacando com a implementação de diversos assentamentos rurais da reforma agrária em seu território. Atualmente o estado gaúcho conta com uma população de cerca de 32.829 pessoas assentadas e organizados entre 11 mil famílias localizadas em 304 assentamentos situados em 86 municípios gaúchos SIGRA (Universidade Federal de Santa Maria, 2016)

14 Doutorando em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Políticas Públicas. E-mail: alisoneduardo@Unipampa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0880-5922>.

15 Doutor em Extensão Rural. Professor na Universidade Federal do Pampa - Campus Itaqui. E-mail: viniciusdalbianco@Unipampa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3637-1519>.

16 Professor Titular da Universidade Federal do Pampa, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória, Patrimônio e Políticas Públicas. Email: ronaldocolvero@Unipampa.edu.br

(EDUARDO et al., 2024, p. 12549). Os assentamentos rurais do município de Santana do Livramento são reconhecidos, por gerar inúmeras relações espontâneas, como os processos de auto-organização, oferecendo possibilidades concretas de fornecimento de alimentos para a sociedade (FERRON; TROIAN, 2020, p. 30 e também para o seu autoconsumo. Os assentamentos rurais são uma importante estratégia de combate à pobreza rural e de promoção da inclusão social no campo, além da contribuição para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Este estudo tem como objetivo demonstrar a relevância de ferramentas de gestão e informação que colaborem para análise, diagnóstico e a construção de um retrato de comunidades rurais, tradicionais e urbanas. Neste sentido este trabalho está organizado em em três momentos, primeiro a tarefa é discutir a potencialidade do banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs (SIGRA), que pode ser utilizado para realização de diagnósticos preliminares sobre as condições de vida das famílias, dos lotes, infra-estruturas e produção das famílias assentadas em um determinado território. Segundo é demonstrado por meio de um retrato, como as informações do Sistema Integrado (SIGRA), podem ser traduzidas em um relatório técnico com diversas informações das famílias, dos lotes, infra-estruturas e produção. E em um terceiro momento nas considerações finais elencar a importância de se ter políticas públicas que podem ser desenhadas a partir de um diagnóstico da localidade.

Desenvolvimento

Este estudo tem um carácter exploratório, a partir das informações do SIGRA que funciona como uma ferramenta que facilita a organização e o gerenciamento de informações dos assentamentos rurais, colaborando para criação de políticas e ações de desenvolvimento rural. O SIGRA é um sistema informatizado criado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em cooperação com o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 2011, com o objetivo de qualificar a atuação dos técnicos de Extensão Rural (ER) em assentamentos da reforma agrária e para atender às demandas do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Rio Grande do Sul. O sistema é dividido em quatro partes¹⁷: i) Quem são?; ii) Como vivem?; iii) Como são os lotes?;

¹⁷ Dentro de cada parte, existem diversos questionamentos pertinentes relacionados à temática, por exemplo, na parte de “Como são os lotes?”, se questiona o entrevistado (assentado responsável pela família) sobre o maquinário e equipamento

iv) O que produzem?. Além disso, oferece dados atualizados e detalhados, complementando fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também permite o acesso em tempo real por técnicos, instituições e famílias assentadas. O instrumento foi testado nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para construção de diagnósticos para monitoramento e planejamento do desenvolvimento dos assentamentos, a fim de demonstrar e qualificar a atuação dos técnicos de extensão rural.

O respectivo trabalho está organizado em três momentos. A primeira tarefa é discutir a potencialidade do banco de dados do SIGRA, que pode ser utilizado para realização de diagnósticos preliminares sobre as condições de vida das famílias, dos lotes, infra-estruturas e produção das famílias assentadas em um determinado território. Em um segundo momento por meio de um retrato é exposto como as informações do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES¹⁸ (SIGRA), podem ser traduzidas em um relatório técnico com diversas informações das famílias, dos lotes, infra-estruturas e produção. E em um terceiro momento nas considerações finais elencar a importância de se ter políticas públicas que podem ser desenhadas a partir de um diagnóstico da localidade.

A seguir será exposto, neste estudo o retrato do assentamento Ibicuí e um panorama geral do número de pessoas assentadas no município de Santana de Livramento, a partir do banco de dados do SIGRA com informações atualizadas do ano de 2022¹⁹. O “retrato do assentamento Ibicuí” foi estruturado levando em consideração as seguintes variáveis: características das famílias; características das condições de vida; características do lote e características produtivas. A seguir será apresentado o retrato do assentamento Ibicuí, que fica localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul.

Os assentamentos rurais no município de Santana do Livramento - RS

utilizado no lote, assim como quais são as principais benfeitorias, entre outros questionamentos; com isso, se obtém as informações utilizadas para criação de retratos e materiais audiovisuais, que possibilitam demonstrar de forma mais clara a realidade vivida pelas famílias assentadas.

¹⁸ O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) é um sistema informatizado criado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em cooperação com o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 2011, com o objetivo de qualificar a atuação dos técnicos de Extensão Rural (ER) em assentamentos da reforma agrária e para atender às demandas do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Rio Grande do Sul.

¹⁹ No ano de 2022 foram atualizadas as informações de três assentamentos rurais (São Joaquim, Recanto e Ibicuí) do município de Santana do Livramento. Entre os assentamentos que tiveram as informações atualizadas, destaca-se o Ibicuí. O trabalho de atualização do SIGRA foi realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural - GIEDER. A metodologia da coleta de dados utilizou planilhas com informações das famílias e visitas em cada um dos lotes para a realização de entrevista com os moradores da comunidade. A iniciativa foi financiada pelo projeto “Implementação do SIGRA no programa de ATER para os assentamentos de reforma agrária - Universidade Federal de Santa Maria”.

O município está alocado no Bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma extensão territorial de cerca de 6.941,613 km², sendo que desse total, 6.246,973 km² constituem o território rural e 694,640 km² compõem o território urbano, com uma densidade demográfica de 12,15 habitantes por km² (INSTITUTO Brasileiro DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). O município tem uma população de 84.421 pessoas (INSTITUTO Brasileiro DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022), onde cerca de 75.135 pessoas estão no território urbano e 9.286 na zona rural.

A população rural do município está organizada da seguinte forma: nas unidades de agricultura familiar, o quantitativo é de aproximadamente 4.776 moradores, a população de agricultores patronal é composta por 2.011 pessoas e completando a população rural do município, há cerca de 2.499 pessoas que estão assentadas em unidades da reforma agrária. O município de Santana do Livramento contava, no ano de 2022, com cerca de 856 famílias assentadas, distribuídas entre 30 assentamentos rurais²⁰, com uma população de cerca de 2.499 pessoas (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). O território comporta uma das maiores concentrações de famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul, isto devido a condição favorável da terra na região do Bioma Pampa. Os assentamentos rurais do município de Santana do Livramento estão distribuídos em 30 assentamentos, 856 famílias assentadas nos 856 lotes.

Assentamento Ibicuí

Em Santana do Livramento, dentre os 30 assentamentos rurais, destaca-se o assentamento Ibicuí, que foi fundado em 2007, com cerca de 65 lotes e 54 famílias que somavam uma população de 119 pessoas, oriundas da região da grande Porto Alegre. Atualmente o assentamento é composto por 65 lotes e 62 famílias que totalizam cerca de 118 assentados. A seguir, para melhor retratar o assentamento Ibicuí, serão descritos as características das famílias, das condições de vida; dos lotes; produtivas.

²⁰ Os assentamentos rurais de Santana do Livramento, 22 assentamentos foram tutelados pelo Governo Federal e 8 pelo Governo estadual.

Características das famílias

As características das famílias assentadas no Ibicuí, eram formadas pelas informações sobre: população; escolaridade; ocupação principal; tempo de trabalho e participação sociocultural.

Na categoria população, o grupo de assentados era composto por pessoas de 0 até acima de 60 anos e que totalizavam 118 pessoas. O assentamento estava dividido da seguinte forma 59 pessoas do sexo masculino e 59 pessoas do sexo feminino. O assentamento Ibicuí tinha a sua maior população composta por cerca de 34 pessoas (28,81%) com idade entre 40 e 54 anos e 18 pessoas idosas (15,26%) de ambos os sexos (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria escolaridade, trata sobre o grau de escolaridade dos assentados e está organizada nas seguintes categorias: não alfabetizado; analfabeto; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; Ensino Médio incompleto; Ensino Médio completo; Ensino Superior incompleto; Ensino Superior completo e pós-graduação. Cerca de 88 pessoas²¹ possui ensino fundamental incompleto e/ou completo. Destaca-se também o fato de que não foi encontrada nenhuma pessoa com a formação no Ensino Superior. Além disso, pouco mais de 17 pessoas acessaram ou concluíram o Ensino Médio. Existiam também 5 pessoas analfabetas com idade acima de 55 anos (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). A categoria ocupação principal²² trata sobre as atividades produtivas dos trabalhadores do assentamento Ibicuí. Nesta categoria é considerada apenas a população acima de 15 anos, logo consideramos como referência 103 pessoas com idade produtiva. Cerca de 65 (63,10%) assentados declararam ter como ocupação principal a ocupação principal, seguido da categoria agricultor e do lar com 2 (1,94%) pessoas dentro desta categoria. Destaca-se também que cerca de 21 (20,39%) moradores do assentamento estão aposentados, importante frisar que todos os indivíduos que têm mais de 60 anos estão aposentados. Existem cerca de 14 (13,59%) assentados que declaram como ocupação principal ser estudante e por fim existe um único (0,97%) caso

21 Cerca de 88 pessoas representavam cerca de 74,57% da população do assentamento, o que representa a maioria dos assentamentos (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

22 É caracterizada como ocupação principal a atividade a qual o assentado dedica maior parte do seu dia e consequentemente identifica como profissão. Para traçar o perfil da ocupação principal dos assentados do Ibicuí é necessário levar em consideração seis possíveis atividades como: agricultor; agricultor e do lar; aposentado; estudante; terceirização serviços e não possui.

no assentamento de indivíduo que tem como ocupação principal atuar na terceirização de serviços (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria participação sociocultural²³ é descrita por meio de dinâmica de participação sociocultural dos moradores do assentamento Ibicuí. São considerados como participação sociocultural: igreja; campo de futebol; centro comunitário; grupo de mulheres; bar/boliche e grupo de jovens. A participação sociocultural da população do Ibicuí acontece com grande incidência na igreja (21 pessoas). O campo de futebol também é um local de encontro entre os assentados, pois cerca de 09 pessoas declararam apreciar este tipo de atividade. Destaca-se o centro comunitário, com 8 pessoas que utilizam o espaço com o intuito de socialização. Observa-se também que existe pouca adesão da população com relação a atividade que possibilita o lazer desses moradores (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Características das Condições de vida

As características das condições de vida dos assentados no Ibicuí eram formadas pelas informações sobre: moradias; estrutura das moradias; comunicação; condições da água; saneamento; vias de acesso.

A categoria de moradias são caracterizadas pelo número de cômodo(s), média das áreas (m²) e tipo de material nas construção das casas (madeira; alvenaria; mistas). A média de área das casas é entre 45,75m² e 48,27m² (cerca de 47 casas com esta características). Em 2 lotes não existia moradia. Cerca de 52 famílias residiam em moradias de alvenaria e 8 famílias moravam em casas de madeira. A maioria das famílias (39 casas) do assentamento habitava em casas com 4 cômodos e de alvenaria (39 casas com este tipo de construção), destaca-se o fato de que 8 famílias residem em moradias de madeira com 4 cômodos. Apenas em 3 casos a casa possui 6 ou mais cômodos e todas estas moradias são de alvenaria (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria de estrutura das moradias, demonstra os tipos de construção e as categorias de estruturas aptas para morar e aquelas com estrutura comprometida. Os dados demonstram que 14 moradias se encontravam com a estrutura comprometida e existiam dois lotes que nem ao menos possuíam moradias. As moradias com estruturas comprometidas estão divididas da seguinte forma: 5 casas são de construção de madeira;

²³ Das 118 pessoas que residem no assentamento, apenas 45 pessoas declararam se relacionar por meio de lugares que possibilitam a interação dos assentados do Ibicuí (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

6 casas são de construção de alvenaria e 1 de construção mista. Cerca de 22,58% da população do assentamento convive com algum tipo de problema em relação à estrutura das moradias (ou não tem casa no lote ou a estrutura está comprometida) (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria eletrificação está vinculada ao tipo de eletrificação, encontrada dentro dos lotes (monofásico, bifásico e trifásico). Em cerca de 61 lotes o tipo de eletrificação utilizado era o monofásico, em nenhum lote era utilizado a eletrificação bifásica e apenas em um único caso era utilizado a energia trifásica. Considera também algum tipo de problema na voltagem (situação que por vezes inutiliza o uso da rede elétrica). Dentes as 61 moradias que utilizam a energia monofásica, destaca-se que em 9 lotes as famílias relataram que convivem com problemas na voltagem, principalmente em dias de chuva e vento a rede elétrica sofre interrupção (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria de comunicação está relacionada a 5 tipos de equipamentos: rádio; televisão; telefone móvel (dados móveis); telefone móvel (Wi-Fi) e computador. 52 famílias possuíam acesso ao telefone móvel com dados móveis; e 52 famílias, tinha acesso a televisão, sendo o segundo meio de comunicação mais frequente nos assentamentos. Destaque para o rádio, pois este é o sistema de comunicação que mais atinge as famílias do assentamento, onde cerca de 56 famílias têm acesso a este equipamento para comunicação (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria condições da água, leva em consideração a origem da água para o consumo dos moradores do assentamento Ibicuí. Destaca-se o fato de que uma mesma família pode ter acesso a mais de um tipo de origem de água. As fontes de abastecimento e transporte de água mais presentes no assentamento são o poço comum, cacimba/fonte e poço artesiano individual, conferindo 85,3% da distribuição de água, na localidade (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria saneamento considera, neste caso, os destinos dos resíduos dentro dos lotes do assentamento Ibicuí. Nos lotes o descarte dos resíduos acontecia da seguinte forma: Em 46 lotes as embalagens de agrotóxicos eram queimadas; em 7 lotes o descarte era feito via coleta; em 2 lotes o armazenamento era feito no próprio lote e em apenas um caso o destino dessas embalagens de agrotóxicos eram levados até pontos de recolhimento ou armazenados em buraco, o restante dos lotes não utiliza ou não possui informações sobre os descartes. As embalagens de medicamentos veterinários eram descartadas da seguinte forma: cerca de 34 lotes

faziam a queima dos resíduos, 9 lotes armazenavam em buracos e 5 e 4 lotes eram destinados à coleta, respectivamente (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Na categoria vias de acesso²⁴, são consideradas as estradas de acesso para o assentamento Ibicuí, onde cerca de 45 famílias têm grande dificuldade com o acesso. Cerca de 8 famílias têm dificuldades com a via de acesso em tempos de chuva no assentamento. Foram registradas 55 famílias com algum tipo de problema de acesso. E cerca de 45 famílias tiveram acesso interrompido em alguma época do ano para veículos leves e pesados e 08 famílias declararam dificuldades com acesso interrompido em algumas épocas do ano para veículos leves (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Características dos Lotes

As características dos lotes dos assentados do Ibicuí são formadas pelas informações sobre: quadro de áreas; benfeitorias; máquinas e equipamentos.

O quadro de áreas do assentamento Ibicuí é formado por cerca de 1.345,4 hectares que estão divididos ao longo dos 62 lotes do respectivo assentamento, dividido da seguinte forma: plantio próprio; campo nativo; parceria familiar no lote; capoeira; banhado; mato nativo; floresta; parceria em área de terceiro; pastagem perene; arrendada de terceiros; área degradada e recursos hídricos. Cerca de 615,5ha encontram-se disponíveis para o campo nativo, quantidade esta que representa cerca de 45,74% da área do assentamento. Destaca-se também a área destinada para o plantio próprio, que corresponde a 357,2 ha e representa 26,54% da área total do assentamento. A disponibilidade hídrica dentro do assentamento é representada por apenas 0,5 ha, o que corresponde a cerca de 0,03% da área total deste (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria dos recursos hídricos²⁵ levou em consideração sete categorias: riacho/rio; terras baixas; Nascente; Lote seco; Reserva < 100m²; Reserva 100m² < 1 ha; Reserva 1 ha < 5 ha; Reserva > 5 ha. Em 37 lotes, as famílias têm acesso ao riacho/rio, transformando esta variável no recurso mais acessado, indicando que cursos d'água

²⁴ As vias de acesso do assentamento Ibicuí é caracterizado da seguinte forma: O assentamento está localizado às margens do rio, passando pelas pontes sobre o rio Ibicuí da Cruz, ao leste da sede municipal de Santana do Livramento, região caracterizada por um terreno montanhoso. O assentamento Ibicuí está localizado a uma distância média de 35 km da sede do município de Santana do Livramento. O principal acesso ao Ibicuí é feito por vias municipais sem pavimentação, o que é muito difícil para as famílias, pois em algumas partes não é possível se chegar nem mesmo com veículos leves em dias de chuva. Além do mais, os lotes são bem espalhados e é difícil chegar até essas famílias, sendo necessário pensar em possíveis políticas públicas para viabilizar o deslocamento das famílias assentadas. Em dias de precipitação, as vias ficam totalmente interrompidas.

²⁵ Por fim, destaca-se que o assentamento Ibicuí possui uma variedade diversa no acesso a rios e riachos, mas também com pontos críticos, como a existência de lotes secos e pequenas áreas de reserva.

superficiais são a principal fonte de água no assentamento. No caso das terras baixas 19 lotes têm acesso a este recurso e as nascentes são encontradas em 17 casos e também são recursos relevantes, sugerindo certa diversidade de fontes hídricas naturais. Em 10 casos, os lotes não possuem recurso de água disponível, ou seja, sem acesso direto a recursos hídricos. As reservas legais com água aparecem em menor número e em áreas limitadas. O número reduzido de reservas maiores que 5 hectares é encontrado em apenas 3 lotes e aponta para baixa disponibilidade de grandes áreas preservadas com recursos hídricos, o que pode afetar a recarga hídrica e a biodiversidade local (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

As benfeitorias realizadas nos lotes podem ser compreendidas como obras de melhoria das condições físicas nas dependências desses lotes, para tal foi definidas 8 categorias: galpão de uso geral; galpão de moradia; sala de ordenha; armazém; brete/mangueira/curral; galpão aberto; chiqueiro e galinheiro. No total houve cerca de 69 benfeitorias nos lotes do assentamento Ibicuí, destaca-se que em alguns lotes foram efetuadas benfeitorias em mais de um lugar. O maior índice de melhoria na categoria de galpão geral com construção em madeira (52 benfeitorias) e também benfeitorias na categoria de galpão de moradia com 7 intervenções nas construções de madeira (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Com relação às máquinas e equipamentos utilizados nos lotes e moradias dos assentados do Ibicuí, totalizando 19 unidades com acesso a estes materiais. Entre as máquinas e equipamentos utilizados, no total das 62 famílias registradas, a carroça é a mais representativa, com 6 unidades, além disso, tem-se 4 tratores e 3 ordenhadeiras. Acrescenta-se ainda os 6 tipos restantes de máquinas e equipamentos, que equivalem a 31,58% do total (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Características das Produtivas

As características das produtivas dos lotes do assentado Ibicuí são formadas pelas informações sobre: bovinocultura de leite; bovinocultura de corte; suinocultura; avicultura; piscicultura; ovinocultura e/ou caprinocultura; apicultura; processamento de alimento e agroindústria; cultivos agrícolas.

A categoria bovinocultura de leite trata sobre a produção e a quantidade comercializada. A produção de bovinocultura no assentamento Ibicuí está organizada seguindo 5 módulos de produção de leite dos bovinos. A atividade de criação de gado leiteiro estava presente em 73% das famílias do assentamento Ibicuí no ano de 2022. O maior número de famílias produtoras de leite se enquadra no módulo correspondente a 12.000 L, demonstrando um baixo índice de produtividade por vaca/dia quando comparado com a média nacional 6,37 L/dia e estadual 12,62 L/dia. Apenas 2 famílias (30001 - 40000 L) ultrapassam com 7,69 L/dia a média nacional. O destino da produção e quantidade comercializada de leite dentro assentamento, onde cerca de 77% do leite produzido é entregue para a cooperativa, ponto primordial para o incentivo à produção de leite no local. Ao analisar os dados do assentamento Ibicuí com relação à produção leitura de gado, fica evidente acima que o restante da produção, com maior relevância, é destinado para o autoconsumo das famílias (15%), uso no lote (5,9%) para alimentação de terneiros, processamento (2%) de produtos derivados do leite e o restante distribuído entre venda na propriedade e feira livre (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria bovinocultura de corte demonstra que do rebanho total produzido, 83% são destinados à comercialização e 17% direcionados ao autoconsumo das famílias do assentamento Ibicuí (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). Já a categoria suinocultura demonstra que a maior parte das famílias tinha em seu rebanho o suíno para a produção voltada principalmente ao autoconsumo e a comercialização. Cerca de 44 famílias estão envolvidas na produção de suínos, sendo que destas, 30 trabalham com o ciclo completo, 10 trabalham com a terminação e o restante são criadores de leitões. Destaca-se que a atividade de produção de suínos pelas famílias é dividida da seguinte forma: 56% das famílias utilizam a produção suína para o autoconsumo e 44% das famílias utilizam esta atividade para a comercialização (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Na categoria avicultura quase não é possível observar a representatividade da cadeia produtiva avicultura. Entretanto, se observa a grande relevância do ovo para o autoconsumo e para a produção comercializada pelas famílias (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). A piscicultura é destinada exclusivamente ao autoconsumo das famílias (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). Na ovinocultura e/ou caprinocultura do Ibicuí foi observado que apenas duas famílias no assentamento Ibicuí trabalhavam exclusivamente com ovinos, sendo que estas duas famílias utilizavam a atividade dos animais tanto para o autoconsumo e comercialização. Logo a produção de ovinos envolve produtoras, com um rebanho de

34 cabeças, sendo que 92% da produção é destinada à comercialização e o restante ao autoconsumo das famílias (Universidade Federal de Santa Maria, 2022). Na categoria apicultura, se nota que o contingente de famílias que trabalham com a apicultura é de apenas uma família que possui uma produção significativa de 20 colmeias. Logo a produção total de mel é de 777 kg com 37 colmeias, sendo que 90% desta produção é destinada para a comercialização e 10% para o autoconsumo (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

A categoria referente ao processamento de alimento e agroindústria no assentamento do Ibicuí, demonstra a partir de informações do banco de dados do SIGRA, a diversidade de produtos artesanais e o processamento de alimentos. Com destaque para maior (43 famílias) parte dos produtos processados no assentamento são utilizados para o autoconsumo das famílias assentadas (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Na categoria dos cultivos agrícolas, é possível observar a diversidade nos cultivares dentro do assentamento, que é composto pelas seguintes culturas agrícolas: abóbora; amendoim; arroz; batata doce; feijão; mandioca; milho; policultivo e soja. Dentre os cultivos mais relevantes, destacam-se os grãos como principal representante tanto para o autoconsumo quanto para a produção total. Estes grãos incluem as culturas do milho e da soja, além de arroz e feijão em quantidades menores. É representativa também o policultivo e cultivo de barços, raízes e tubérculos. Neste ponto destacam-se a cultura da mandioca, batata doce e abóbora (Universidade Federal de Santa Maria, 2022).

Considerações Finais

O respectivo estudo expôs um retrato do assentamento Ibicuí e, conseqüentemente demonstrou a relevância de ferramentas de gestão e informação que colaborem para análise, diagnóstico e a construção de um retrato de comunidades rurais, tradicionais e urbanas. Este trabalho também se justifica para mostrar a potencialidade do SIGRA como um sistema que tem como finalidade organizar e disponibilizar em tempo real as informações relativas aos assentamentos rurais. De forma simplificada, pode-se dizer que as principais características que transformam sua construção em algo inovador referem-se à agilidade e eficiência na sua utilização e ao caráter inovador da alimentação das informações no banco de dados. Nesse sentido, o relatório demonstra como pode ser útil uma ferramenta que possibilita

sintetizar as informações das famílias assentadas tendo por base o banco de dados do SIGRA.

Este levantamento reforça que assentamentos como Ibicuí são uma prova concreta de que a integração entre reforma agrária, políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e sistemas alimentares sustentáveis pode transformar o meio rural em um espaço de produção de riqueza, cidadania e soberania alimentar. Fortalecer esse modelo requer continuidade e ampliação de políticas públicas eficazes, investimento em infraestrutura rural e valorização dos agricultores familiares como protagonistas no desenvolvimento do Brasil.

Referências

EDUARDO, A. F. J.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S.; COLVERO, R. B.; DIANI, P. E. P.; GODINHO, V. D. Análise dos processos de desenvolvimento de assentamentos rurais: o caso dos assentamentos Ibicuí, Recanto e São Joaquim no município de Santana do Livramento/RS. *Aracé*, [S. l.], v. 4, p. 12548–12582, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n4-098>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2031>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A. O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 32, ed. esp., e5, p. 1–15, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2025.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES*. Santa Maria: UFSM, 2016.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES: banco de dados atualizado*. Santa Maria: UFSM, 2022.

Revisitar a Educação do Campo no Vale do Jaguari

Viviane Balbé Barcelos²⁶

Edson Romário M. Paniagua²⁷

Introdução

O contexto histórico do Brasil frente às novas perspectivas sobre as políticas públicas nos leva a revisitar a Educação do Campo enquanto uma modalidade educacional necessária diante das realidades regionais, a refletir sobre as políticas públicas educacionais, que foram tradicionalmente desatendidas, ficando evidente que o sistema escolar elegeu, como sujeito de direito o cidadão urbano, ignorando e marginalizando o cidadão rural.

Nesse sentido,

A história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formação de profissionais da educação que focalize a Educação do Campo e formação de educadores do campo como preocupação legítima (Arroyo, p.158, 2007).

Pode-se afirmar que a política pública de Educação do Campo oscila de governo para governo, apesar de ter sido reconhecida como política pública a partir do Decreto nº 7352/2010. Legalmente também amparada na Constituição Brasileira de 1988, consubstanciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 e Programa Pronacampo que reforçou a necessidade de ampliação de vagas em cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Desse modo, ao apresentar a relevância deste tema, a análise será direcionada ao Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo, implementado pelo Instituto Federal de

26 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Mestrado e Doutorado Unipampa campus São Borja/RS. e-mail vivianebarcelos.aluno@Unipampa.edu.br

27 Professor Associado da Universidade Federal do Pampa. Paniagua. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Mestrado e Doutorado e Coordenador e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Mestrado Profissional, Unipampa, campus São Borja/RS. Email: edsonpaniagu@Unipampa.edu.br

Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Jaguari, permitindo observar as condições institucionais e os mecanismos utilizados para a efetivação dessa política pública educacional.

O trabalho estrutura-se: a) Histórico e Conceito da Educação do Campo no Brasil; b) Educação e Ensino Superior Leis e Resoluções Nacionais; c) Contexto Histórico do Instituto Federal Farroupilha e do Campus Jaguari; d) Região do Vale do Jaguari; e) A Implantação da Licenciatura em Educação do Campo.

Histórico e Conceito da Educação do Campo no Brasil

Como se observa foi a partir dos anos de 1990 que, a sociedade civil juntamente com os movimentos sociais do campo iniciou o movimento pela educação básica do campo no Brasil. As políticas públicas educacionais possibilitaram a recriação de uma nova “cultura política” nas demandas provenientes dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais, bem como outra noção de cidadania possível que se encontrava em processo de crescimento.

É importante destacar que foi por meio de criação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2001), que surgiu o conceito “campo é mais que perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana.”

A Educação do Campo passou a ser reconhecida como Política Pública a partir do Decreto nº 7352/2010 que destaca:

Art. 5º A formação de professores para a Educação do Campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a Educação do Campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As instituições públicas de Ensino Superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Assim, temos as regras da Política Nacional de Professores da Educação Básica e as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação que garantem o uso de metodologias adequadas pedagogia da alternância (que alterna períodos de estudo na instituição e períodos de prática na comunidade) permitindo o professor trabalhar e estudar, os cursos precisam dialogar entre o campo e a cidade e os tempos e espaços de formação precisam manter o diálogo para dar sentido à realidade do campo. Em consequência a educação no campo tem que ser compreendida e formulada a partir das necessidades econômicas, sociais e culturais e realidades de quem ainda se mantêm no campo.

Na esteira desses desafios históricos e contemporâneos a Educação no Campo cita-se alguns programas que foram pioneiros. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e o Programa Saberes da Terra que tratou da escolarização de jovens agricultores e familiares, integrado à qualificação social e profissional. Essa diversidade ético-cultural e de gêneros que perpassam esses programas direcionavam essencialmente para a agricultura familiar e sustentabilidade.

Entende-se que os entes federados são dotados de autonomia política, possuem a responsabilidade também de criar e programar e mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação no campo, visando superar a defasagem histórica de acesso e permanência.

Educação e Ensino Superior: Leis e Resoluções Nacionais

Estabelecer uma política de valorização dos profissionais da educação em cada rede ou sistema de ensino é fundamental para o fortalecimento da política educacional. As diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, instituídas pela CNE/CEB I, e 2002, foram fundamentais para estabelecer:

Art. 12 O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos arts. 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções CNE/CEB nº 3/97 e nº 2/99, assim como os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, e as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB, desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

Define-se uma formação padrão para a docência na Educação Básica através do curso de licenciatura, para atuar na educação infantil será aceito como qualificação a modalidade Normal em nível médio, a responsabilidade de promover formação inicial quanto à formação continuada é responsabilidade dos sistemas de ensino que também precisa incluir para os professores que ainda não possuem formação, tendo como foco principal o desenvolvimento profissional contínuo para aperfeiçoamento docente no decorrer da carreira.

Os fundamentos legais que definem o sistema educacional Brasileiro e as diretrizes para a Educação Superior e formação de professores: uma das bases legais mais importantes é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9394/96, cuja organização, prevista no artigo 28, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e trata da oferta de educação básica para a população rural. Já o Artigo 43, inciso IV, da LDB define que a educação superior tem por finalidade promover a divulgação de conhecimentos culturais. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais que garante 20% das vagas para oferta de cursos de Licenciatura e Formação de professores.

A oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Campus Jaguari foi uma ação fundamental estratégica de interiorização do Ensino Superior, voltada à democratização do acesso, ao atendimento de populações historicamente excluídas e ao fomento do desenvolvimento local. Evidenciaram desafios institucionais, logísticos e pedagógicos, essa iniciativa representou, ainda, um esforço da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica em ampliar sua presença em áreas rurais, contribuindo para a valorização da diversidade sociocultural e produtiva do campo.

A licenciatura em Educação do Campo nasce da participação direta dos movimentos sociais na sua concepção, pode-se afirmar que ela se enquadra no movimento contra hegemônico de transformação das políticas públicas no Brasil. Assim como o Estado, a universidade é também um espaço de disputa. Disputam-se conhecimento, a pesquisa e as ideologias. A educação superior é um locus privilegiado deste embate teórico e prático (Molina; Sá, p. 471).

Conseqüentemente, a Licenciatura de Educação do Campo se inseriu em um esforço para reformular as políticas públicas no Brasil, e emergiu por meio de participação ativa dos movimentos sociais do país que lutam por direitos e melhorias nas políticas educacionais, propondo alternativas ao modelo tradicional de ensino que frequentemente não atende às demandas das comunidades rurais.

A intencionalidade das políticas públicas e suas diretrizes pedagógicas para Educação do Campo é o enfrentamento da crise educacional das escolas localizadas no campo. Tendo em vista, responder aos anseios dessas populações que, no Vale do Jaguari, por apresentar vocação agrícola, e o Instituto Federal Farroupilha, ligado ao processo de expansão da Rede Federal respondeu às demandas sociais e educacionais por meio de implementação da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC).

Contexto Histórico do Instituto Federal Farroupilha e do Campus Jaguari

No Instituto Federal Farroupilha, o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais e de uma formação voltada para o trabalho. Concretiza-se em cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT), cursos Técnicos Subseqüentes, Superiores de Graduação, Tecnológicos, de Pós-Graduação e de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais. Os campi concentravam suas ações no ensino técnico de nível médio, destacando-se como áreas de atuação os eixos de recursos naturais e de informação

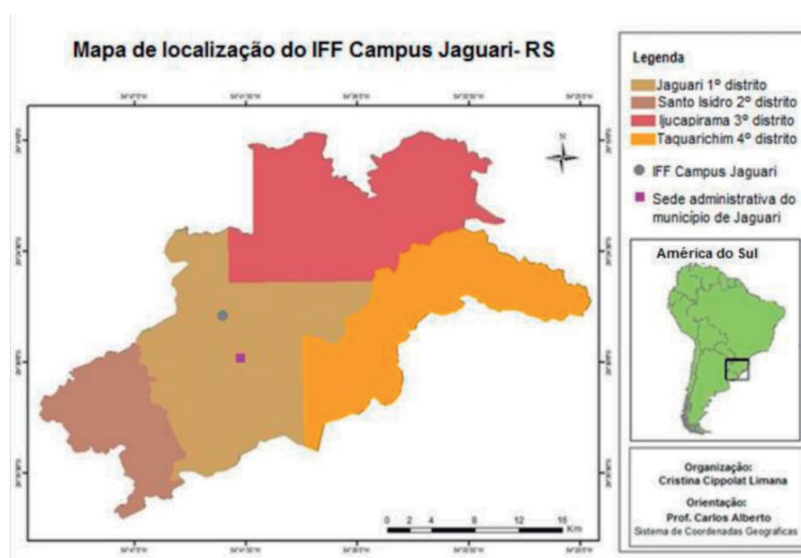
e comunicação, por meio da participação da comunidade acadêmica, responsável por conduzir a elaboração dos documentos, regimentos e procedimentos da instituição.

Em sua trajetória, o campus do Instituto Federal Farroupilha de Jaguari localiza-se na comunidade do Chapadão, que pertencia à (UFSM) - Universidade Federal de Santa Maria, como Núcleo de Treinamento Agrícola e Pesquisas do Chapadão, devido à proximidade geográfica e sua vocação agrícola era administrado pelo Campus São Vicente do Sul.

O Campus Jaguari foi transformado em Campus em 2012, onde se definiu para ofertar formação para as pessoas do campo, principalmente por meio de Centro do Agricultor, voltada à agricultura familiar, agroecologia e agroindústria familiar.

Atualmente, o Campus Jaguari ocupa uma área de 102 hectares, sendo 57 ha destinados ao cultivo agrícola, 30 ha de mata nativa, 5 ha de reservatórios hídricos e 10 ha de edificações.

Figura I-Mapa de localização do IFF Campus Jaguari-RS



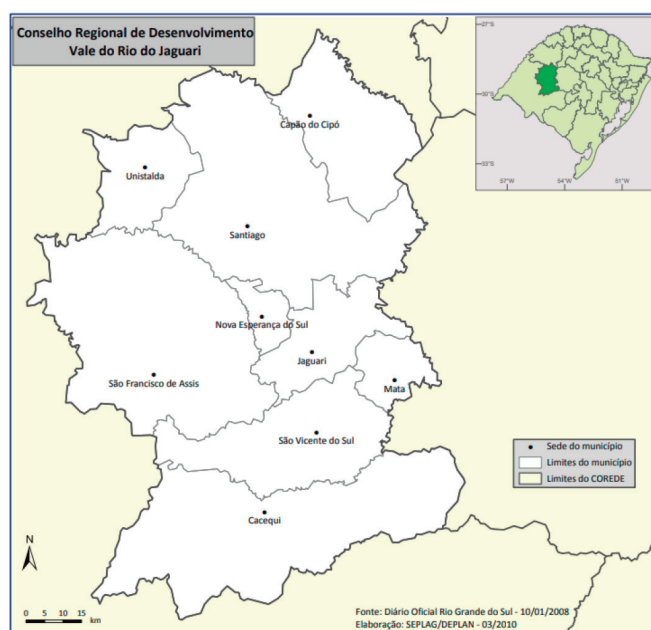
Fonte: Pires, C. A. da F.; Limana, C. C. “Figura I: Localização do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari”. In: *O Sensoriamento Remoto como Ferramenta Didática no Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari-RS*.

Região do Vale do Jaguari

Situado na região centro-oeste do Estado, o município de Jaguari apresenta um contingente populacional de aproximadamente 11.540 moradores em 2022 (IBGE, 2022). E apresenta uma extensão territorial de 673,401 km².

Segundo a divisão regional elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à microrregião conhecida como Vale do Jaguari e integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Vale do Jaguari, abrange os seguintes municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Figura 2. Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari (Corede-VJ)



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

Jaguari foi colonizado por várias etnias, destacando-se os imigrantes italianos, que se empenharam em colônias agrícolas e promoveram o cultivo de uvas na região. Desde os primeiros tempos, a produção de vinho já era uma atividade agrícola notável entre os italianos no Vale do Jaguari.

A partir da pesquisa realizada pela RSAA-2013 construiu-se o Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Jaguari, e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar, o qual foi construído de forma coletiva e democrática, com vigência de 2014 a 2018 (IFFar, 2014). A oferta de cursos, foi pensada coletivamente visando ao desenvolvimento social, econômico e cultural da região de abrangência.

A Implantação da Licenciatura em Educação do Campo

A implantação do curso ratifica a Política Nacional de Educação do Campo e está em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) o Edital nº 02/2012 Sesu, Setec, Secadi e Mec chamada pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), objetivando a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Por meio de um projeto piloto a primeira Licenciatura em Educação do Campo passou a ser ofertada na Instituição, objetivando garantir ao Campus Jaguari o lugar de Centro de Referência em Educação do Campo, no Instituto Federal Farroupilha. A Criação e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foram aprovados pela Resolução nº 48, do Conselho Superior, em 20 de junho de 2013. Para minimizar o principal problema socioeconômico da região: o esvaziamento da força de trabalho jovem. Sua implantação significou a adoção de medidas inovadoras com significativo caráter social, visando à elevação do índice de desenvolvimento humano das populações rurais, a oferta do curso justifica-se por meio dessa alternativa. Ao adotar a Pedagogia da Alternância como modalidade e concepção de ensino e aprendizagem, com períodos de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi proposto para contemplar o universo do campo, contribuir para a construção de alternativas pedagógicas com articulação entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento popular, um espaço de qualificação profissional aos educandos educadores, ao mesmo tempo em que ofereça a docência voltada para a qualidade social, também oportunize espaços de gestão pedagógica e comunitária.

Cumprir a Política Nacional de Educação do Campo e possibilitar a inclusão social ao formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Licenciatura em Educação do Campo, dialogando com a realidade sócio-econômica-ambiental e cultural específica da região de abrangência do IF Farroupilha-RS e das populações que trabalham e vivem no campo. Assim como os saberes que dizem respeito ao fazer pedagógico e didático, construindo uma formação acadêmica e científica articulada com os saberes advindos do campo.

Em 2013 o campus realizou o primeiro processo seletivo para as turmas do Curso superior de Licenciatura em Educação do Campo, nas ênfases de Ciências Agrárias e Ciência da Natureza. Assim, o ano de 2014 é marcado pelo início das aulas das primeiras turmas do Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo. Em 2014, o campus inaugurou seus primeiros cursos com

processo seletivo próprio. Assim, foi iniciada a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Ambos os cursos ministrados mediante a metodologia da Pedagogia da Alternância, com aulas em Tempo Escola e Tempo Comunidade. Esta permitindo a reflexão entre teoria e prática, bem como a aproximação da instituição com a comunidade. Dessa maneira, visando a atingir condições de acesso e permanência.

No ano de 2017, colaram grau as primeiras turmas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza. Num total de 48 alunos formandos entre as duas turmas.

Considerações Finais

Dado o exposto sobre a Educação do Campo enquanto política pública como uma modalidade educacional necessária diante das realidades regionais do Brasil, os seus impactos e as suas potencialidades frente à construção de uma nova sociedade mais humana justa e democrática. Partiu-se se do procedimento metodológico de uma pesquisa bibliográfica inicial da literatura pertinente ao objeto e documentos oficiais correlatos sobre atual conjuntura do sistema Educacional da Educação do e no Campo.

Garantir a articulação das políticas com capacidade de estudo, debate e formulação, execução e monitoramento para implementação de políticas educacionais e prática pedagógica para que possa ser planejada, discutida e ofertada ao longo do contexto histórico, de um país essencialmente agrícola que chegou em meados do século XX sem uma efetiva política educacional voltada para quem vive no e do campo. Foi a partir dos movimentos sociais organizados que se tornou reconhecida como política pública a partir de 2010.

As análises evidenciam ao longo deste trabalho a urgente necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, garantindo profissionais capacitados, acesso, permanência, qualidade e equidade na formação de estudantes e educadores que seja construída com a participação popular, atores sociais e institucionais. Apesar dos avanços, os desafios persistem como a falta de recursos adequados e a necessidade de uma formação docente que respeite a diversidade cultural e as realidades locais. É fundamental que o governo, em parceria com movimentos sociais e comunidades, elabore estratégias que contemplem as especificidades do campo, promovendo uma educação que não

apenas capacite, mas também valorize as identidades e saberes dos trabalhadores rurais. Somente assim, poderemos enxergar uma efetiva transformação social e educacional que fortaleça as comunidades rurais e assegure seus direitos, de quem vive no e do campo.

Sugere-se que a melhoria da Educação do Campo ocorre principalmente por meio de atuação governamental para esse fim em consonância com atores sociais e institucionais envolvidos no processo.

Referências

AZEVEDO, Janete M. L. **Reflexões sobre políticas públicas e o PNE. Retratos da Escola**, v. 4, 2010.

AZEVEDO, Janete M. L. **A Educação como política pública**. 3ª ed. Campinas: Autores

BENINCÁ e CAIMI, F. E. (Org) **Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. Passo Fundo: UPF, 2002. Associados, 2004.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**. Relatora: Conselheira Edla de Araújo Lira Soares. Aprovado em 4 de dezembro de 2001, p. 33.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 Out. 2015.

Brasil. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –

PRONERA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

Brasil, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2010.

Brasil. Ministério da Educação. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação**. Brasília: Secretaria Executiva Adjunta, 2010.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** nº 9394. Repúblicas Federativas do Brasil, 20 de dezembro de 1996.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **Referencial de controle de políticas públicas** – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (Secex Desenvolvimento), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), 2020

CALDART, Roseli Salet, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO. **Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio expressão Popular 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução

Complementar CNE/CEB Nº 2, de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 abr. 2002**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>

DOURADO, Luiz F. (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG/ Autêntica, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; **Sá Laís. Licenciatura em Educação do Campo**. Página 46

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

SECCHI, Leonardo; COELHO Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas Conceitos, Casos práticos, Questões de concurso**. 3 ed. São Paulo, SP : Cengage, 2023.

SILVA, Sandra M. do Carmo, SANTOS, Arlete R. **Fechamento das Escolas do campo contradições e desafios**. Curitiba 2023. 216p

Portal do GOV. FEDERAL https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php acessado 28/04/2024
<https://vdocuments.com.br/gesto-de-politicas-pblicas.html?page=1f>

Educação Escolar Quilombola: um Direito Conquistado?

Simone Barros de Oliveira²⁸

Patricia Krieger Grossi²⁹

Ronaldo Bernardino Colvero³⁰

Introdução

A Educação Escolar Quilombola, reconhecida como uma modalidade específica da educação Brasileira, constitui-se como um direito fundamental de crianças, adolescentes e jovens em escolas dentro dos territórios quilombolas Brasileiros. Direito esse que não se restringe tão somente ao acesso à escola, mas também à garantia de uma educação contextualizada no conjunto das práticas culturais quilombolas alicerçadas na ancestralidade de seu território, assim como na ancestralidade negra do Brasil. Trata-se de um campo de luta e ao mesmo tempo de afirmação política na busca por reparação de desigualdades históricas no âmbito educacional.

Ao situar a educação escolar quilombola como direito, evidencia-se a necessidade de implementação de políticas públicas já legisladas, mas que não estão sendo implementadas. Essas prerrogativas legais, de certa forma, ao serem de fato executadas pelos executivos municipais, podem assegurar maior comprometimento das escolas com práticas pedagógicas antirracistas, assim como o fortalecimento dos territórios quilombolas na construção e fortalecimento de projetos educativos. Nesse contexto, o capítulo propõe

28 Pós-doutorado em Serviço Social (Pucrs), Porto Alegre, RS. Doutora em Serviço Social pela Pucrs. Professora Titular da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidad Nacional de Misiones/Unam- AR. Líder do Grupo de Pesquisa Interseccionalidade, Direitos Humanos e Fronteira. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7314-3550> E-mail: simoneoliveira@Unipampa.edu.br

29 PhD em Serviço Social, University of Toronto, Canada. Professora titular da Escola de Humanidades da Pucrs. Coordenadora do Nepevi – Grupo de Estudos e Pesquisas em Violência, Pucrs. Pesquisadora PQIA do CNPq. Orcid: 0000-0003-1917-0221. E-mail: pkgrossi@Pucrs.br

30 Professor Titular da Universidade Federal do Pampa, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória, Patrimônio e Políticas Públicas. Email: ronaldocolvero@Unipampa.edu.br

uma reflexão sobre o processo histórico de educação no país e apresenta a educação escolar quilombola como instrumento de resistência, emancipação e garantia da cidadania.

Percurso Metodológico

A realização de uma pesquisa, ao mesmo tempo em que é aquisição de diferentes saberes, é também o aperfeiçoamento de determinada metodologia. Um pesquisador, ao se debruçar sobre seu objeto de estudo, busca apresentar reflexões que possibilitem informar à sociedade novas possibilidades de aprendizado e de novos fazeres frente à sua temática escolhida. Nesse contexto, entende-se a pesquisa, como um processo e meio de intervenção na realidade social, que pode ser um instrumento articulador de reflexão crítica e de ação pedagógica profissional dos agentes envolvidos no processo. É uma pesquisa qualitativa em andamento que se apresenta como perspectiva metodológica. Ela se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada e trabalha no universo dos significados. Dessa forma, entende-se que ela possibilita melhor compreensão das questões que envolvem a educação escolar quilombola. Se dá na perspectiva do método dialético crítico, que possibilita estudar os fenômenos do particular no universal, formando conexões”. (Minayo, 2014, p. 70) A opção pelo método dialético crítico se deu a partir da percepção de que ele possibilita analisar as relações entre os sujeitos pesquisados com seu contexto social.

Os participantes da pesquisa foram mulheres e homens negra(o)s quilombolas de diferentes quilombos do Estado do Rio Grande do Sul que narraram suas histórias por meio de entrevistas semi-estruturadas no período de 2023 a 2025. Usamos codinomes de lideranças femininas e masculinas quilombolas que fizeram história na luta por direitos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo de Bardin (1977).

Escavidão no Brasil

O país foi construído com o suor e o sangue de milhões de homens e mulheres escravizados (as), cujos primeiros africanos a chegar em território Brasileiro vieram para atender a necessidade de mão de obra nas lavouras e engenhos de açúcar que se espalhavam pela região do Nordeste por volta de 1535. Nos mais de 350 anos necessários

para a abolição da escravidão, do período colonial até a abolição, os escravizados sofreram um genocídio institucionalizado (Gomes, 2022).

A escravidão sustentou todos os ciclos econômicos responsáveis pela riqueza da colônia portuguesa nos trópicos, da exploração do pau-Brasil às lavouras de café, passando pelo açúcar, pelo ouro, pelo diamante, pelo tabaco e pelo algodão, entre outras atividades. Ser dono de terras e de pessoas escravizadas era o principal indicador de prestígio e riqueza no Brasil. (Gomes, 2022, p. 41)

A **Lei Áurea**, sancionada em **13 de maio de 1888** pela princesa Isabel, decretou oficialmente a abolição da escravidão no país. Com apenas dois artigos, a lei determinava a liberdade imediata de todos os escravizados, sem qualquer tipo de indenização aos proprietários, o que gerou forte descontentamento da elite agrária e contribuiu para a sua adesão à causa republicana. Não sendo uma benevolência da realeza, e sim resultado de pressões internas e externas, a abolição pôs fim a um sistema decadente e desumano.

Embora tenha representado um marco histórico, a Lei Áurea não garantiu reparação ou condições para a integração dos negros pós-escravidão, não previu qualquer medida de inclusão, políticas públicas ou destinação aos ex-escravizados, perpetuando desigualdades que se refletem na realidade Brasileira até os dias atuais.

Políticas de educação de enfrentamento e combate ao racismo no Brasil

O processo de educação escolar no Brasil teve início em pleno período de escravidão e se deu por meio de Lei 1827 com a Lei das Escolas de Primeiras Letras, essa legislação determinou a criação de escolas de primeiras letras em zona urbana e zona rural. Já a reforma Couto Ferraz de 1854 criou as inspeções escolares. Mas foi em 1891, com a instituição do regime republicano e com a primeira constituição Brasileira que os estados tiveram autonomia para organizar seus sistemas de ensino. Mas em nenhuma dessas legislações, o negro estava previsto como cidadão de direito ao ponto de ser incluído nos processos de ensino formal. Entretanto, com o ato público de abolição da escravidão em 1888, se passou a falar sobre a escolarização formal para negros, embora já houvesse, na informalidade, processos de formação educacional para negros no período do império. Nos primeiros

anos da república, havia vários intelectuais negros na luta pelo fim do racismo no Brasil que tinham essa pauta (Piletti, 1996, Almeida, 2000, Barros, 2005, Cruz, 2005).

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) surge como marco simbólico para a luta antirracista. A DUDH estabeleceu fundamentos legais, obrigações do estado, instrumentos de combate ao racismo, assim como promoveu maior conscientização da população sobre políticas de promoção da igualdade racial, o que de certa forma obrigou gestores a criarem legislações específicas de combate ao racismo. A partir da DUDH, o Movimento Negro Brasileiro, intelectuais e ativistas fazem diversos movimentos de denúncia sobre o racismo institucional nas escolas e na sociedade de um modo geral.

A educação é a base do Estado Democrático de Direito a ser assegurada mediante a formulação de políticas públicas eficazes que garantam acesso, permanência e qualidade de ensino a todos, sem distinção. Consagrada na Constituição Federal de 1988, a educação é essencial para a promoção da dignidade humana e o desenvolvimento social e econômico do país.

O artigo 205 da Carta Magna estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Por consequência, o artigo 206 da Constituição prevê princípios que orientam a educação no Brasil, como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática do ensino público. Tais diretrizes garantem que a educação seja estruturada de forma a proporcionar oportunidades equitativas e promover a inclusão social (Brasil, 1988)

Além disso, a Constituição prevê o direito à educação diferenciada para grupos historicamente marginalizados como, por exemplo, indígenas e negros, respeitando suas especificidades culturais e sociais. Nesta perspectiva, a educação quilombola é uma importante política pública voltada para as comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que garante a essas populações o direito à propriedade de suas terras tradicionais.

A trajetória da educação quilombola no Brasil está sendo consolidada ao longo do tempo, impulsionada pelo reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas a partir da promulgação do Texto Constitucional de 1988. Esse avanço se materializou na legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que

abriu espaço para a inclusão de modalidades específicas de ensino, culminando na Resolução CNE/CEB nº 08/2012. Essa resolução estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, garantindo às escolas quilombolas autonomia para construir projetos pedagógicos que reflitam seus saberes e modos de vida (Ministério da Educação, 2012).

Segundo o Centro de Cultura Luiz Freire (s.d.), as Diretrizes Curriculares representam uma resposta no campo educacional, orientando a implementação de políticas de reparações para as populações negras, ao mesmo tempo em que reconhecem e valorizam a história por elas construídas.

Outro marco fundamental para a educação quilombola e para a valorização da história e cultura afro-Brasileira no currículo escolar foi a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-Brasileira nas escolas de educação básica. Essa lei representa um avanço na construção de uma educação antirracista e na promoção da igualdade racial, pois busca resgatar a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade Brasileira (Arruti, 2017).

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, aprovado posteriormente, é um avanço significativo para o reconhecimento e a promoção da igualdade racial no Brasil, incluindo a valorização das comunidades quilombolas. O Estatuto estabelece uma série de medidas para garantir direitos territoriais, culturais e educacionais para as populações negras e quilombolas, com o objetivo de combater as desigualdades históricas e promover a inclusão social dessas comunidades. Ele assegura o direito de acesso a uma educação que respeite as especificidades culturais quilombolas, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 10.639/2003, além de garantir o fortalecimento da identidade cultural dessas comunidades.

Esse conjunto de normas legais, composto pela Lei nº 10.639/2003 e pelo Estatuto da Igualdade Racial, caminha junto para promover uma educação mais inclusiva e antirracista. O Estatuto, por sua vez, também visa à implementação de políticas públicas que garantam o acesso das comunidades quilombolas a serviços essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Ao reconhecer as especificidades dessas comunidades, o Estatuto busca promover um desenvolvimento sustentável que respeite seus modos de vida e fortaleça sua participação ativa na sociedade.

Educação escolar quilombola

Estudar quilombos e educação no Brasil remete à discussão sobre reconhecimento, identidade étnica e símbolos culturais. Como refere a quilombola pertencente a um quilombo dos municípios pesquisados:

Ser quilombola para mim é trazer a história né? do passado, de tudo como foi feito, de tudo que nós passamos sabe, por que é de dor, mas é muito bonita a história, quando a gente vai ler ou ver um noticiário na televisão, sobre o racismo, te lembra tudo, pelas coisas que tu passou. Vem na tua memória também, muito quando a gente vê, às vezes é a favor, às vezes é contra, às vezes aquele a favor, fica emocionada com as coisas que eles colocam, que a gente vê que a gente é valorizado, porque o negro, ele não é muito valorizado. Quando tem um projeto que mostre que a gente pode ser igual, pois na sociedade a gente não é igual, mas é a mesma coisa, e pensar nas diferenças, pois nem todo mundo é igual. Para nós, eu acho que a nossa comunidade, como povo quilombola é um orgulho imenso, te mostra a história, te mostra como viemos parar aqui, para mim é maravilhoso ser quilombola, é um orgulho, é um amor assim, e tem algumas coisas que os antepassados passaram, conseguir reviver isso, e mostrar para o mundo o que eles fizeram. E não desistir disso. (Dandara, 2024).

Ser quilombola é ser diferente das outras pessoas, somos iguais por natureza, mas o jeito de ser, por cabeça, o jeito de cuidar, o jeito da comida, da roupa que a gente veste é bem diferente né, o cabelo né, isto aí é uma grande diferença. É o prazer daquele resgate dos livros, como as bonecas de pano, eu também faço estas bonecas de pano, o resgate do tempo atrás da nossa vó, as griô, como diz né, que a gente fala na língua dos negros. As nossas griô, traziam dentro dos navios negreiros com as crianças, não tinham nada para as crianças brincar, e elas rasgavam as saias e o vestidos e faziam as bonecas para as crianças (Maria Firmina, 2023).

A necessidade de uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas é frequentemente questionada, com argumentos que sugerem uma possível “discriminação invertida” (Oliveira, 2014). No entanto, a trajetória histórica dessas populações é marcada por sucessivas negações de direitos, tanto no campo das subjetividades quanto no acesso a políticas públicas essenciais. Como refere a quilombola:

Eu vou começar falando sobre a escola de onde eu vim, tinha uma escola lá na comunidade, lá no quilombo. Acho que desde 1969, tinha essa escola que foi onde estudei... E aí no ano de 2000 como foi diminuindo o número de alunos lá, a prefeitura decidiu nuclear ela..., ai eu estou aqui nesta escola desde 2000... outras escolas foram nucleadas, porque foi diminuindo o número de alunos, e a acessibilidade para essas escolas era mais difícil, e materiais, recursos humanos, essas coisas todas, então essas escolas foram nucleadas.³¹ (Luísa, 2025).

Durante séculos, o Estado falhou em reconhecer e garantir plenamente os direitos humanos dessas comunidades, resultando em desigualdades persistentes. Entre essas negações, destaca-se a falta de acesso a uma educação que valorize a história, a cultura e as contribuições dos povos quilombolas, permitindo a ressignificação dos estigmas historicamente impostos e o fortalecimento da identidade dessas populações. Esse estigma e discriminação está presente, segundo uma liderança de um dos quilombos pesquisados, no próprio apagamento da identidade da escola quilombola que é escola quilombola, como fica evidenciado em sua narrativa a seguir: “A própria escola, nos primeiros bilhetes que eles mandavam para os alunos, o nome quilombola, ele era omitido. Por que que era omitido o nome quilombola? O nome da escola, ele é abreviado. Nós não concordamos com essa abreviatura (...) isso eu considero uma situação de racismo velada, tem que ser dado ênfase, sim”. (Gama, 2023).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no Brasil no período de 2014 a 2024. Entre seus objetivos, o PNE reafirma o compromisso com a promoção da equidade e a valorização da diversidade, incluindo a educação quilombola como uma das prioridades. O plano prevê ações para garantir o acesso e a permanência de estudantes quilombolas na escola, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. Além disso, estabelece a necessidade de formação de professores para atuar nessas comunidades e incentiva a produção de materiais didáticos que contemplem a história e cultura afro-Brasileira e quilombola, em consonância com a Lei nº 10.639/2003. Apesar dos avanços, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de maior investimento em políticas públicas que assegurem uma educação de qualidade para essas populações.

31 A nucleação de escolas é um processo de reorganização da educação rural, que consiste no fechamento de escolas de pequenas comunidades e no redirecionamento de seus alunos para uma escola-polo, geralmente localizada em áreas urbanas. Essa política visa racionalizar a gestão, melhorar a qualidade do ensino por meio de estruturas e recursos mais adequados e, muitas vezes, justificada por fatores como a baixa densidade populacional no campo e a falta de infraestrutura em escolas isoladas. No entanto, a nucleação é criticada por causar impactos sociais e econômicos negativos, como o aumento do tempo de deslocamento dos alunos, o que pode levar ao esvaziamento do campo e ao enfraquecimento dos laços comunitários e familiares com a escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica define que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico- racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem. (Ministério da Educação, 2025).

Nesse contexto, respeitar a cultura e a identidade quilombola é essencial para a promoção da igualdade racial, além de ser uma ferramenta fundamental para o fortalecimento, a preservação cultural e o desenvolvimento dessas comunidades. Por essa razão, a legislação Brasileira reconhece a educação escolar quilombola como um direito fundamental, que deve ser garantido por meio de políticas públicas eficazes e adequadas às especificidades dessas populações.

Segundo o Ministério da Educação (2025), o Brasil possui um número significativo de comunidades quilombolas, muitas das quais localizadas em áreas rurais de difícil acesso, frequentemente sem infraestrutura básica, como energia elétrica, água tratada e serviços essenciais, incluindo educação, saúde e transporte. A ocupação e o cultivo da terra em regiões afastadas dos centros urbanos foram estratégias de sobrevivência adotadas por essas comunidades, permitindo-lhes preservar suas tradições e modos de vida.

Entretanto, a falta de escolas dentro dos territórios quilombolas ainda é um grande obstáculo como pode ser evidenciado na narrativa dessa mulher negra quilombola a seguir: “*A escola aqui não tem. [...] Então, de 10 km para cá, não tem transporte nenhum. Não, não. Nem escola, nem nada. Não tem nada.*” (Chica, 2023)”. Muitas crianças, jovens e adultos precisam ser transportados para outras localidades para terem acesso à educação, enfrentando desafios que vão desde longos deslocamentos até a inadequação do currículo escolar, que muitas vezes não contempla a realidade histórica e cultural dos alunos quilombolas (Ministério da Educação, 2025). Esse cenário evidencia a urgência de políticas educacionais que garantam não apenas o acesso à escolarização, mas também uma educação que respeite e valorize a identidade dessas comunidades.

No contexto das políticas educacionais para os povos tradicionais, tem-se a Educação Escolar Quilombola-EEQ, que é um direito conquistado a partir da luta histórica de intelectuais negros, do movimento negro e de comunidades quilombolas no Brasil. A base da educação escolar quilombola está na valorização da identidade, cultura, memória e modos de vida do povo negro, a fim de que seja reconhecido a importância de suas

tradições para a construção da sociedade Brasileira. Para as comunidades quilombolas, as pessoas mais velhas são as guardiãs da história e da tradição, cujas memórias ancestrais são repassadas às novas gerações. A participação das pessoas mais velhas nas escolas quilombolas está prevista nas diretrizes curriculares, principalmente, na educação infantil, mas não é efetivada na prática. A fala de uma liderança quilombola traz essa questão:

[...] como as pessoas mais velhas estão morrendo, pessoas que sabem da história do quilombo, isto está se perdendo. Isto, dentro da escola, não é tratado e não é valorizado por todo mundo. A questão da história oral na cultura, tanto na religião de matriz africana, a oralidade é muito forte, então pelo cotidiano de trabalho e correria, esta história não está sendo passada para os mais jovens (Tereza, 2024).

O modelo de educação escolar quilombola ultrapassa a lógica de apenas acesso à escola, Segundo Gomes (2017),

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo – que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é uma recorte do processo educativo mais amplo. (Centro de Cultura Luiz Freire, s.d.).

O modelo educacional previsto pela EEQ reconhece a oralidade como um dos principais meios de transmissão do saber, respeitando as formas tradicionais de aprendizagem construídas ao longo das gerações. Isso implica sobretudo no entendimento das relações existentes entre presente e passado na perspectiva do futuro frente à relação dos estudantes quilombolas com a terra, com a cultura e com a organização social, política, econômica, ambiental a partir da ancestralidade do território (Centro de Cultura Luiz Freire, s.d.).

A tia... (já falecida), ela sempre contava, “o meu avô ele me entregou um documento [documento relacionado à terra] enrolado num coro, ele disse que nunca era pra mim abrir aquele papel, era para mim abrir quando eu precisasse, porque uma hora iria precisar”. Aí era hora dela abrir (Dandara, 2023).

Quando chegaram na casa dela ela disse que o..., chegou com esse povo para fazer a pesquisa, ai ela lembrou deste papel, ela foi lá nas coisas dela e pegou este papel, aquele couro embolado e entregou para ele, disse que ele agarrou

e abriu e largou em cima da mesa, que se assoprava em volta e virava pó, também quantos anos, mais de 50 anos guardado. A gente morava aqui tudo e ninguém sabia nada, é a historia né? eu sempre me perguntava, como é que a gente veio, como viemo para aqui? São mais de 100 anos, desde esses 100 anos para cá, a gente só vem buscando mais a cultura dele né, buscando o serviço dele né, resgatando né, a cultura dele [griô], o que ele fazia (Maria Firmina, 2024).

Rodrigues e Rocha (2023) explicam que o currículo escolar quilombola deve ser elaborado de acordo com os valores e interesses das comunidades quilombolas, isto é, o currículo será organizado tendo em vista cada território e sua ancestralidade, de modo que os quilombos poderão ter currículos diversos entre si.

A Educação Escolar Quilombola organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se, informando e alimentando-se de memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país. (Ministério da Educação, 2012).

A educação escolar quilombola abrange etapas e modalidades da educação básica e, concomitantemente, necessita de legislação específica que abarque as suas características. Guardadas as particularidades e vivências das comunidades quilombolas, a educação a ser ofertada e garantida para as comunidades deverá respeitar os diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional da educação básica, a saber: educação infantil, ensino fundamental e Ensino Médio (Ministério da Educação, 2012).

Cabe ressaltar que os sistemas de ensino na organização das atividades consideradas letivas das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas deverão considerar as orientações dadas pelo art. 23 da LDB e sua relação com as demandas e especificidades dessas comunidades. Sendo assim, a Educação Escolar Quilombola poderá se organizar de variadas formas, tais como séries anuais; períodos semestrais; ciclos; alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos; grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Ministério da Educação, 2012, p. 27).

A política nacional de equidade para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola (PNEERQ)

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) foi elaborada com o objetivo de implementar ações e programas educacionais destinados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo no ambiente escolar, além de promover da política educacional para a população quilombola, abrangendo toda a comunidade escolar, isto é, professores, funcionários, gestores e estudantes (Ministério da Educação, 2025).

Nesta perspectiva, a PNEERQ tem como objetivo promover a equidade racial no sistema educacional Brasileiro, garantindo a implementação de diretrizes que valorizem a diversidade étnico-racial e a identidade quilombola. Para isso, busca estruturar um sistema de metas e monitoramento que assegure a efetivação do artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-Brasileira e indígena nas escolas. Além disso, a PNEERQ visa à formação de profissionais da educação para atuarem tanto na gestão quanto na docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais (Erer) e da educação escolar quilombola (EEQ), fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas.

Entre suas principais metas, a política busca induzir a construção de capacidades institucionais nos entes federados para a formulação e implementação de políticas de EEQ, além de reconhecer e valorizar avanços institucionais de práticas educacionais antirracistas. Também pretende contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação Brasileira e consolidar a modalidade da educação escolar quilombola, garantindo a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade, conforme a Resolução nº 8/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Por fim, a PNEERQ prevê a implementação de protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, assegurando um ambiente educacional mais justo, inclusivo e respeitoso.

Conclusão

Esse capítulo buscou sistematizar algumas legislações referentes à educação escolar quilombola e os desafios para a sua materialização no contexto da sociedade Brasileira. Entre os desafios evidenciados no capítulo, destacamos o enfrentamento ao racismo institucional que obstaculiza o acesso e permanência de crianças e jovens quilombolas em seus territórios, sendo a maioria territórios rurais, tendo que enfrentar longas distâncias para frequentar escolas. Essas escolas, na maioria das vezes, não incorporam sua cultura, tradições e modo de vida em seus currículos.

O apagamento da cultura quilombola no currículo escolar reflete uma visão eurocentrada no ensino, um etnocídio cultural, resultando em uma educação que não valoriza os saberes e o protagonismo do povo quilombola como prevê a legislação. Não se vendo na estória ou apenas como ex-escravizados (as), sem ressignificar o significado de ser quilombola conforme está presente nas narrativas quilombolas, associado à resistência, luta, união, orgulho, pertencimento, a escola passa a reproduzir processos de exclusão e segregação, sendo um locus de violação de direitos. Urge a necessidade de uma educação antirracista e o desenvolvimento de práticas emancipatórias e políticas intersetoriais que garantam acesso à educação centrada nos saberes e cultura de um povo que tem muito a nos ensinar.

Referências

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil** (1500-1889). São Paulo/SP: Educ, 2000.

Arruti, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107/142, jan/abr de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3454>

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Edições Lisboa, 1977.

Brasil. Constituição da República Federativa da União. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da educação e ensino da história e cultura afro-Brasileira e africana. Disponível em : https://www.google.com/search?q=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+10639&sca_esv=d9aed0d2e07b8d48&rlz=1C1OZZY_enBR1136BR1137&ei=ZvLzaOPxLqqeIsQP7dOt8AE&ved=0ahUKewjjvIKsxa6QAxUqj5UCHeIpCx4Q4dUDCBA&uact=5&oq=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%

[A3o+10639&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LX_NlcnAiGmxlaSBzb2JyZSBIZHVjYcOnw6NvIDEwNjM5MgYQABgWGB4yBhAAGBYHjllEAAYgAOYogQyCBAAGIAEGKIESN9vUMgiWLBtCAF4AZABAjgB4QGgAfEeqgEGMC4yMS4xuAEDyAEAAEBmAIUoALMHMICChAAGLADGNyEGEfCAgUQIRigAcICBRAAGO8FwglFEAAyGATCAggQABiiBBjBZgDAIlgGAZAGCjIHBjEuMTUuNKAHznnyBwYwLjE1LjS4B8AcwgcGMi02LjE0yAfQAO&scient=gws-wiz-serp](https://www.google.com/search?q=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+escolar+quilombola+de+2012&rlz=1C1OZZYenBR1136BR1137&oq=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+escolar+quilombola+de+2012&gs_lcrp=EgZjaHjvbWUyBggAEEUYOTIKCAEQABiABBiiBDIKCAIQABiABBiiBDIKCAMQAB_iABBiiBDIHCAQQABjvBTIGCAUQRRhA0gEKMTMxODJqMGoxNagCCLACAFEFZLgLtRjx47U&sourceid=chrome&ie=UTF-8&zx=1760817768976&no_sw_cr=1). Acesso em: 20/10/2023

Brasil. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: https://www.google.com/search?q=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+escolar+quilombola+de+2012&rlz=1C1OZZYenBR1136BR1137&oq=lei+sobre+educa%C3%A7%C3%A3o+escolar+quilombola+de+2012&gs_lcrp=EgZjaHjvbWUyBggAEEUYOTIKCAEQABiABBiiBDIKCAIQABiABBiiBDIKCAMQAB_iABBiiBDIHCAQQABjvBTIGCAUQRRhA0gEKMTMxODJqMGoxNagCCLACAFEFZLgLtRjx47U&sourceid=chrome&ie=UTF-8&zx=1760817768976&no_sw_cr=1. Acesso em: 20/10/2023.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

CENTRO CULTURAL LUIZ FREIRE. **Educação Quilombola: um direito a ser efetivado**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_cclf_educ_quilombola_direito_a_ser_efetivado.pdf

Gomes, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

Gomes, Laurentino. **Escravidão**: da independência do Brasil à Lei Áurea. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Parecer nº 23001.000113/2010-81. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 20 nov. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação. **Educação quilombola**: apresentação. Brasília, 2025. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola->

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Suely Noronha. **Educação Escolar Quilombola**: uma narrativa do processo de produção das diretrizes curriculares no estado da Bahia e em nível nacional. *Revista o Social da Questão*, v. 17, n. 32, p. 127/150, jul. de 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264723006/552264723006.pdf>

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo/SP: Ática, 1996.

RODRIGUES, Rosilândia de Souza. ROCHA, Genylton Odilon Rego da. O currículo da educação escolar quilombola. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13045/13060, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2592>

RODRIGUES, Ana Cláudia da; MARQUES, Dayana Ferreira; Rodrigues, Adriege Matias; DIAS, Gilvania Lima. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento **Educ. Real**. 42 (02) • Apr-Jun 2017 • <https://doi.org/10.1590/2175-623657687> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/gQ3Yj75WDy9cKTRm4dwqppj/?format=html&lang=pt#:~:text=Pela%20situa%C3%A7%C3%A3o%20das%20escolas%20localizadas,respons%C3%A1vel%20pelo%20fechamento%20das%20escolas.>

SILVA, Paulo Baptista da. ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: Lugares de Negros e Brancos na mídia. In: DIJK, Teun A. van (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

As Políticas de Acesso e Permanência no Ensino Superior: um Estudo de Caso na Unipampa, São Borja/RS

Pedro Luiz Pecoits Salaberry³²

Adriana Hartemink Cantini³³

Introdução

Atualmente, os índices de evasão no Ensino Superior vêm sendo preocupantes, pois estão cada vez maiores, urgindo que o Estado aja para frear o abandono nos cursos de graduação. Recentemente, foi divulgado o Censo do Ensino Superior 2024 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), identificando que o Brasil alcançou a marca de 10.000.000 (dez milhões) de estudantes no Ensino Superior em 2024. Uma parcela importante da população teve acesso à educação por meio das novas tecnologias. A educação à distância (EaD) proporcionou uma ampliação na oferta dos cursos superiores. O número de matrículas na EaD em 2024 correspondeu a 50,7% do total das matrículas na graduação. Entre 2023 e 2024, o aumento foi de 5,6%. Segundo o censo, o país conta com 317 instituições públicas e 2.244 privadas. Entre as instituições públicas, 43,8% são estaduais (139), 38,5%, federais (122) e 17,7%, municipais (56). Além disso, o levantamento aponta que a maioria das universidades Brasileiras é pública, representando 56,3% do total de universidades do país. Embora o Censo mostre um

32 Mestrando em Serviço Social e Proteção Social (Universidade Federal do Pampa). Especialista em Serviço Social e Saúde Coletiva (Faculdade Anhanguera/2022). Cursando Especialização em Urgência e Emergência Hospitalar (Faculdade Metropolitana). Graduado em Serviço Social (Universidade Federal do Pampa/2021). Atualmente é técnico em enfermagem no suporte básico de vida - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Atua como Conselheiro no Conselho da Comunidade Prisional no Município de São Borja (Assistente Social). Pesquisador em: políticas públicas, saúde coletiva, educação (acesso e permanência) e humanização da saúde. Orcid 0000-0002-7901-4474. Email de contato: Pedro Salaberry.aluno@Unipampa.edu.br.

33 Professora de Magistério Superior da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja. Doutora em Direito pela *Universidad de Salamanca* (Usal), Espanha. Mestre em Educação (Pucrs). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Urcamp). Especialista em Direitos Humanos (Verbo Jurídico). Licenciada em Formação de Professores (FEA). Bacharela em Direito (Urcamp). Advogada. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira e Interdisciplinaridade e Diálogos do Pampa Unipampa/CNPq. Conciliadora e Mediadora Judicial certificada pelo TJRS. Avaliadora do Sinaes. Professora dos Programas de Pós-graduação da *Universidad Nacional de Misiones* (Unam), Argentina. Cadastrada no Repositório de Mulheres Juristas (CNJ). Orcid: 0000-0002-6295-5342. Email de contato: adrianaCantini@Unipampa.edu.br.

incremento e ampliação dos alunos matriculados, ainda assim, não garante a permanência no Ensino Superior. Nas Instituições de Ensino Superior Federais, a estatística mostra, que houve 55% de desistência, dados preocupantes, e que nos leva a refletir sobre a efetividade das políticas de acesso e permanência universitária.

A evasão do Ensino Superior ocorre, quando o estudante abandona ou desiste dos estudos, por diversos motivos. É uma questão global que precisa ser solucionada ou minimizada pelo Estado, pois, além de afetar o desenvolvimento individual e social da Pessoa que estuda, impede que ela realize o seu Projeto de Vida. O resultado acaba impactando no desenvolvimento qualificado e também no progresso dos Estados, porque a formação de capital humano fica comprometida. Para evitar esta situação, uma das alternativas é a criação de políticas que tenham como objetivo o incentivo do acesso e da permanência de estudantes nas universidades. Porém, estas, não têm se mostrado suficientes para conter o abandono e a evasão. São as questões sociais que precisam ser enfrentadas, por serem muito mais complexas e visíveis que os problemas individuais de cada um. Para combatê-las, é necessário que o Estado e a sociedade estejam vigilantes e envolvidos na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas direcionadas a este segmento populacional. É comum, nas grandes cidades, estudantes residirem, por exemplo, nas periferias, tendo que pagar aluguel e transporte para se deslocar as universidades e, mesmo beneficiados das políticas de acesso e permanência, acabam tendo dificuldades financeiras para se manterem na graduação, porque os valores dos auxílios não dão conta das suas necessidades. Este fato, faz com que precisem escolher: estudar ou buscar outros meios de sobreviver? Neste momento, a opção pelo cancelamento temporário ou permanente dos estudos ou mesmo o abandono, acaba sendo a única opção possível. (Laurell, 2004).

Várias normativas, programas e políticas foram criadas para minimizar a questão. A mais recente, foi a reforma da educação Brasileira com o novo Ensino Médio, introduzido pela Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, com implementação iniciada em 2025. A normativa introduz e modifica artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996. Uma novidade está no parágrafo 2º do Artigo 35-b, que trata da composição do Ensino Médio, composto pela formação geral básica e itinerários afirmativos, definindo que ele deve ser organizado, com foco na articulação dos saberes e na construção do Projeto de Vida dos estudantes. O parágrafo mencionado especifica que “§ 2º - Serão asseguradas aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e sócio emocional, pela

integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de forma ambiental e socialmente responsável.”(Brasil, 2024b).

E por que nos referimos ao Ensino Médio, quando nos propusemos a discutir e debater sobre as políticas e programas de acesso e permanência no Ensino Superior e a evasão? A resposta nos parece muito simples: a desigualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos. Entre a decisão de prestar o vestibular ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e o momento da inscrição em um curso superior, há um longo caminho a ser percorrido, acompanhado de um grande investimento pessoal, independentemente dos resultados escolares anteriores. (Zago, 2006). Neste trajeto, o direito humano/fundamental ao desenvolvimento do Projeto de Vida – que o estudante aprendeu, debateu e construiu durante o ensino médio nas trilhas de aprendizagem, pode ser violado.

A propósito, o direito ao Projeto de Vida foi consagrado na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, durante duas decisões importantes, com votos de um juiz Brasileiro, Antônio Augusto Cançado Trindade³⁴. O primeiro foi o caso “Loayza Tamayo versus Perú”, cidadã peruana detida sem provas, torturada e sentenciada pelo tribunal militar em 1992, período da ditadura peruana. Nele, a decisão reconhece a responsabilidade do Estado por dano ao projeto de vida. O segundo, caso “Villagran Morales versus Guatemala”, discutiu a responsabilidade do Estado em relação à impunidade de policiais que torturaram e assassinaram cinco meninos que viviam em situação de rua. Neles, a sentença trouxe novos contornos para a responsabilidade positiva do Estado, isso quer dizer, que o Estado não é somente proibido de violar o direito ao “Projeto de Vida”, mas deve promovê-lo. Neste sentido, é preciso entender que o direito ao Projeto de Vida tem uma dupla dimensão: uma é a dimensão negativa, que proíbe a violação da vida e da liberdade da Pessoa, no sentido de escolher sua trajetória de vida e, a outra, é a dimensão positiva, que exige que o Estado tome medidas para proteger e promover a criação de Projetos de Vida dignos. Isso implica, não apenas, em abster-se de violar direitos, mas, em garantir, por meio de ações concretas, as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento integral da Pessoa, incluindo a educação.

34 Antônio Augusto Cançado Trindade - jurista Brasileiro, especialista em Direito Internacional e atuante na luta pelos Direitos Humanos, tendo sido juiz e presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e juiz eleito em dois mandatos da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em Haia.

A educação, em todos os níveis de ensino, incluindo o direito de acesso e permanência, nesse contexto, torna-se um pilar fundamental para o desenvolvimento de um Projeto de Vida. Ela não apenas prepara o indivíduo para tomar decisões autônomas e conscientes, como cria condições para que ele tenha acesso a diversas oportunidades e possa escolher seus próprios caminhos. Sem uma educação de qualidade, o exercício das liberdades se torna limitado, pois o indivíduo não tem acesso a ferramentas e recursos que possibilitem a construção de seu futuro.³⁵

Considerando este direito humano/fundamental positivado, o objetivo central deste trabalho consistiu em identificar as políticas públicas e os programas de acesso e permanência no Ensino Superior em vigência, conhecendo aquelas em que a instituição pesquisada participa ou implementa. Os objetivos específicos delineados para orientar o trabalho foram discutidos em forma de subtítulos que buscaram identificar as políticas de acesso e permanência no Ensino Superior em vigência, junto ao Ministério da Educação – Educação superior; conhecer as políticas de acesso e permanência que a Unipampa adere e as que a própria universidade implanta; demonstrar os dados e resultados da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) na Unipampa e, em especial no campus São Borja e, finalmente, analisar as questões sociais que envolvem os beneficiados/usuários das políticas, considerando o impacto em seu Projeto de Vida.

Para responder aos objetivos do trabalho, utilizamos método dialético que analisa a realidade e os fenômenos através do confronto de ideias e contradições, em busca de um conhecimento mais profundo. Em relação ao método, os autores mais associado à sua definição foram Hegel (1807) e Marx (1840), formulando a dialética como um processo em constante transformação da realidade, baseado em três estágios: tese (afirmação), antítese (oposição) e síntese (a união que gera novo conhecimento, o qual se torna uma nova tese). Assim, a tese afirmada é a de que as políticas de acesso e permanência no Ensino Superior não estão sendo suficientemente efetivas para evitar a evasão. A antítese, concentra-se nas políticas adotadas pela universidade pesquisada e a síntese irá provar que é preciso estabelecer novos critérios para a permanência dos estudantes no Ensino Superior. Em um segundo momento, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de análise dos indicadores que demonstram os resultados do Censo da Educação

35 Informações retiradas do material didático fornecido pelo Curso de Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, Módulo I. TEXTO BÁSICO UNIDADE I - Fundamentos de Educação em Direitos Humanos e Diversidades: como essa discussão pode contribuir para a melhoria e desenvolvimento do ambiente escolar, por Marrielle Maia, 2025, pp. 30-32).

Superior publicados pelo MEC, tendo como referência o ano de 2024, em setembro de 2025 e também, os dados do controle e monitoramento das políticas da Unipampa, com foco especial para o campus São Borja.

Como se trata de um tema bastante amplo, foi preciso estabelecer critérios de inclusão e de exclusão. Optamos por incluir as políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior na Unipampa, com estudo de caso dirigido aos cursos nas modalidades presenciais e EaD oferecidos no campus São Borja(RS), a saber: Cursos presenciais: Ciências Humanas – Licenciatura, Bacharelado em Serviço Social; Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política; Bacharelado em Comunicação Social: Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Cursos Presenciais com horas em EaD: Bacharelado em Direito e Cursos não presenciais e totalmente EaD: História – Licenciatura e Geografia - Licenciatura. Os critérios de exclusão se concentraram nas políticas de acesso e permanência que outras universidades Brasileiras participam, já que se trata de um estudo de caso em uma universidade específica.

As políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior

Quando debatemos sobre política públicas, estamos relacionando as ações sistemáticas do Estado, de caráter coletivo e orientadas por objetivos sociais e legais, destinadas a ampliar direitos, democratizar oportunidades e promover justiça social. Segundo Bobbio (1999, p. 120), “[...] políticas públicas abrangem tanto ações do Estado para legitimar, ampliar e garantir direitos, quanto para ordenar, proibir e transferir recursos sociais, sempre com efeitos gerais para a coletividade.”

Ao questionar as políticas e programas, devemos atentar para suas diferenças. A literatura ressalta que as políticas delineiam o caminho, enquanto os programas traduzem políticas em ações efetivas, neste caso, para superar as barreiras de acesso e garantir a permanência dos estudantes. Zago (2006) e Yazbeck (2012) tratam as políticas como instrumentos gerais para garantir direitos, enquanto que os programas são implementações práticas e pontuais, com metas e público-alvo específicos.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi inicialmente instituída pela Portaria normativa do Ministério da Educação nº 39/2007, e posteriormente, regulada

pela Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. A Pnaes, como ficou conhecida, busca garantir a permanência e o acesso dos estudantes em instituições federais de ensino, tanto na educação superior quanto na educação profissional, científica e tecnológica. A política oferece programas de permanência e inclusão com uma ampla gama de benefícios como os programas e ações de assistência estudantil (bolsa permanência, moradia, alimentação, transporte); ações para acessibilidade; saúde mental e apoio pedagógico. Há uma preocupação principal que os beneficiários estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde estão incluídos os estudantes de baixa renda, indígenas e quilombolas, deficientes, afrodescendentes, entre outros, com o objetivo de reduzir desigualdades e promover o acesso acadêmico, evitando a evasão.

De acordo com o MEC e as atualizações recentes (2024/2025), as principais políticas de acesso e permanência no Ensino Superior Brasileiro são: **Políticas de acesso:** SiSU (Sistema de Seleção Unificada), processo seletivo nacional para o ingresso em universidades públicas com base nas notas do Enem; Lei de cotas onde seu objetivo principal é democratizar a entrada nas universidades públicas, garantindo que grupos historicamente excluídos, como alunos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, tenham acesso ampliado às vagas no Ensino Superior; Programas de inclusão como Prouni e Fies, onde são ofertadas bolsa de estudo para ingresso em instituições privadas e financiamento estudantil. **Políticas de permanência:** Pnaes que destina recursos para moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, e apoio estudantil; Programa Bolsa Permanência que é um suporte financeiro destinado a estudantes em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo indígenas e quilombolas. Esta modalidade de bolsa teve ajustes no seu valor em 2025 passando para 700 reais mensais e, no caso dos indígenas e quilombolas, o valor pago é dobrado.

A Lei nº 14.723/2023, sancionada em novembro de 2023, alterou a Lei de Cotas original (Lei nº 12.711/2012) e trouxe mudanças significativas para o acesso de estudantes às instituições federais de Ensino Superior e técnico de nível médio. Ampliou o público alvo incluindo os quilombolas e reduziu a renda *per capita* para participação no programa a 01 (um) salário mínimo, reforçando o foco na vulnerabilidade social. Além da redução da renda acima citada, tivemos a cota adicional, onde os candidatos cotistas, agora concorrem pela ampla concorrência. Antes da atualização da Lei, os cotistas concorriam apenas às vagas específicas reservadas a seu grupo (ex: pretos, pardos, indígenas, pessoas

com deficiência, quilombolas, e baixa renda). Mesmo que a nota deles fosse suficiente para passar em ampla concorrência, eles ficavam limitados à disputa pelo grupo de cotas. Com a atualização legal, os candidatos cotistas participam primeiro da seleção pela ampla concorrência, independentemente dos critérios de cotas. Caso não sejam aprovados, a nota de corte para vagas reservadas será aplicada, aumentando suas chances de ingresso.

Outra política importante e que merece destaque, é o programa Mais Professores para o Brasil, e a bolsa de atratividade e formação para a docência, conhecida como Pé-de-Meia Licenciaturas, instituído pelo Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Para participar, o estudante deve atender o critério da nota mínima no Enem - igual ou superior a 650 pontos e ser aprovado e ingressar em um curso de licenciatura presencial por meio do Sisu, Prouni ou Fies. A bolsa é exclusiva para estudantes que ingressam a partir de 2025.

Projetos de lei recentes, como o PL 2614/24, Reuni, representam respostas legislativas e estruturais importantes para enfrentar desafios históricos de acesso, permanência e conclusão no Ensino Superior, bem como para promover o avanço socioeconômico por meio da educação. O Projeto de Lei 2614/24 propõe um novo Plano Nacional de Educação para o período 2024-2034, destacando metas e estratégias amplas para combater desigualdades estruturais. Entre seus objetivos centrais estão a ampliação das taxas de acesso à educação superior para, pelo menos, 40% dos jovens entre 18 e 24 anos, com foco em populações historicamente sub-representadas; a redução das desigualdades raciais, de gênero, socioeconômicas e regionais, com incentivos para políticas afirmativas e estratégias intersetoriais; a universalização da conclusão do Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada, o que está vinculado ao futuro aproveitamento no Ensino Superior; a garantia da permanência e condições para a conclusão dos cursos, ampliando o suporte acadêmico, financeiro e social aos estudantes mais vulneráveis. O PL também prevê a indução de ações afirmativas nos programas de pós-graduação e institutos de pesquisa, reforçando o compromisso com inclusão e equidade em todos os níveis de ensino.³⁶

Estudos sobre a eficácia e eficiência do uso do SISu - programa do Ministério da Educação (MEC) que usa as notas do Enem para selecionar candidatos a vagas em universidades públicas do Brasil, revela que esta política tem uma série de vantagens, em relação aos vestibulares tradicionais, porque alteraram significativamente a forma de

³⁶ Até o momento da publicação deste artigo, o Projeto de Lei 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034, não está em vigor. Foi enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em junho de 2024 e está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados

acesso ao Ensino Superior público no Brasil, criando a expectativa de uma maior igualdade de oportunidades entre os candidatos. (Nonato (2018). O SiSU oferece benefícios para os estudantes, possibilidades e alternativas, fazendo com que muitas pessoas se interessem em ingressar em uma faculdade, e as cotas, também se apresentam como uma grande aliada do programa. (Gilioli, 2016; PEREIRA, 2016).

No entanto, a responsabilidade por garantir o interesse dos estudantes, fica por conta da instituição, como definido pela legislação Brasileira na Lei 10.861/2004 – que cita como uma das dimensões da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES) e a forma como elas se relacionam com a sociedade. Muitas universidades públicas tem políticas próprias para melhorar a permanência dos estudantes, algumas em relação a mobilidade, oferecendo alojamentos que proporcionam segurança em relação à moradia. Mesmo que tal ação não tenha uma previsão legal impositiva para todas as universidades, isso facilita muito a vida dos alunos, além de melhorar os seus resultados acadêmicos (Santos, 2011).

Até aqui apresentamos políticas e programas de acesso e permanência no Ensino Superior, mas, consideramos fundamental entender o que é a **vulnerabilidade**, conceito integrante das políticas e que tem por finalidade incluir. Neste mesmo sentido, a **equidade** também precisa se entendida. Em Rawls (2003), a equidade é entendida colocando ao seu lado o conceito de igualdade formal (ou isonomia), que significa tratar todos de forma igual, sem distinção. Então, a equidade significa dar às pessoas o que elas precisam, tratando desiguais de forma desigual para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades.

Em relação a vulnerabilidade, outro conceito essencial para entender as políticas estudadas, buscamos Zago (2006), que entende que a vulnerabilidade é um termo que amplia a compreensão dos fatores que fragilizam a cidadania, neste caso específico em estudo, a garantia do direito ao Projeto de Vida, com permanência e acesso ao Ensino Superior, que deve considerar múltiplas dimensões além da renda. A vulnerabilidade é um dos fatores que provoca a violação dos direitos fundamentais. (Cantini et.al, 2019). Quando analisamos a vulnerabilidade no âmbito da assistência social, percebemos que a pobreza é reconhecida como uma das condições que a caracterizam, lembrando que ela não se limita somente à insuficiência de renda. Para Yazbek (2012), pode-se abordar a pobreza como uma das facetas “[..] da questão social e como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas

de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria.” (Yazbek, 2012, p. 289).

Outra definição é necessária quando propomos o debate sobre as políticas públicas direcionadas ao acesso e a permanência no Ensino Superior partindo da premissa de que não são suficientemente efetivas para combater a evasão, precisamos compreender o termo. A **evasão** se refere à saída definitiva do aluno do curso de origem, sem tê-lo concluído. Para Ristoff (2013), a evasão estudantil é correspondente ao abandono dos estudos, no entanto, é preciso separar esse termo de migração do estudante para outro curso, sem sair do sistema educacional, pois a mobilidade entre cursos e universidade, é diferente de evasão, não há abandono. Alguns autores definem evasão estudantil de uma maneira genérica, comparando e buscando interpretar seus efeitos e causas, diferenciando-os de outras situações, que ocorrem no ambiente estudantil e são intrínsecas. Neste sentido, Fritsch (2015, p.2) diz que a evasão,

É um fenômeno complexo, associado com a não concretização de expectativas e reflexo de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema nas instituições de ensino. Caracteriza-se por ser um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis internas e externas às instituições de ensino. (Fritsch, 2015, p.2).

Assim, também Tinto e Cullen (1973) acabaram identificando dois tipos de evasão, a voluntária e a involuntária. A evasão voluntária, ocorre, quando o estudante solicita, já a involuntária, acontece por conta de uma expulsão, por meio de intervenções da IES, e os motivos podem ser os mais variados possíveis. Independentemente do tipo de evasão, ambas entram nos cálculos de taxa de evasão juntas, sem serem consideradas individualmente. A evasão acaba correspondendo a uma postura ativa do aluno, que por meio de sua própria responsabilidade decide abandonar o curso. Esse ato de exclusão, tem ligação com a **responsabilidade quase que completa da instituição**, e de tudo que a cerca, pois muitas vezes o aluno acaba evadindo contra a sua vontade (Bueno, 2020). O autor quer destacar que o ato de evasão é uma decisão que parece ser ativa, pois, parte do aluno, porém, ele argumenta que essa postura ativa muitas vezes é compulsória, ou seja, o estudante abandona não por desejo ou escolha, mas, em decorrência de condições desfavoráveis criadas pela própria instituição de ensino e seu entorno. Assim, a evasão é resultado direto das dificuldades e da ausência de suporte institucional: mesmo que a

ação de sair do curso seja executada pelo aluno, a responsabilidade maior recai sobre a instituição, que não oferece condições adequadas para que o estudante possa permanecer. Muitas vezes, o aluno “comete esse ato contra a sua vontade”, impelido por fatores como falta de recursos, apoio pedagógico insuficiente, ausência de políticas de assistência ou ambiente hostil. Portanto, Bueno (1993) desmistifica a ideia de que o estudante é o único culpado por deixar o curso — na verdade, a evasão reflete as falhas institucionais e sociais que impedem sua permanência.

No atual cenário, a evasão acaba afetando a sociedade como um todo, pois, as desistências e abandonos dos cursos, são percebidas como uma perda de recursos econômicos e acadêmicos, afetando o Projeto de Vida destas Pessoas, a sociedade e o Estado como um todo (Silva 2007). A finalidade da educação superior, que está fundamentada no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (Lei 9.394/96), revela que o objetivo é,

Art. 43 - A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, [...]; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional [...]; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, [...]; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, [...]. (Brasil, 1996,).

Conhecidas as principais políticas e programas de acesso e permanência no Ensino Superior, passamos a analisar – estudo de caso – as políticas e programas que a Unipampa adere ou cria, como forma de contribuir para o aprimoramento dos processos.

As políticas de acesso e permanência no ensino superior na Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

A assistência Estudantil da Unipampa é regulamentada pela Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014 (Consuni/Unipampa) em consonância com a Pnaes. Os programas de permanência na Unipampa são compostos pelo Plano Permanência; Plano Emergencial; Programa de Apoio Social e Pedagógico, (PASP); Plano de Apoio ao Aluno Indígena e Quilombola), (PAPIQ); O Programa de Apoio a Participação Discente em Eventos, (PAPE); O Plano Permanência, composto pelos seguintes programas:

a) Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação onde não houver Restaurante Universitário (RU) com valor de R\$ 350 reais mensais ou oferta de alimentação nos restaurantes universitários. Os alunos beneficiados do programa de permanência em alimentação gratuita podem acessar o RU no almoço e no jantar. Há ainda o Subsídio Parcial da Alimentação, que se destina ao custeio de uma parte do valor da refeição dos estudantes de graduação presencial da Unipampa, independente da comprovação de renda, proporcionando acesso a uma refeição de qualidade, balanceada e de preço acessível. Para alunos da graduação e pós-graduação o valor da refeição é de 4 reais.

b) Programa Moradia Estudantil: Auxílio-Moradia: no valor de R\$ 285 reais que visa contribuir com as despesas decorrentes de pagamento de aluguel ou similar, aos alunos cuja residência seja externa ao município de seu *campus* ou na zona rural e que necessitem fixar residência em região urbana no município onde está localizado o respectivo *campus*. Vaga na Moradia Estudantil: espaço de acolhimento e moradia, de caráter temporário e gratuito, aos alunos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham da zona rural ou de municípios externos ao do *campus* onde estudam.

c) Programa de Apoio ao Transporte: auxílio transporte: que visa contribuir com despesas de transporte até o *campus* e/ou para atividades acadêmicas regulares, no valor de 90 reais. Auxílio Transporte- Rural: que visa contribuir com despesas de transporte para realização de atividades acadêmicas dos estudantes residentes na zona rural do município - sede do campus a que estejam vinculados, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de R\$ 110 reais.

d) Programa de Auxílio Creche: auxílio financeiro aos estudantes que tenham filhos com idade entre zero a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, no valor de R\$ 90 reais

por filho, para os contemplados pelo plano de permanência conforme editais específicos com publicação anual pela universidade.

De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em 2025 há 8.125 alunos regulares matriculados na universidade nos dez campi e em setenta cursos de graduação na modalidade presencial e sete cursos de graduação na modalidade à distância em trinta e seis polos. Em São Borja, o número de alunos regulares é de 1.020, sendo que, 274 destes, estão matriculados nas Licenciaturas, e 746 nos Bacharelados que o campus oferece. Nos dez campi da Unipampa temos 1.933 alunos contemplados pelo Plano Permanência, sendo 1.295 do sexo feminino, e 638 do sexo masculino. Em São Borja, o número de alunos que fazem parte do plano permanência é de 283, sendo 204 do sexo feminino e 79 do sexo masculino. Quanto à evasão, no ano de 2024, 2.669 alunos evadiram e no ano de 2025, até o presente, 2.160 alunos abandonaram seus cursos. Em São Borja, entre 2024 e 2025, o total de alunos que evadiram chega a 580.³⁷

Percebemos que a Unipampa tem uma vasta oferta de políticas e programas de acesso e permanência, alguns com fonte de recursos do governo federal e outros criados pela própria universidade. Com incentivo federal, destacam-se a Pnaes com os Programas: Plano de Permanência (PP); Programa de Alimentação Subsidiada; Programa de Moradia Estudantil; Programa de Apoio ao Transporte; Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC); Programa de Apoio Emergencial (PAE); Programas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica (PIBID e RP). Em suporte financeiro próprio para o acesso e a permanência, a IES pode destinar recursos suplementares a programas já existentes ou criar seus próprios programas, com por exemplo, os auxílios específicos: ocorrem quando a universidade concede auxílios suplementares para atender a demandas locais ou para ações de inclusão digital e apoio a eventos acadêmicos, como o Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos e Cursos Não Presenciais (Papec); Auxílios para situações de emergência, geralmente para eventos específicos como as enchentes no Rio Grande do Sul e ainda atividades e campanhas internas e específicas para auxiliar estudantes afetados por fatores fortuitos ou de força maior. Mesmo assim, todas estas ações políticas e programas, não tem sido suficientes para inibir a evasão.

37 Para obter informações mais detalhadas sobre os programas e a origem dos recursos, é sempre recomendado consultar a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil (Prodae) no site oficial da Unipampa <https://sites.Unipampa.edu.br/Prograd/> e dados estatísticos divulgados pela <https://sites.Unipampa.edu.br/Prodae/>

As questões sociais e suas influências na evasão e acesso ao Ensino Superior

As políticas de acesso e permanência no Ensino Superior têm impacto direto na inclusão e enfrentamento das questões sociais locais, buscando especialmente atender alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essas políticas incluem programas de assistência estudantil, ações afirmativas como cotas e benefícios, porém enfrentam desafios relacionados à insuficiência de orçamento, carências em apoio à saúde mental, estrutura universitária e integração com a comunidade. A Unipampa, campus São Borja, se localiza em uma região marcada por desigualdades socioeconômicas, o que reflete nas demandas estudantis por inclusão social. Muitos, são oriundos de contextos de vulnerabilidade e dependem do suporte institucional para permanecer na universidade, destacando a necessidade de políticas públicas robustas e integradas à realidade local.

A literatura revela que evasão do Ensino Superior é um problema complexo e multidimensional. No entanto, nem sempre esse problema de evasão deve ser visto sob este, já que eles podem indicar apenas um problema com mobilidade, ou então por questões financeiras, ou de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a questão social - área de intervenção do assistente social, diz respeito as contradições existentes entre dinheiro e trabalho, onde pode ser percebido de diversas maneiras. De acordo com Yamamoto (1983), a questão social é indissociável da sociedade capitalista, que acaba sendo derivada do caráter coletivo da produção (Pereira, 2013).

O abandono do Ensino Superior pode estar ligado a múltiplos fatores, que de maneira costumeira convergem para expressões das questões sociais no Brasil. A fome, a miséria, a ausência de saúde, o saneamento básico precário ou inexistente e o desemprego, são alguns dos principais fatores sociais que contribuem com a evasão. Isso acaba enfatizando ainda mais o problema das profundas desigualdades sociais enfrentadas em nosso país, mostrando que é cada vez mais necessária, a intervenção do Estado para lidar com esses problemas. (Laurell, 2004).

No Brasil, mesmo após o processo de redemocratização, a educação passou por inúmeras modificações que estão ligadas de maneira direta, com a previsão constitucional dos direitos sociais no rol dos direitos fundamentais autoaplicáveis. Esses direitos são aqueles que podem ser exercidos de forma imediata e integral, sem a necessidade de uma lei posterior que os regulamentem. Sua redação na norma jurídica (como a Constituição)

é clara e precisa, de modo que produz todos os seus efeitos desde o momento em que entra em vigor.

Os direitos fundamentais, entre eles o direito social de acesso à educação, são entendidos pela doutrina moderna, embasada no § 1º do artigo 5º da Constituição Federal, como um princípio que determina a máxima efetividade possível dos direitos fundamentais, obrigando o intérprete a buscar sua aplicabilidade de forma imediata sempre que possível. (Miranda, 1933; Silva, 2012; Sarlet 2015; Barroso, 2018). Mesmo com essas normativas, versando sobre o direito de acesso à educação, o direito ao Projeto de Vida e outros deles derivados, tais como o acesso e a permanência no Ensino Superior, acabam não sendo suficientemente garantidos, porque as políticas precisam ser atualizadas e reavaliadas, se observarmos os índices de evasão. (Polanyi, 2000).

Entre os fatores relacionados à evasão ou à permanência do aluno na escola e, também na universidade, distinguem-se a composição do corpo discente, os recursos escolares e didáticos, as características estruturais da escola e da universidade, bem como os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no seu conjunto, compõem o quadro que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante.

A desigualdade social pode ser outro fator que contribui para a evasão, pois, quando a Pessoa integra uma família pobre, sem incentivo para a educação, acaba necessitando ingressar no mercado de trabalho, e a questão financeira ganha mais importância que a busca pela educação. Este fator faz com que os alunos optem por não estudar, percebendo o curso superior como algo inacessível e sem recompensa, ao menos imediata. (Laurell, 2004). A ausência de preparo intelectual para a aprendizagem, ou porque tiveram um ensino fundamental insuficiente, ou porque não se prepararam adequadamente, são, ainda, empecilhos que estimulam a desistência dos cursos. A conciliação do trabalho com o estudo, também contribui para a evasão no Ensino Superior, porque muitos estudantes enfrentam jornadas exaustivas de trabalho gerando ainda mais estresse e ao desinteresse pela graduação. (Anderson, 1998).

Além das políticas de prevenção à evasão e de facilitação do acesso ao Ensino Superior, é necessário que sejam criadas outras estratégias capazes de minimizar os índices de evasão. As políticas de cuidado com a saúde mental e física dos alunos e de suas famílias são um ponto importante para que o Projeto de Vida deles seja efetivo. A oferta de melhores recursos para a mobilidade e a permanência, bem como, de programas

de apoio às dificuldades de aprendizagem, além do fortalecimento da educação básica, são outras ações necessárias. Essas, também são responsabilidades das universidades, pois, elas formam aqueles que ensinam. O Estado, por sua vez, e a sociedade em geral, precisam rever as metodologias de ensino dentro das escolas públicas Brasileiras, porque os estudantes não saem do Ensino Médio preparados para ingressar ou se manterem no Ensino Superior.

O assistente social pode trabalhar para a redução dos índices de evasão, dialogando com os estudantes nas universidades, com as famílias, com os empregadores e realizando os encaminhamentos necessários para a manutenção deles nos cursos. (Salaberry, 2021). Entender que a educação e o acesso e permanência no Ensino Superior é capaz de mudar a realidade, possibilita a realização do Projeto de Vida. (Pereira, 2016)

Considerações Finais

A análise das políticas de acesso e permanência no Ensino Superior, a partir do estudo de caso da Unipampa campus São Borja, evidenciou avanços importantes, mas também, desafios persistentes para garantir a democratização do acesso a este direito. O objetivo do trabalho, que consistia em identificar e compreender as políticas de acesso e permanência foi atendido, demonstrando que políticas e programas como o SiSU, o ProUni, o FIES, a Lei de Cotas e especialmente a Pnaes, contribuíram para ampliar o ingresso dos estudantes no Ensino Superior, democratizando e ampliando o acesso.

Identificamos as principais políticas e programas nacionais e institucionais vigentes, incluindo programas de cotas, bolsas, auxílios financeiros (moradia, alimentação, transporte, creche), destacando as iniciativas específicas voltadas para indígenas e quilombolas. A Unipampa, ao lado das ações federais, mantém e aprimora programas próprios de assistência estudantil, mostrando aderência e protagonismo no campo da inclusão. Os dados da Pnaes e das demais ações aplicadas no campus São Borja, confirmam que, apesar das iniciativas, a evasão ainda é considerável e preocupante. Ela decorre, principalmente, das dificuldades socioeconômicas, do desafio de compatibilizar estudo e trabalho e da carência de suporte psicopedagógico e estrutural.

Por fim, analisamos as questões sociais e seu impacto na evasão, reafirmando que as desigualdades estruturais do país excedem a capacidade das universidades de, sozinhas, garantir a permanência e o sucesso dos estudantes. Por isso, é essencial maior integração

entre o Estado, as universidades e a sociedade nestas ações, assim como, o fortalecimento e expansão da assistência estudantil, das políticas afirmativas e dos investimentos em infraestrutura e saúde mental dos estudantes

Em síntese, as políticas de acesso e permanência analisadas, são fundamentais para mitigar desigualdades históricas no Ensino Superior. No entanto, ainda insuficientes diante das condições sociais adversas dos estudantes, sendo urgente a ampliação do suporte institucional e intersetorial para garantir, não só o ingresso, mas também, a permanência, que possibilite o desenvolvimento do Projeto de Vida construído e elaborado ainda no Ensino Médio, garantindo o acesso aos direitos fundamentais em igualdade de condições para todos.

Com a utilização do método dialético, a tese afirmada no início deste ensaio - de que as políticas de acesso e permanência no Ensino Superior não estão sendo suficientemente efetivas para evitar a evasão -, se confirmou. Mesmo sem a intenção de esgotar o debate, mas, de causar um “incômodo” necessário aos gestores, avaliadores, executores de políticas públicas educacionais e aos pesquisadores, é possível afirmar que urge a necessidade de ampliação e revisão das políticas, em especial as de permanência no Ensino Superior.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. **In Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 7ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política.** 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

Brasil. Congresso Nacional. Projeto de Lei n.º 2614, de 2024. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.** Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 31 dez. 2023.

Brasil. Lei n.º 14.945, de 31 de julho de 2024. **Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio,** e as Leis n.ºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2024.

Brasil. Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2024.

Brasil. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível com atualizações da Lei nº 14.723/2023 em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>.

Brasil. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

Brasil. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

Brasil, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. MEC – Ministério da Educação; Secretaria de Comunicação Social (Secom). **Curso de Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.** [S.l.: s.n.]. Centro de Educação a Distância (CEaD), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2025.

Bueno, C. O. **Contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Superior: uma avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência no IFCE Sobral** (Dissertação de Mestrado). 2020, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

Cantini; Hartemink Adriana; AGUIAR, Rodrigues, Euzelene; ROCHA, Carregosa Sjeila Marta. (Orgs.). **Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências.** Volume 2. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2019.

Fritsch, R., JACOBUS, A. E., & VITELLI, R. F. Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior Brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, 25(1), 89-112, 2015.

Gilioli, R. de S. P. **Evasão em instituições federais de Ensino Superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios.** Brasília: DF: Câmara dos Deputados, 2016. IAMAMOTO, Marilda Vilela;

CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1983.

Laurell, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 2004.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Os novos direitos do homem.** Rio de Janeiro: José Konfino, 1933.

Nonato, Brécia França. **Lei de Cotas e Sisu: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais.** 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, M. A. L. PNE (2024-2034): perspectivas e desafios para a Educação Superior para o próximo decênio. **FINOM – Humanidade & Tecnologia**, [S.l.], v. 18, n. 1, 2025, pp. 1-15. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/6096. Acesso em: 14 out. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Proteção Social contemporânea: Cui prodest?** Serv. Soc., São Paulo, n. 116, out./dez, 2013, pp.636-651.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação.** Organização de Erin Kelly. Tradução de Claudia Berliner. Revisão técnica de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Considerações sobre evasão. In: RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis: Insular, 2013. p. 119-130.

Salaberry, Pedro Luiz Pecoits. **Acesso e a permanência na universidade pública: a experiência da assistência estudantil na Universidade Federal do Pampa.** 2021. 39 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2021

SANTOS, J. S. Jr., & Real, G. C. M. **Fator institucional para a evasão na educação superior.** Revista Internacional de Educação Superior, 6, 1-22, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.** 12ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 8ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

TINTO, Vincent; CULLEN, John. **Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research.** New York: Teachers College, Columbia University, 1973.

ZAGO N. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação.** [Internet]. **11 (32) Ago.2006.** Pp. 226–237. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: contribuições do serviço social. In: YAZBEK, Maria Carmelita et al. (org.). **A questão social no Brasil contemporâneo: a construção de políticas públicas no contexto neoliberal.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 289-310.

Entre Línguas e Políticas: Reflexões Contemporâneas sobre a Inclusão da Comunidade Surda no Cenário da América do Sul

Keli Krause³⁸

Ana Carolina da Rosa Machado³⁹

Introdução

A partir do título “Entre Línguas e Políticas: Reflexões Contemporâneas sobre a Inclusão da Comunidade Surda no Cenário da América do Sul”, este capítulo situa-se no cruzamento entre o reconhecimento linguístico e as políticas culturais como arenas decisivas para a efetivação dos direitos da comunidade surda. Inserido no contexto da pesquisa de doutorado conduzida por Keli Krause na Pucrs (2022), cujo tema central foi “*A política cultural da comunidade surda: uma análise comparativa entre os países sul-americanos*”, o capítulo apresenta detalhadamente como as línguas de sinais atuam como agentes de reconhecimento sociocultural, assim como, articulam-se às instituições e políticas públicas voltadas à inclusão e à cidadania.

A escolha de focar as línguas de sinais não é casual, uma vez que, elas não apenas configuram meios de comunicação, mas carregam dimensões identitárias, simbólicas e políticas. O reconhecimento legal de uma língua de sinais afirma que seus usuários constituem de uma cultura e comunidade com legitimidade própria, sendo que é dever do Estado proporcionar condições de acesso e participação equivalentes às demais comunidades linguísticas. Na maioria dos países, essa conquista é fruto de lutas históricas

38 Doutora em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, RS, Brasil. Docente de Libras (Língua Brasileira de Sinais) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: kelikrause@Unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0479-3979>

39 Mestre Profissional em Educação, Universidade Federal do Pampa, Unipampa, campus Jaguarão, RS, Brasil. Atuo profissionalmente como tradutora e intérprete de Libras/Português na Prefeitura Municipal de Jaguarão/RS. E-mail: ana.1991.carol@gmail.com ORCID:0000-0002-5351-1694

da comunidade surda, que pressionaram para que as políticas culturais e linguísticas fossem incorporadas nas legislações de direitos civis e educacionais.

Neste capítulo analisamos como a Argentina, o Uruguai, a Venezuela, o Paraguai e o Brasil desenvolvem políticas linguísticas e culturais voltadas à comunidade surda, identificando semelhanças, divergências e desafios institucionais. O fio condutor da análise baseia-se na hipótese de que o reconhecimento das línguas de sinais, em cada país, está diretamente relacionado às instituições, políticas públicas e principalmente ao movimento das comunidades surdas dos países.

Recorrendo ao pensamento de Axel Honneth (2017), cuja teoria do reconhecimento fundamenta-se na noção de liberdade social, entendida como a possibilidade de os indivíduos desenvolverem suas potencialidades dentro de relações recíprocas de respeito, solidariedade e valorização.

No contexto da comunidade surda, essa perspectiva permite compreender que o reconhecimento das línguas de sinais não se limita a um ato jurídico ou simbólico, mas constitui um instrumento essencial de democratização da vida social. Ao assegurar o direito à comunicação e à expressão em sua própria língua, cria-se um ambiente em que as pessoas surdas podem participar plenamente da esfera pública, da educação e da cultura, fortalecendo os princípios de igualdade e liberdade que sustentam uma sociedade democrática.

Os dados vinculados neste estudo são resultados obtidos por meio de uma análise comparativa entre os países selecionados, a uma análise cultural das políticas linguísticas, e a um exame documental e bibliográfico de legislações, tratados, documentos governamentais, produções acadêmicas e fontes da comunidade surda (físicas e digitais). Por meio dessa, buscamos criar quadros comparativos que demonstram como cada país — com suas histórias, estruturas políticas e movimentos surdos — encaminha (ou não) a síntese entre reconhecimento linguístico e políticas culturais.

Para fundamentar essa análise, mobilizamos teorias críticas contemporâneas: o primeiro autor é Axel Honneth, por meio da sua teoria das lutas por reconhecimento, que nos permite como membros de uma comunidade mobilizar-se para conquistar status, respeito e reconhecimento social. A segunda autora é Nancy Fraser, ao problematizar as relações entre reconhecimento e redistribuição, e ao articular as dimensões simbólicas e materiais da justiça social. Esta combinação teórica permite decifrar como as políticas de

língua e cultura para surdos envolvem disputas de reconhecimento simbólico e distribuição de recursos, infraestrutura e instrumentos institucionais.

No decorrer do capítulo, serão expostos casos que mostram as políticas linguísticas em ação ou em omissão, os discursos institucionais sobre línguas de sinais, e os desafios práticos enfrentados pela comunidade surda na busca pelos seus direitos de comunicação, educação e participação plena sejam assegurados. O objetivo é demonstrar que na área das políticas nacionais sul-americanas, a relação entre línguas e políticas não é apenas formal: ela é central para a construção de uma cidadania surda efetiva.

Este capítulo, assim, pretende contribuir para as Ciências Humanas e Sociais ao propor uma leitura dialética e comparativa da inclusão surda no espaço sul-americano, enfatizando que o reconhecimento linguístico e a formulação de políticas culturais não são meros simbólicos, mas pilares estruturantes de dignidade, igualdade e justiça para a comunidade surda.

Metodologia

O presente capítulo integra a pesquisa de doutorado de Keli Krause (Pucrs, 2022) e adotou uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, orientada pelas práticas metodológicas das Ciências Sociais, com ênfase na análise de políticas culturais e linguísticas voltadas à comunidade surda na América do Sul. O objetivo metodológico foi compreender como o reconhecimento das línguas de sinais e as políticas públicas correlatas se articulam para promover inclusão, cidadania e justiça social nos diferentes países estudados: Argentina, Uruguai, Venezuela, Paraguai e Brasil.

Para isso, a investigação combinou múltiplos métodos complementares, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada, utilizou-se as seguintes metodologias: Análise comparativa (Durkheim, 1895): identificou semelhanças e diferenças nas políticas educacionais e culturais voltadas à comunidade surda entre os países, considerando os contextos históricos, legais e institucionais de cada nação; Análise cultural (Geertz, 1997): interpretou os significados, práticas e discursos construídos nos movimentos surdos, revelando como a cultura surda é mediada pelas políticas públicas e pela legislação de cada país; Grupos focais (Krueger; Morgan, 1990): possibilitaram a coleta de percepções e experiências de pessoas surdas sobre sua trajetória acadêmica, acessibilidade e vivências em contextos educacionais e sociais, enriquecendo a análise com dados empíricos;

Análise documental (Cellard, 2008): examinou leis, decretos, políticas públicas, relatórios oficiais e normativas, permitindo compreender o arcabouço institucional de cada país e sua aplicação prática e Pesquisa bibliográfica (Gil, 2008): fundamentou teoricamente o estudo, articulando conceitos das áreas de sociologia, educação, políticas públicas e estudos surdos, e proporcionando um diálogo crítico entre teoria e prática.

Resultados e discussão

A análise comparativa realizada entre Argentina, Uruguai, Venezuela, Paraguai e Brasil evidencia que o reconhecimento legal das línguas de sinais e a implementação de políticas culturais voltadas à comunidade surda apresentam padrões, avanços e lacunas distintas nos países. Além disso, as informações disponíveis sobre a qualidade de vida das pessoas surdas mostram que essa legislação contribui significativamente para garantir direitos e deveres em diversos âmbitos, como educação, saúde, trabalho e moradia, promovendo maior inclusão e acessibilidade.

De acordo com Krause (2022, p. 70), para enriquecer o conhecimento e entender mais claramente como acontece a concepção bidimensional se faz necessário a pesquisa e a coleta de informações sobre novas políticas culturais e sociais, neste caso, na comunidade surda considerando as transformações sociais, tecnológicas e políticas através dos séculos, para compreender a influência do embate político e do movimento social surdo.

Tal abordagem permite compreender a influência do embate político e dos movimentos sociais surdos. Observa-se, assim, que a concepção bidimensional — envolvendo conhecimento e redistribuição — da injustiça social é essencial para analisar as reivindicações de aspectos fundamentais, especialmente no que se refere à fenomenologia das experiências sociais e políticas contemporâneas no contexto da América do Sul.

Para sintetizar os resultados, apresentamos três quadros comparativos entre os países sul-americanos, abordando informações específicas em três dimensões principais: (1) o reconhecimento legal das línguas de sinais; (2) as políticas educacionais e a inclusão acadêmica; e (3) os desafios institucionais e as desigualdades regionais.

Os quadros permitem visualizarmos de forma objetiva e sistemática como cada país organiza o reconhecimento linguístico, as políticas públicas e a participação social da comunidade surda.

Quadro I – Reconhecimento legal das línguas de sinais nos países sul-americanos

| País | Língua de Sinais | Ano de Reconhecimento / Documento Legal | Principais organizações e movimentos surdos existentes até a atualidade. |
|-----------|--------------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Brasil | Língua Brasileira de Sinais (Libras) | Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 | Feneis, CBDS, associações estaduais e municipais. Universidades Federais e Privadas. Forte atuação em políticas públicas. |
| Argentina | Lengua de Señas Argentina (LSA) | Lei nº 27.710/2023 | Confederación Argentina de Sordos (CAS) |
| Paraguai | Lengua de Señas Paraguaya (LSPy) | Lei nº 6530/2020 | Asociación de Sordos del Paraguay (ASPAS) |
| Uruguai | LSU (Lengua de Señas Uruguay) | Lei nº 17.378/2001 | Asociación de Sordos de Uruguay (ASUR), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Surdos (CINDE) e Técnico de Interpretação e Tradução da LSU-Espanhol (TIULSU) |
| Venezuela | Lengua de Señas Venezolana (LSV) | Constituição (1999), Art. 81 | Federación Venezolana de Sordos (Fesordeven) |

Fonte: Krause e Machado, 2025

Percebe-se que, na Argentina, o processo de reconhecimento da Língua de Sinais Argentina (LSA) é mais recente quando comparado ao de outros países sul-americanos. A conquista da Lei da LSA, aprovada em 3 de maio de 2023, representa o resultado de um longo percurso de mobilização e luta da comunidade surda argentina, que, por décadas, reivindicou o reconhecimento oficial de sua língua como elemento central de identidade cultural e de acesso à cidadania.

De acordo com Krause (2022, p.151), menciona-se os direitos linguísticos das pessoas surdas:

Os surdos, a comunidade com suas próprias demandas e pautas, têm seus direitos linguísticos para o desenvolvimento de políticas de inclusão para a comunidade surda na comparação da oficialização da Língua de Sinais como reconhecimento jurídico da língua de sinais como conquista política de um movimento social surdo. Tendo objetivo de direitos de liberdade, igualdade e não discriminação na luta de seus direitos como língua oficial da língua de sinais, contribuição para a constituição desse arquivo jurídico de Direito Linguístico, com os desenhos do sinal próprio da língua oficial em cada país, com a data, o número da lei da língua de sinais entre os países, percebemos as diferenças.

De acordo com Krause (2022, p. 153–155), cada país sul-americano apresenta legislações próprias relacionadas ao reconhecimento das línguas de sinais.

No Brasil, existem leis municipais, estaduais e federais que reconhecem a Libras como língua oficial Brasileira, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Essas legislações representam conquistas advindas das políticas públicas e da luta das lideranças do movimento social das pessoas surdas em diversas cidades do país.

Na Argentina, há 23 províncias, das quais apenas cinco possuem leis provinciais referentes à *Lengua de Señas Argentina (LSA)*. Ainda não existe uma lei nacional, embora tenham ocorrido diversas mobilizações e projetos de lei voltados ao reconhecimento oficial da LSA, os quais não foram aprovados até o momento mencionado pela autora. Assim, a aprovação da Lei da LSA em 2023 marca um avanço histórico para a política linguística argentina, consolidando o reconhecimento da comunidade surda como grupo sociolinguístico e cultural distinto, com direito ao uso, difusão e preservação de sua língua de sinais em todos os âmbitos da vida pública e institucional.

No Paraguai, a LSPy foi aprovada/entrou em vigor em 2020; na Argentina, a lei mais recente foi sancionada em 2023 — comparativamente aos outros países da América do Sul. A Lei nº 6.530/20 reconhece oficialmente a LSPy como a primeira língua das pessoas surdas, garantindo sua participação plena e efetiva na sociedade. Segundo o portal La Nación (2020), o projeto foi promovido pela Subcomissão de Informação, Comunicação e Língua de Sinais da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência (CONADIS), liderada pela Secretaria de Políticas Linguísticas (SPL), em conjunto com outras instituições, entre elas o Relay Paraguai Centro, vinculado à Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social (STP).

No Uruguai, a *Lengua de Señas Uruguayaya (LSU)* foi reconhecida pela Lei nº 17.378, promulgada em 25 de junho de 2001, graças à atuação da ASUR e do CINDE. Não há leis municipais ou estaduais — trata-se de uma única lei nacional. Conforme Crespi (2020, p. 86),

Da Lei da LSU há o reconhecimento oficial de que existe uma comunidade minoritária de uruguaios que são falantes de uma língua própria e diferente daquela tacitamente atribuída à maioria e ao Estado. Deve-se notar que a LSU é a única língua que no Uruguai teve reconhecimento legal.

Apesar da legislação estabelecer um marco político explícito de compromisso estatal, ela fortalece a concepção da língua materna como parte de uma política bilíngue sólida.

Desde 2009, a legislação uruguaia garante o respeito à língua materna dos educandos surdos, assegurando uma educação bilíngue.

Na Venezuela, a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) é reconhecida oficialmente no ano de 1999, pela nova Constituição Nacional (CN). Neste país não há uma lei específica que regulamente a língua de sinais, porém na CN, o artigo 81º assegura às pessoas surdas o direito de usar sua língua de sinais e o artigo 101º garante acessibilidade linguística (tradução para LSV) nos programas informativos e/ou jornais transmitidos na televisão no setor pública e privada. A Venezuela é pioneira entre os países da América do Sul a reconhecer constitucionalmente a língua de sinais — dois anos antes da oficialização da Libras no Brasil.

Em termos de bilinguismo, as línguas de sinais (L1) e as línguas escritas (L2) nos países sul-americanos são as seguintes: Argentina: LSA e espanhol; Brasil: Libras e português; Uruguai: LSU e espanhol, Paraguai: LSPy, guarani e espanhol e Venezuela: LSV e espanhol.

O Brasil é o único país Latino-Americano que utiliza a Língua Portuguesa, na modalidade oral e escrita como língua oficial da federação, marcando sua trajetória de colonização portuguesa. Já os demais países utilizam a Língua Espanhola nas duas modalidades, e assim como no Brasil existe uma variação linguística entre regiões e países usuários do espanhol. Logo, o mais importante é que todos os países reconhecem as línguas de sinais como expressão de identidade e direitos linguísticos.

O reconhecimento jurídico das línguas de sinais contribui significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas que promovem a comunicação entre surdos e ouvintes, além de garantir direitos e deveres em áreas como educação, saúde, trabalho e moradia.

No quadro a seguir, apresenta-se o número de pessoas surdas com títulos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Buscou-se compreender as políticas de Ensino Superior direcionadas às pessoas surdas, sob a perspectiva das políticas públicas de educação, referentes ao período da pesquisa até o ano de 2022. Inclui-se, ainda, um dado adicional sobre os doutorados concluídos no Brasil até a presente data, com base em informações complementares coletadas em grupos de WhatsApp pelo grupo Doutores Surdos.

Quadro 2 – Políticas educacionais e inclusão acadêmica de pessoas surdas nos países sul-americanos

| País | Modelo Educacional Adotado | Crítérios de Avaliação | Número de diploma |
|-----------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Brasil | Modelo bilíngue (Libras e Português escrito) | Leis consolidadas, educação bilíngue, formação de intérpretes e movimentos sociais fortes. | Mais de 290 mestres surdos; 135 doutores surdos; 13 pós-doutorados surdos. |
| Argentina | Ensino oralista com inserção bilíngue recente | Inclusão educacional e articulação institucional estável. | Não há mestres e doutores surdos. |
| Paraguai | Transição do modelo oralista para bilíngue | Articulação inicial de políticas públicas e formação bilíngue emergente. | Não há mestres e doutores surdos. |
| Uruguai | Bilinguismo progressivo (LSU e Espanhol) | Avanço recente com a Lei da LSA. | Não há mestres e doutores surdos. |
| Venezuela | Educação bilíngue reconhecida constitucionalmente | Reconhecimento constitucional, porém políticas descontinuadas e crise institucional. | 7 mestres surdos; 2 doutores surdos. |

Fonte: Krause e Machado, 2025

Compreende-se que cada país adota metodologias próprias no desenvolvimento da educação de pessoas surdas, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Observa-se que as pessoas surdas têm direito ao acesso à educação e à garantia da democratização no ambiente acadêmico e escolar, equiparando assim surdos e ouvintes, as leis de reconhecimento das línguas de sinais contribuem significativamente para o fortalecimento das políticas linguísticas e para a inclusão social e educacional dessa comunidade.

Conforme Krause (2023, p. 4) relata que

A grande relevância do censo escolar para a educação do país, segundo Paulo Freire: “é necessário enxergar a educação como instrumento de formação de uma consciência crítica e política dos indivíduos”. Para analisar o sistema educacional para surdos, a busca por melhorias de qualidade da educação e a importância de coleta de dados estatísticos educacionais para saber quantos surdos matriculados existem no seu país usufruindo de seu direito à educação.

O Brasil avançou significativamente na educação de pessoas surdas resultado das leis vigentes, como: Lei de acessibilidade nº 10.980/2000, que proporciona aos usuários

de Libras informações e outros na LI, ou seja, acesso linguístico e a Lei de Libras nº 10.436/2002, que reconheceu o status linguístico da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua oficial da comunidade surda Brasileira, garantindo educação bilíngue. Segundo o Censo INEP 2019, havia cerca de 2.556 universitários surdos, e estudos de Monteiro (2022) apontam que, entre 1998 e 2022, foram formados 290 mestres, 61 doutores e 3 pós-doutores surdos. Até a presente data, há 135 doutores surdos e 13 pós-doutores surdos. A educação bilíngue desde a infância é fundamental para a aquisição da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda, fortalecendo a identidade e a cultura surda. Em comparação, outros países sul-americanos apresentam menor inclusão acadêmica, refletindo lacunas na educação básica e superior para pessoas surdas.

Segundo Krause (2023, p. 5-6), sobre os três países vizinhos — Argentina, Uruguai e Paraguai — evidencia que não há surdos com títulos de mestres ou doutores até o presente momento. Para compreender essa problemática, é necessário contextualizar a realidade da educação básica (Ensino Fundamental e Médio) nesses países sul-americanos. Essa situação está relacionada à fragilidade da educação básica, à falta de professores bilíngues e intérpretes de língua de sinais, à ausência de legislação que garanta acessibilidade no Ensino Superior e à limitada atuação dos movimentos sociais surdos. Na Argentina, por exemplo, a inexistência da lei nacional de LSA restringe a presença e a participação de surdos nos espaços educacionais e sociais.

Para compreender as lutas sociais surdas e as instituições políticas entrelaçadas na circulação dos movimentos civis, econômicos e culturais, tendo objetivo de alcançar a implementação da política educacional para surdos como a base educação até a educação superior com a qualidade de vida na formação de acadêmico e de profissional pelo país, se faz necessário que haja um engajamento e lutas constantes para conseguir outros projetos políticos, bem como o reconhecimento completo do sujeito surdo (Krause, 2023, p.7).

Quadro 3 – Desafios institucionais e desigualdades enfrentados pela comunidade surda sul-americana

| País | Desigualdades Educacionais e Linguísticas | Perspectivas e Ações em Andamento (até 2025) |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Brasil | Desigualdade regional no acesso à educação inclusiva. | Implantação de Central de Interpretação em Libras nas várias cidades. |
| Argentina | Escassez de professores surdos e intérpretes nas escolas públicas; desigualdade entre províncias. | Estudos realizados por surdos para a criação da regulamentação da LSA em breve. |
| Paraguai | Ensino bilíngue pouco difundido e ausência de obrigatoriedade de intérprete. | Estudos e programas de formação de professores qualificados. |
| Uruguai | Implementação lenta do ensino bilíngue e falta de professores qualificados. | Estudos e pesquisas sobre o ensino bilíngue, incluindo a elaboração de glossários e sinalários acadêmicos. |
| Venezuela | Falta de intérpretes e de professores surdos nas redes públicas. | A luta pelo crescimento do número de universitários surdos nas universidades públicas da Venezuela. |

Fonte: Krause e Machado, 2025

O quadro evidencia que, mesmo em contextos próximos geograficamente, há desigualdades significativas no acesso à educação e à participação social da comunidade surda na América do Sul. A análise pode ser articulada a partir das ideias de Fraser (justiça distributiva e reconhecimento) em Honneth (reconhecimento e respeito social): Brasil - Fraser: Há esforços de redistribuição (acesso a intérpretes e ensino bilíngue), reduzindo desigualdades econômicas e educacionais e Honneth: A presença de políticas bilíngues e movimentos surdos consolidados fortalece o reconhecimento cultural e o respeito à identidade surda; Argentina, Paraguai e Uruguai - Fraser: A falta de base educacional bilíngue e de políticas consistentes gera desigualdade distributiva, restringindo o acesso a níveis mais altos de educação (mestrado/doutorado). e Honneth: A ausência de leis nacionais de línguas de sinais e a limitada presença de intérpretes refletem falhas de reconhecimento, negando visibilidade e respeito à identidade surda. Observa-se, portanto, uma relação direta entre movimentos surdos emergentes e lacunas institucionais; sem movimentos fortes e legislação adequada, a desigualdade se mantém; e Venezuela - Fraser: A crise institucional e a falta de intérpretes e professores surdos agravam a distribuição desigual de recursos educacionais; e Honneth: A luta pelo crescimento de universitários surdos representa ações de reconhecimento, buscando maior inclusão e valorização da comunidade surda, apesar de limitações estruturais.

O cenário sul-americano evidencia que desigualdades sociais e educacionais estão interligadas a políticas culturais e ao fortalecimento (ou fragilidade) dos movimentos surdos. Países com legislação sólida e movimentos ativos (como o Brasil) mostram maior avanço, enquanto aqueles sem políticas de reconhecimento enfrentam obstáculos tanto de redistribuição quanto de reconhecimento, conforme Fraser e Honneth.

Conclusão

O panorama sul-americano revela que o reconhecimento legal das línguas de sinais constitui um passo fundamental, todavia apenas a oficialização da língua de sinais não garante plena inclusão da comunidade surda. Países com legislação consolidada e movimentos surdos organizados, como o Brasil, apresentam avanços concretos na educação bilíngue, na acessibilidade comunicacional e no fortalecimento de identidades culturais surdas. Por outro lado, países em processo de regulamentação, como Argentina e Paraguai, ainda enfrentam lacunas significativas, principalmente na educação de nível superior e na formação de profissionais surdos.

A análise comparativa demonstra que políticas linguísticas e culturais são instrumentos centrais de justiça social, articulando dimensões simbólicas e materiais da vida social. A integração entre reconhecimento legal, políticas públicas e mobilização social é determinante para a redução de desigualdades e a efetivação da cidadania surda na América do Sul.

O capítulo evidencia, assim, que o reconhecimento das línguas de sinais precisa ser compreendido não apenas como um ato formal, mas como uma prática contínua de luta social, redistribuição de recursos e construção de direitos, na qual a comunidade surda é protagonista na consolidação de sua identidade, cultura e participação política.

Referências

- CRESPI, M. **Políticas de inclusão linguística no Uruguai**. Montevideo: Editorial Universitária, 2020.
- DURKHEIM, É. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: Alcan, 1895.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Um debate político-filosófico**. Tradução de Pablo Manzano, Madrid: Morata, 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: 34, reimpressão 2017.

KRAUSE, K. **A política cultural da comunidade surda: uma análise comparativa entre os países sul-americanos**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

KRAUSE, Keli. Políticas dos Níveis do Ensino Superior: Graduados, Mestres E Doutores Surdos Sul-Americanos. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO- COPED, 2023, Montes Claros, MG. **Anais...** Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2023. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/xiv-congresso-nacional-de-pesquisa-em-educacao/trabalho/285861>. Acesso em: 19 out. 2025.

KRUEGER, R. A.; MORGAN, D. L. **Focus groups: a practical guide for applied research**. Newbury Park: Sage, 1990.

CELLARD, A. **Métodos de pesquisa documental**. Paris: PUF, 2008.

MONTEIRO, F. **Educação bilíngue para surdos no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.

Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de ações extensionistas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Alegrete/RS

Amanda Meincke Melo⁴⁰

Matheus Pinto da Fontoura⁴¹

Magna Rodrigues Souza⁴²

Maria Jaqueline Alves Ramos⁴³

Introdução

Desde 2012, servidores e discentes do *Campus Alegrete* da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) colaboram com a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social (SPDS) em programas como o Projovem Adolescente e o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV), entre outros. Em um primeiro momento, atendendo a uma solicitação da coordenadora do serviço na época, essa colaboração ocorreu com o propósito de promover a inclusão digital de crianças e adolescentes, o que foi conduzido pela sistematização de ações de extensão e de pesquisa do GEInfoEdu – Grupo de Estudos em Informática na Educação (Anschau; Melo, 2017; Ferrão; Melo, 2015; Lôbo; Melo, 2016; Melo; Wernz, 2018; Oliveira; Souza; Melo, 2015). Então, em 2020, com o desenvolvimento da ação Tramas entre Gerações, vinculada ao programa de extensão

40 Doutora em Ciência da Computação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amandamelo@Unipampa.edu.br. (0009-0000-2453-6617) – Orcid.

41 Graduando do Curso de Ciência da Computação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: matheusfontoura.aluno@Unipampa.edu.br.

42 Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, Universidade Pitágoras Unopar, Alegrete, RS, Brasil. Coordenadora do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: Magna.alegrete@gmail.com.

43 Pós-graduada em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Uniasselvi,, Alegrete, RS, Brasil. Diretora de Proteção Social na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social (SPDS), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jaquelin Ramos1540@gmail.com.

Tramas (Parizotto; Melo, 2022). Mais recentemente, também com o desenvolvimento de planos de atividades do projeto Unipampa Cidadã – Engenharia de Software, vinculado ao programa institucional Unipampa Cidadã (Unipampa, 2021).

Durante o período em que ocorreram essas colaborações, outras parcerias com a Unipampa foram estabelecidas e ações desenvolvidas no espaço denominado Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV). Além da realização de estágio não obrigatório por estudantes dos cursos de Computação – Ciência da Computação e Engenharia de Software – da Unipampa, destacam-se: oficinas do programa de extensão Programa C e do projeto Motus – Movimento Literário Digital, ações da Jornada de Extensão em Computação, oficinas do programa de extensão Jykre-Kar: conversas interculturais, e ações culturais desenvolvidas no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Culturais e Criativas (PROACC) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEC) da Unipampa.

Neste ano, 2025, três estudantes universitários de cursos de Computação da Unipampa contribuem à rotina de atividades do CCFV, sendo um estagiário do curso de Engenharia de Software e dois bolsistas do programa de extensão Tramas – um deles com plano de atividades vinculado ao projeto cultural “Tramas entre Gerações: diversão e arte no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Alegrete/RS” (PROACC/PROEC/Unipampa). O programa de extensão Tramas tem como objetivo promover o respeito à multiplicidade das diferenças e, para atingir esse objetivo, sua equipe executora – constituída por servidores, discentes e membros da comunidade externa – realiza uma série de ações extensionistas e culturais (Melo *et al.*, 2021; Melo *et al.*, 2023).

A interação dialógica estabelecida entre membros da comunidade acadêmica da Unipampa e servidores do CCFV, ao longo de mais de dez anos de colaboração, culminou no Diagnóstico Semiótico (Liu, 2000) apresentado neste Capítulo. Sua abordagem, resultados e desdobramentos são apresentados a seguir.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Alegrete/RS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ele complementa outros trabalhos sociais no âmbito do SUAS, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Podem participar das atividades desenvolvidas pelo SCFV crianças; jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência; vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos; além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único (Brasil, 2019).

O SCFV tem como objetivo “fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido da vida coletiva” (Brasil, 2019). De caráter preventivo, está comprometido com a defesa e a afirmação de direitos, além do desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Em Alegrete/RS, o SCFV é ofertado no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), localizado à Avenida Tiarajú, 1005 – bairro Ibirapuitã, sendo referendado aos CRAS Leste e Sul e às equipes volantes Norte e Extremo Leste. Nele são atendidos crianças, jovens e adultos, pessoas com deficiência, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos, entre outras pessoas inseridas no Cadastro Único. Além da coordenadora do serviço, sua equipe é constituída por um atendente, um agente administrativo e três estagiários. Entre as atividades desenvolvidas estão oficinas, rodas de conversas, palestras, passeios, viagens e baile de integração.

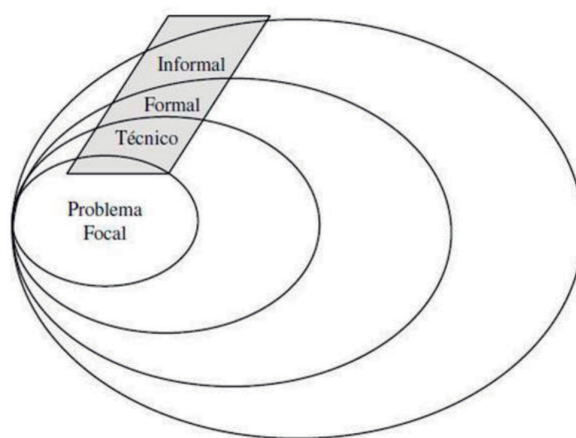
O CCFV é cofinanciado pelo governo federal (Brasil, 2013) e tem como responsável pelo serviço a Prefeitura Municipal de Alegrete (PMA), por meio da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social (SPDS). As atividades desenvolvidas no centro são orientadas por diretrizes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que atua no fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social, portanto na proteção social, inclusão e redução das desigualdades.

Metodologia

As ações desenvolvidas por discentes e servidores da Unipampa no âmbito do SCFV são orientadas pelas diretrizes da extensão universitária, a saber: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação de estudantes, impacto e transformação social (Forproex, 2012; Melo *et al.*, 2023). Desse modo, ao mesmo tempo em que estão comprometidas em apoiar o SCFV, contribuindo à consecução de seus objetivos, essas ações devem promover experiências significativas de aprendizagem aos estudantes universitários envolvidos, nas quais tenham a oportunidade de exercer a *práxis*. Nessa perspectiva, os conhecimentos construídos na Universidade devem constituir uma relação comprometida com a transformação da realidade, de modo intencional, reflexivo e dialógico.

O Diagnóstico Semiótico em tela foi conduzido com apoio de artefatos da Semiótica Organizacional (Liu, 2000; Melo, 2007; Melo, 2024) pelo bolsista do Programa de Fomento à Extensão da Unipampa (Profext) – edição 2025 – com plano de atividades vinculado ao programa de extensão Tramas. Ele já havia realizado um estudo exploratório, com apoio desses artefatos, durante a oferta do componente curricular Tecnologia em Contexto Social do primeiro semestre de 2025. A abordagem, geralmente adotada no contexto de análise dos Sistemas de Informação (SI), é descrita em Melo (2024). A atividade contou com a orientação da coordenadora do Tramas e os registros realizados foram validados pela atual coordenadora do SCFV e por sua coordenadora anterior – ambas coautoras deste Capítulo. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam os artefatos utilizados.

Figura 1 – Diagrama de Partes Interessadas



Fonte: Melo (2007)

O diagrama apresentado na Figura 1, baseado na cebola organizacional (Stamper, 1992 *apud* Liu, 2000, p. 109), também conhecida como Cebola Semiótica, auxilia na identificação e registro das partes interessadas com diferentes níveis de aproximação de um problema focal (Melo, 2007). No contexto de análise dos SI, o nível técnico diz respeito àqueles que produzem e/ou mantêm um sistema técnico; o nível formal a quem opera o sistema técnico, fornece ou necessita (de) informações; já o nível informal diz respeito àqueles que influenciam ou sofrem impacto, direta ou indiretamente, das demais camadas.

Figura 2 – Quadro de Avaliação

| Partes Interessadas | Questões/Problemas | Soluções/Ideias |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------------------------|
| <p>Técnico <i>Quem produz e/ou mantém o sistema técnico: Que setor é responsável por manter a infraestrutura humana e material do CCFV? Quais os recursos humanos do CCFV? Que instituições e projetos têm colaborado ao desenvolvimento das atividades do CCFV? Que serviços são contratados para manter o CCFV em funcionamento? Que setor pode encaminhar ou receber usuários do CCFV?</i></p> <p>[resposta às questões]</p> | | |
| <p>Formal <i>Quem opera o sistema técnico, fornece ou necessita de informações: Quais os usuários do CCFV? Qual o perfil dos servidores ou apoiadores que desenvolvem atividades com os usuários do CCFV? (ex: educador social, pedagogo, estagiário, estudantes universitários, voluntários da comunidade etc.)? Que instituições e projetos colaboram diretamente no desenvolvimento de ações com esses usuários? Que setor ou instituições têm interesse nos indicadores relacionados ao atendimento dos usuários do CCFV?</i></p> <p>[resposta às questões]</p> | | |
| <p>Informal <i>Quem influencia ou sofre impacto, direta ou indiretamente, das demais camadas: Que órgãos governamentais, indutores de políticas públicas, têm impacto na dinâmica do CCFV? Que instituições podem sofrer impacto das ações desenvolvidas no CCFV?</i></p> <p>[resposta às questões]</p> | | |

Fonte: adaptado de Melo (2007)

No Quadro de Avaliação (Figura 2), são registrados as questões e os problemas, assim como as soluções e as ideias que dizem respeito às diferentes partes interessadas em um problema focal. Uma adaptação do artefato utilizada por Melo (2007) foi a associação de

questões para auxiliar na identificação das partes interessadas para posterior registro no Diagrama de Partes Interessadas (Figura 1). Ao serem realizados registros nesse artefato, podem ser utilizados códigos para associar questões e problemas a partes interessadas específicas, assim como para vincular soluções e/ou ideias a questões e/ou problemas particulares. No diagnóstico que é objeto de reflexão neste Capítulo, optou-se por uma abordagem mais livre.

Figura 3 – *Framework* Semiótico

| | | | |
|-------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Funções Humanas da Informação | Mundo Social | | crenças, expectativas, funções, compromissos, contratos, leis, cultura, ... |
| | Pragmática | | intenções, comunicações, conversações, negociações, ... |
| | Semântica | | significados, proposições, validade, verdade, significação, denotações, ... |
| Plataforma de TI | Sintática | | estrutura formal, linguagem, lógica, dado, dedução de registros, software, arquivos, ... |
| | Empírica | | padrão, variedade, ruído, entropia, capacidade do canal, redundância, eficiência, códigos, ... |
| | Mundo Físico | sinais, traços, distinções físicas, hardware, densidade de componentes, velocidade, economia, ... | |

Fonte: adaptado e traduzido de Stamper (1973) *apud* Liu (2000, p. 27)

O *Framework* Semiótico, ou Escada Semiótica, alinhado a um paradigma subjetivista radical, que compreende a realidade criada subjetivamente e socialmente, é uma estrutura que organiza e representa os diferentes ramos de estudos da Semiótica: física, empírica, sintática, semântica, pragmática e mundo social (Liu, 2000). Suas três primeiras camadas – mundo social, pragmática e semântica – dizem respeito ao uso dos signos⁴⁴, ou seja, sua relação com a vida em sociedade e seu papel no estabelecimento de intenções e significados; as três últimas camadas – sintática, empírica e mundo físico – abordam aspectos relacionados às estruturas dos signos, sua transmissão e suportes. Com apoio dessa estrutura, é possível conduzir um Diagnóstico Semiótico para examinar uma “organização como um sistema social que é construído pelo uso de informações” (Liu, 2000, p. 40).

Com esses artefatos, pode-se investigar uma situação-problema. No caso da análise em perspectiva: “Desafios ao Desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”. Nesse processo, evidenciam-se as partes interessadas no

44 Signo: qualquer coisa que representa outra coisa para alguém (Charles Sanders Peirce, 1839-1914)

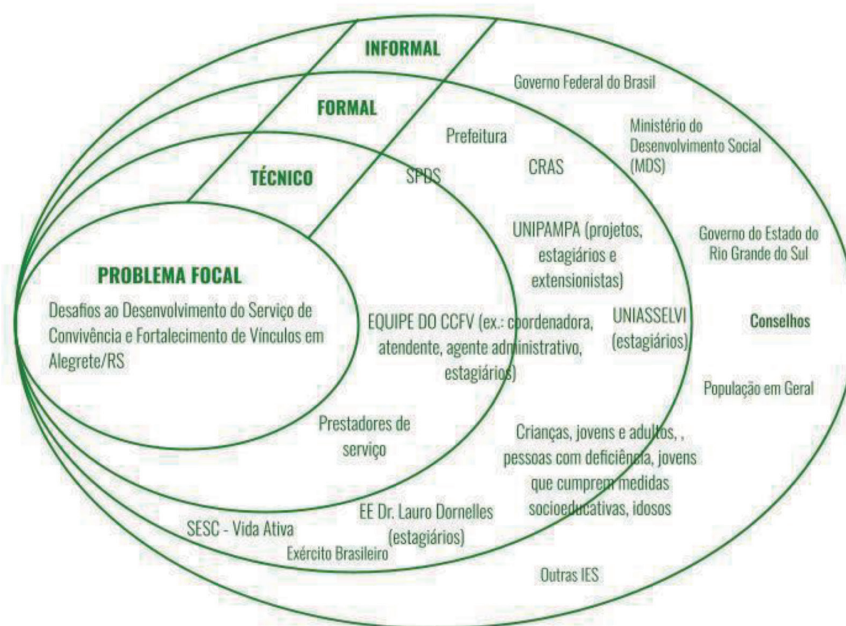
problema focal, questões e/ou problemas, assim como soluções e/ou ideias. Além disso, constrói-se um panorama geral sobre os diferentes aspectos relacionados à situação-problema em foco. A partir desse diagnóstico, pode-se atuar de modo sistemático sobre os problemas identificados ou mesmo clarificar as fragilidades para fazê-lo.

No diagnóstico conduzido no CCFV, desenvolveram-se as seguintes etapas: 1. preenchimento do Quadro de Avaliação (Figura 2) pelo bolsista Profext 2005 em diálogo com a atual coordenadora do CCFV; 2. verificação e atualização do conteúdo do Quadro de Avaliação pela coordenadora do programa de extensão Tramas; 3. validação do conteúdo do quadro pela atual coordenadora do CCFV e pela Diretora de Proteção Social; 4. elaboração do Diagrama de Partes Interessadas (Figura 1) para criar uma representação visual das partes interessadas identificadas; 5. preenchimento do *Framework* Semiótico (Figura 3) pelo bolsista Profext 2005 sob orientação da coordenadora do Tramas; 6. validação do conteúdo registrado nos artefatos pela coordenadora do CCFV e pela Diretora de Proteção Social.

Resultados e Discussão

Na Figura 4, estão registradas as partes interessadas, direta ou indiretamente implicadas no problema focal “Desafios ao Desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Alegrete/RS”.

Figura 4 – Registros no Diagrama de Partes Interessadas



Fonte: autoria própria

Destaca-se entre as partes interessadas a equipe do CCFV, constituída por sua coordenadora, um atendente, um agente administrativo e estagiários – atualmente três. Trata-se de uma equipe bastante enxuta e, por isso, o principal desafio para a condução das atividades no centro está na formação dessa equipe. Nela faltam assistente social, psicólogo, pedagogo e orientador social.

Para mitigar os problemas advindos desse cenário, até que ocorra novo concurso público, técnicos dos CRAS têm sido chamados para realizar atendimentos dos usuários do centro. Além disso, o CCFV contrata serviços do Sesc, que desenvolve o Programa Maturidade Ativa junto aos usuários idosos. Ademais, atualmente o principal parceiro no desenvolvimento das atividades que têm crianças e adolescentes como público-alvo é a Unipampa por meio de suas ações extensionistas.

A presença de um profissional responsável pela condução de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas junto a crianças e adolescentes é considerada indispensável. Esse profissional, além de realizar o planejamento e a execução de atividades alinhadas aos objetivos do serviço, serviria como referência/modelo para estagiários, extensionistas e voluntários, contribuindo à sua formação profissional e cidadã. A coordenação do serviço, embora procure desempenhar esse papel, acumula uma série de outras atribuições. Estagiários e discentes extensionistas, ainda que possam colaborar no desenvolvimento das atividades, possuem vínculo provisório com o serviço e, estando em formação profissional, também necessitam de supervisão.

Há de se salientar ainda que a ausência de tal profissional inviabiliza a oferta sistemática de atividades que sejam independentes da contribuição de pessoas externas ao centro. Isso, mesmo que não seja o único motivo, tem implicações diretas na assiduidade das crianças e dos adolescentes nas atividades desenvolvidas no CCFV. No *Framework* Semiótico (Figuras 5 e 6), tem-se uma síntese dos diferentes aspectos envolvidos na manutenção do SCFV em Alegrete/RS.

Figura 5 – Registros no *Framework* Semiótico – Funções Humanas da Informação

| | |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mundo Social | Declaração Universal dos Direitos Humanos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Constituição Federal de 1988 LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/1993) Lei nº. 12.435/2011 (altera a LOAS) Diretrizes do MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social PNAS – Política Nacional de Assistência Social Resolução CNAS nº. 1 de 21 de fevereiro de 2013 Estatuto da Criança e do Adolescente Estatuto da Juventude Estatuto da Pessoa Idosa Estatuto da Pessoa com Deficiência |
| Pragmática | Proteção social, inclusão e redução de desigualdades Fortalecer vínculos familiares e comunitários Promover inclusão social Prevenir situações de risco, defender direitos e desenvolver potencialidades para enfrentar vulnerabilidades sociais |
| Semântica | SUAS - Sistema Único de Assistência Social PNAS – Política Nacional de Assistência Social MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social SPDS - Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos CCFV - Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos CRAM - Centro de Referência de Atenção à Mulher CRAS - Centro de Referência em Assistência Social CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social COMDICA - Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e Adolescentes Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Universo vocabular ⁴⁵ dos usuários, profissionais e parceiros do SCFV. Produção de sentido dos usuários, profissionais e parceiros do SCFV. |

Fonte: autoria própria

Os registros realizados no *Framework* Semiótico que dizem respeito às “Funções Humanas da Informação” (Figura 5) evidenciam os compromissos e o arcabouço legal, as intenções, além dos termos relacionados à oferta do SCFV e à produção de sentido dos usuários, profissionais e parceiros do serviço. Para os extensionistas, informam sobre o contexto em que o SCFV é desenvolvido, com o qual eles podem colaborar de modo consciente e intencional. Quando esses extensionistas são da área da Computação, trazem informações relevantes sobre o domínio da Assistência Social, que devem ser consideradas

⁴⁵ Universo vocabular: palavras e expressões adotadas por uma pessoa ou grupo de pessoas em seu dia a dia (Paulo Freire, 1921-1997)

no desenvolvimento e na manutenção de sistemas computacionais interativos para uso humano.

Figura 6 – Registros no *Framework* Semiótico – Plataforma de Tecnologia de Informação

| | |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sintática | <p>Planos de metas. Protocolos de atendimento. Busca ativa. Registros de frequência. Relatórios.</p> <p>Projetos parceiros: Tramas entre Gerações, Jykre-Kar, Programa C, Unipampa Cidadã (planos de atividades – relatórios – avaliações – certificação), ...</p> <p>Sistemas Operacionais: Windows 7. Windows 11. Chrome OS Flex.</p> <p>Plataformas e/ou aplicativos: I Doc, LibreOffice, MS Word, Gmail, WhatsApp.</p> |
| Empírica | <p>Atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas. Atividades administrativas. Divulgação. Frequência dos usuários.</p> <p>Internet 5G e 2.4G.</p> |
| Mundo Físico | <p>Espaço físico: prédio térreo, alugado, contendo: 01 salão, 01 cozinha, 01 sala de coordenação, 01 sala de informática, 01 sala de música, 01 sala Banco de Vestuário, 01 sala curso de corte e Costura, 01 banheiro feminino, 01 banheiro masculino, 01 banheiro para equipe de funcionários e área externa.</p> <p>Recursos materiais: seis computadores recondicionados e acesso à Internet, computadores para atividades administrativas, impressora em rede, telefone, projetor, painel de projeção, caixa de som, jogos, máquinas de costura para oficinas, instrumentos musicais para aulas de música, tecidos, linhas, agulhas etc.</p> <p>Equipe do CCFV: coordenadora, 01 atendente, 01 agente administrativo, 03 estagiários.</p> <p>Público-alvo: crianças, jovens e adultos, pessoas com deficiência, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos, entre outras pessoas inseridas no Cadastro Único.</p> |

Fonte: autoria própria

Já os registros sobre os aspectos da “Plataforma de Tecnologia de Informação”, contemplam a infraestrutura e o desenvolvimento das atividades no CCFV – sejam estas estruturadas ou não. É mister salientar que o centro apresenta uma boa infraestrutura física e uma variedade de recursos materiais para atender a seus usuários, contando com computadores recondicionados e acesso à Internet, máquinas de costura para desenvolvimento de oficinas, instrumentos musicais e materiais de expediente. As

informações registradas como parte do Diagnóstico Semiótico, incluindo os registros realizados no Quadro de Avaliação, estão disponíveis *online*⁴⁶.

A partir da organização dessas informações, diálogos e reflexões, alguns encaminhamentos já foram realizados, como o compartilhamento do diagnóstico com um representante do Legislativo Municipal e com a Secretária de Promoção e Desenvolvimento Social, a elaboração de materiais de divulgação do CCFV, a divulgação das atividades desenvolvidas no centro durante a 44ª Feira do Livro de Alegrete/RS, a divulgação das atividades para crianças e adolescentes em escolas públicas próximas e a própria escrita coletiva deste texto. Esses movimentos contribuíram para rememorar as contribuições profícuas de membros da comunidade acadêmica da Unipampa, sobretudo estudantes, ao desenvolvimento das atividades no CCFV, assim como das experiências significativas vivenciadas no CCFV para a formação de estudantes universitários.

A participação de estudantes da área da Computação na rotina do CCFV representa uma série de possibilidades, principalmente para crianças e adolescentes: de tomada de consciência de que a interação com tecnologias digitais vai muito além do uso das redes sociais em *smartphones*; de (co)autoria de tecnologias digitais; de desenvolverem novos talentos; do prosseguimento dos estudos, ao concluírem o Ensino Médio, em uma universidade pública e gratuita. Além disso, esse contato contribui para elevar a autoestima e a autoconfiança das crianças e dos adolescentes atendidos, assim como interfere de forma positiva em seu comportamento e até mesmo na sua relação com os estudos.

Considerações Finais

Neste Capítulo, foram compartilhados resultados de um Diagnóstico Semiótico, além da abordagem adotada em sua condução. Tal diagnóstico é resultado da interação dialógica entre extensionistas da Universidade Federal do Pampa e servidoras diretamente implicadas na condução do Serviço de Fortalecimento de Vínculos no Município de Alegrete/RS.

No processo conduzido, rememorou-se a colaboração interinstitucional, interprofissional e interdisciplinar na consecução de uma política pública voltada a um público vulnerável. Evidenciaram-se fragilidades especialmente relacionadas à constituição da equipe de trabalho do serviço, que necessitam de encaminhamento pelo poder público local.

⁴⁶ Diagnóstico Semiótico: Desafios ao Desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Alegrete/RS, <https://bit.ly/4hfFsQl>

Esse processo contribuiu não somente para provocar reflexões a respeito do desenvolvimento do SCFV, mas para a mobilização de sua coordenadora em busca de soluções. Para os extensionistas, além de contribuir na avaliação do papel da Universidade, as informações sistematizadas devem subsidiar o planejamento de novas ações alinhadas aos objetivos do serviço.

Referências

ANSCHAU, Leonardo; MELO, Amanda. Desenvolvimento de Jogos Digitais do Gênero RPG com Adolescentes. In: ESCOLA REGIONAL DE ENGENHARIA DE SOFTWARE (ERES), 1., 2017, Alegrete. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 25-32.

Brasil. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>>. Acesso em: 15 out. 2025.

Brasil. **Resolução CNAS** n. 1 de 21 de fevereiro de 2013. 2013.

FERRÃO, I.; MELO, A. M. Primeiro Fórum Gurias na Computação Experiência que Inspiram. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 7., 2015, Alegrete. **Anais [...]**. Bagé: Unipampa, 2015.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

LOBO, K.; MELO, A. M. Um Estudo Exploratório de Design Participativo no Projovem Adolescente de Alegrete/RS In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 8., 2016, Alegrete. **Anais [...]**. Bagé: Unipampa, 2016.

LIU, K. **Semiotics in Information System Engineering**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. xii, 218 p.

MELO, Amanda M. **Design inclusivo de sistemas de informação na web**. 2007. xxiv, 339 p. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Instituto de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MELO, A. M.; KUHN, D. B.; ALVES, M. L.; CARVALHO, J. V. Tramas: Tecnologia, Responsabilidade, Autoria, Movimento, Amorosidade e Sociedade. SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 39., 2021. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM, 2021.

MELO, A.M.; MELLO, A. V.; KREUTZ, D.; BERNARDINO, M. Curricularização da Extensão Universitária em Cursos de Computação: experiências e possibilidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3., 2023, Evento Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBC, 2023. p. 289-299.

MELO, A. M.; WERNZ, M. C. G. Informática na Educação e práticas extensionistas: interação universidade-escola em perspectiva. In: VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M. P.; ARANTES, F. L. (Orgs.). **Tecnologia e Educação: passado, presente e o que está por vir**, 1. ed. Campinas: NIED/UNICAMP, 2018. 65-98 p.

MELO, Amanda M. Estudo Exploratório: articulação de problema em perspectiva. In MELO, A. M.; COLETI, T. A. (Eds.) **Práticas de IHC em Sala de Aula: ações extensionistas em pauta**. Porto Alegre: SBC, 2024. p. 41-46.

OLIVEIRA, E. S.; SOUZA, A. T.; MELO, A. M. Oficinas de Informática: uma experiência de participação democrática de jovens. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 7., 2015, Alegrete. **Anais [...]**. Bagé: Unipampa, 2015.

PARIZOTTO, A.; MELO, A. M. Tramas entre Gerações: uma experiência de extensão do programa UNAPI da Unipampa no CCFV de Alegrete/RS. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 14., 2022. **Anais [...]**. Bagé: Unipampa, 2022.

Unipampa. **Instrução Normativa Unipampa** nº. 18, 05 de agosto de 2021. Normatiza o Programa Institucional Unipampa Cidadã. 2021.

Cinema como Fonte Oral: o Palace Hotel de Ubá, Minas Gerais, e seu Cabdal Memorial⁴⁷

Matheus Furtado⁴⁸

Introdução

Imagine um senhor bem idoso, centenário, esculpido pelo tempo. Porém, as pessoas que por ele passam, começam a dar menos atenção para sua trajetória e memória. Pois, querem deixá-las para trás, apagá-las, coisa que o tempo já vem fazendo. Mas, ele como todo bom senhor do interior, segue contando seus “causos” de tempos árdus, de batalhas e vitórias.

Esse é o Palace, O Contador de Histórias

Página oficial “Palace, O Contador de Histórias”, no Facebook

É assim que o Palace Hotel, de Ubá, Minas Gerais, é representado em texto pelos criadores do documentário que versa sobre sua trajetória. Uma metamorfose transformadora do cimento em pele e do prédio em um narrador. *Palace, O Contador de Histórias* é um documentário que trata do hotel neste exato tom: humanizando um amontoado de tijolos. E faz isso de maneira também humanizada em termos de gênero fílmico: traz à frente aqueles praticantes do Palace Hotel ao longo dos anos, dotados de um repertório memorial não só atrelado a ele, mas à própria cidade de Ubá. Talvez, seja, principalmente, por isso que esta proposta foi construída: no intuito de trazer ao leitor deste texto uma tentativa de análise não apenas sobre Cinema como fonte da História,

47 Material advindo de uma publicação original na Revista Livre de Cinema, v. 10, n.4, p.80-104, out-dez, 2023 (ISSN: 2357-8807).

48 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UPF - Universidade de Passo Fundo, sob orientação do Dr. Gerson Trombetta. Bolsista beneficiário de auxílio financeiro da Capes – Brasil (Portaria N° 155, DE 10 de Agosto de 2022). Membro do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na trílice aliança Brasil, Argentina e Uruguai e do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (Nemec). E-mail: matheusftd@gmail.com.

mas do *Palace*, *O Contador de Histórias* como uma fonte – oral? –, ou compilado de fontes, que nos ajuda a compreender de forma introdutória a própria Ubá e, obviamente, este *senhor do interior contador de “causos”*.

Em termos contextuais de produção do documentário, este foi realizado com recursos do 5º Festival Ver e Fazer (Edição Usina Criativa de Cinema), no inverno de 2017, promovido em cidades que compõem o Polo Audiovisual da Zona da Mata de Minas Gerais, contando com realização do Instituto Cidade de Cataguases. Além disso, teve parceria e patrocínio, por exemplo, da Fábrica do Futuro: Residência Criativa do Audiovisual e da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, além da Energisa, da Lei Estadual de Incentivo à Cultura em MG e da própria Secretaria de Cultura do Estado. Já na vanguarda poética do projeto, o audiovisual contou com a direção de Diego Neves e produção de Aline Gabriel, com participação de um time técnico e artístico de mais de vinte pessoas. Dentre os prêmios ganhos pela obra, estão melhor montagem (Diego Neves), melhor fotografia (Elvis Rodrigues) e melhor trilha sonora (Matheus Ferro). Ademais, o documentário ainda foi indicado para concorrer em um festival internacional no Iraque, levando o *Palace* além-mar (Polo Audiovisual da Zona Da Mata MG, 2017; Facebook Oficial – Palace, *O Contador De Histórias*, 2018).

No tocante aos atores, o elenco do documentário foi composto por aqueles a quem chamaremos aqui de praticantes do Palace Hotel. São sujeitos narradores que tiveram algum tipo de contato direto, principalmente em termos de trabalho, no hotel e que, ainda hoje, rememoram acontecimentos e personagens de sua trajetória. Tentaremos apresentá-los, introdutoriamente, e da maneira mais didática possível, em função das relações de parentesco e menções presentes nos diálogos entre uns e outros componentes.

Luiz Gomes de Souza é um dos herdeiros do Palace Hotel, atual proprietário. Ao longo de suas falas evidencia a necessidade de valorização do patrimônio histórico em Ubá e a sua vontade de tentar fazer com que o hotel tenha vida, novamente. Este é o mesmo tom de seu irmão e também herdeiro, Luiz Antônio de Souza, ao rememorar a infância e a mãe trabalhando no Palace Hotel. Com sua característica voz rouca e marcada pelo passo do tempo, Seu João da Silva Gato (ou só João Gato) foi o último proprietário do hotel, trabalhando em conjunto com seu filho, João da Cruz Gato na administração do Palace por cerca de vinte anos, desde o início da década de 1980. Gatinho – como é chamado o filho de João Gato – rememora, ao cruzar os corredores, os frequentadores mais assíduos do hotel, inclusive aqueles que nele moravam – incluindo na narrativa os armários de bebidas

e passarinhos desses sujeitos. Dentre aqueles que faziam a engrenagem do Palace Hotel girar com a sua força de trabalho nos bastidores, Satyro Procópio, ou apenas Procópio, foi ex-gerente no hotel. Lembra com saudade e um senso estético de boniteza os carnavais na Praça Guido, em frente ao Palace, e os caldos verdes feitos na madrugada. E falando em noite e alimento, Dona Maria Alice, ex-cozinheira, e José Agostinho Dias, ex-vigia noturno, completam o corpus de narrativas, relembrando histórias de falsas assombrações e milagres de audição-visual de um homem surdo. Todo este cabedal acaba nos colocando em contato mais ou menos direto com o Palace Hotel, sua trajetória e a própria Ubá – mesmo indiretamente. E nos indagamos, aqui, exatamente, sobre seu potencial de fonte para a escrita da História.

Sendo assim, feita uma apresentação da obra e rumando em direção à estrutura do capítulo propriamente dita, este visa discutir, mesmo de forma introdutória, o Cinema como fonte da História (fonte oral, mais especificamente), tendo como enfoque o documentário *Palace, O Contador de Histórias* (2017). A pesquisa se torna significativa em função de tratar não só da aproximação potencial entre Cinema e História, mas de sujeitos que, consigo, carregam memórias atreladas ao Palace Hotel – e que possibilitam compreensão inicial sobre a própria Ubá, principalmente em termos culturais. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e faz uso de revisão bibliográfica. Dentre os autores-base, inclusive em termos teórico-metodológicos, destacam-se Marc Ferro e José D’Assunção Barros (Cinema como fonte da História) e, também, Joël Candau (memória e identidade), Verena Alberti e Leandro Seawright (oralidade, tradição oral e corpus documental em História Oral), por exemplo. Enquanto estrutura das seções, o trabalho se divide em dois blocos principais: 1) o cinema como fonte da História, abarcando o que discutem Ferro e Barros; e 2) uma aproximação entre o documentário e questões relacionadas à memória e à oralidade (vide Candau, Alberti e Seawright), principalmente.

Advertimos, por fim, caso haja alguma expectativa e o leitor espere algo concebido de antemão, que esta não é uma análise técnica do filme em maior profundidade (aspectos estéticos específicos, montagem, recepção etc.), embora isto seja relevante e esteja presente, mesmo minimamente, ao longo do texto. Trata-se, aqui, muito mais de uma empreitada singela, introdutória e delimitada que explora, com especial interesse, a potencialidade do filme enquanto fonte da História – com um gargalo que aproxima-nos da memória e deságua na proximidade (proficuidade?) entre a fonte fílmica do gênero documentário e a História Oral.

Cinema como fonte da História

À época da escrita do clássico de Marc Ferro sobre História e Cinema (*Cinema Et Historie*, 1977), o próprio filme, em contrapartida a um senso mais contemporâneo, podia ser visto como algo desprezível para a escrita da História. Ele não fazia, segundo Ferro, parte do universo mental do historiador e sua linguagem revelava-se ininteligível (como a dos sonhos), sendo de interpretação demasiado incerta. No entanto, argumenta o autor, tal questão estaria muito mais relacionada a uma hierarquização de fontes utilizadas pelos historiadores em início do séc. XX (Ferro, 1992):

as fontes utilizadas pelo historiador consagrado formam um corpo que é tão cuidadosamente hierarquizado quanto a sociedade à qual ele destina sua obra. Como essa sociedade, os documentos estão divididos em categorias, entre as quais distinguimos sem dificuldades os privilegiados, os desclassificados, os plebeus, um lumpen. Como escreveu Benedetto Croce, “a história é sempre contemporânea”. Ora, no início do século XX, essa hierarquia reflete as relações de poder: à frente do cortejo vão, prestigiosos, os Arquivos do Estado, com manuscritos ou impressos, documentos únicos, expressão de seu poder, do poder das Casas, parlamentos e tribunais de contas. Em seguida, vem a legião dos impressos que não são secretos: inicialmente textos jurídicos e legislativos, expressão do poder, e a seguir jornais e publicações que não emanam somente dele, mas da sociedade cultivada inteira. As biografias, as fontes da história local, os relatos de viajantes formam a parte de trás do cortejo: quando levados em consideração, esses testemunhos ocupam uma posição mais modesta na elaboração da tese (Ferro, 1992, p. 82).

Esta era uma das prerrogativas solidificadoras da ideia do Cinema como desprezível no campo da História, junto a uma percepção dos “espíritos superiores” e “pessoas cultivadas” que viam nas imagens em movimento uma “máquina de idiotização”, uma “atração de quermesse” (Ferro, p. 82-83). Os historiadores se perguntavam, ainda: “que utilidade poderia ter para a História essa pontinha inicial do filme que mostra um trem entrando na estação de La Ciotat?” (Ferro, 1992, p. 82).

Uma das críticas de Ferro reside, exatamente, na “redoma de vidro” na qual trabalhavam os historiadores, críticos em relação ao Cinema, entendido como uma espécie de pseudo-representação da realidade, com imagens transformáveis, não-controladas, montadas por truques – sem que ninguém dissesse que a escolha de documentos, a

forma de reuni-los e o enfoque argumentativo também eram uma montagem, um truque consensual dentro de uma redoma dos pares (Ferro, 1992).

A questão da linguagem também é ressaltada em Ferro pelo fato da linguagem do Cinema e da “língua dos historiadores” – escrita – não serem compatíveis (ao menos não eram compreendidos como tal), levando a uma impossibilidade de leitura destes últimos e de uma espécie de descrédito ou “isto-aí-é-outra-cousa-e-não-história” em relação ao Cinema – ou mais especificamente à linguagem fílmica. Nas palavras de Marc Ferro:

A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, ou um olhar um longo discurso é completamente insuportável: isso não significaria que a imagem, as imagens sonoras, o grito dessa mocinha ou essa multidão amedrontada constituem a matéria de uma outra história que não é a História, uma contra-análise da sociedade? (Ferro, 1992, p. 86).

O autor responde a isto com uma hipótese e um postulado – que, por sua vez, já se relacionavam, à época da publicação da obra, com as noções contemporâneas no que tange à relação História/Cinema. Ferro destacava que os historiadores já haviam recolocado em seu lugar de legitimidade aquelas fontes de origem popular: primeiro as escritas e, depois, as não-escritas (vide o folclore, as artes e as tradições populares). Restava estudar o filme e associá-lo com o mundo que o produz. A hipótese indicada pelo autor foi a de que o filme, “imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História” (Ferro, 1992, p. 86). E o postulado é que “aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão História quanto a História” (Ferro, 1992, p. 86).

Tal panorama abre a discussão para pontos sobre os quais não nos debruçaremos nesta pesquisa, embora os reconheçamos, seja a questão do imaginário em fins do séc. XX, a noção de representação ou mesmo a consideração de margens para especulação que a própria História Cultural vinha suscitando no mesmo período⁴⁹. Dito isso, é preciso destacar, agora, o reconhecimento do potencial teor de fonte do Cinema para a História, próximo a uma visão mais contemporânea e que, de certa forma, dá seguimento às indicações trabalhadas até aqui a partir de Ferro.

Retomando a questão de fontes reconhecidas pelos historiadores, e na superação de hierarquizações do século XX, José D’Assunção Barros indica que, no seu aspecto mais irredutível, o Cinema “pode ser considerado nos dias de hoje uma fonte primordial

⁴⁹ Sobre isto, ver: Sandra Pesavento (1995) e Peter Burke (2021).

e inesgotável para o trabalho historiográfico” (Barros, 2007, p. 2). É possível se perguntar: de que maneiras? Barros responde:

A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade. De igual maneira, como se verá mais adiante, os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas. [...] o Cinema – enquanto forma de expressão cultural especificamente contemporânea – fornece fontes extraordinariamente significativas para os estudos históricos sobre a própria época em que foi e está sendo produzido [...] (Barros, 2007, p. 2).

Segundo Barros, cada vez mais a historiografia dos últimos tempos se tem dado conta das múltiplas potencialidades do Cinema simultaneamente como fonte para ao estudo da história, como veículo privilegiado para a difusão das próprias representações historiográficas, e como tecnologia auxiliar para a história. Naturalmente que, já que o próprio Cinema é relativamente recente na História, o seu uso pela Historiografia também é recente, segundo o autor. Além disso, acresce que também não deixa de ser recente mesmo a utilização pela historiografia de fontes não propriamente documentais ou textuais. A primeira metade do século XX, ele destaca, marca precisamente a expansão das concepções de fonte histórica, já que trouxe à tona um interesse mais vivo por fontes iconográficas, por fontes da cultura material, pela história oral, e por novas possibilidades de materiais para serem trabalhados pelos historiadores. A fonte fílmica, que integra ao discurso verbal as dimensões da visualidade e da oralidade, enquadra-se compreensivelmente neste mesmo movimento de expansão de temáticas e de possibilidades de novas fontes historiográficas (Barros, 2007, p. 4).

Especificamente no que tange à História Cultural, a fonte fílmica torna-se uma documentação. Isto por que ela possibilita o estudo de imaginários, visões de mundo, padrões de comportamento, sistemas de hábitos, hierarquias sociais cristalizadas em formações discursivas, dentre outros aspectos vinculados a determinados grupos culturalmente circunscritos, historicamente localizados (Barros, 2007). Ainda segundo Barros, em relação à fonte fílmica enquanto relevante para a História, o próprio ponto de partida metodológico necessita estar ancorado em uma compreensão específica: o filme, pretenda ele ser “fiel” ou não à realidade, seja de gêneros documentários ou de um

dos gêneros de ficção, é, em qualquer caso, História. Ele sempre estará sendo produzido dentro da História, segundo o autor; e estará sujeito às dimensões sociais e culturais, independentemente da vontade dos “fazedores” do filme.

Palace, o contador de histórias: o Cinema como fonte (oral?)

Remontando à *Mnemósine*, noções como a de memória são fundamentais para as Ciências Humanas e Sociais, segundo Candau. Além de sua compreensão como uma espécie de repertório relacionado a determinados eventos, personagens e lugares (vide Michael Pollak em início dos anos 90), esta também é concebida enquanto construção constantemente atualizada do passado – e não livre de disputas (Candau, 2016). Segundo Candau (2016), a memória – e aqui indagamos se em função do ato de lembrar e dos interesses do presente – pode ser mais enquadramento do que um conteúdo estanque. Ou seja, estaria mais próxima a um conjunto de estratégias, valeria mais pelo que fazemos dela, segundo o autor.

Isto abre margem para uma série de questões, uma delas sendo de nosso interesse, particularmente: se trata da potencial visão em relação à memória enquanto demasiado fugidia (quando não circunscrita em linguagem escrita, aparentemente), “falha”, passiva de transformação. Leandro Seawright indica que, para quantos não têm familiaridade com os estudos contemporâneos e de história oral, por exemplo, a confiabilidade das entrevistas é fato suspeito, pois a memória falha, erra, desvia, camufla, distorce, inventa. Mas é isso, segundo o autor, que também interessa, pois as variações exegéticas e singulares dos narradores conferem um caráter “polifônico” na análise destas mesmas entrevistas. Na documentação viva, destaca-se o seu caráter mnemônico e subjetivo mais ligado às narrativas do que à concretude de uma documentação suposta e estritamente regular. Não se pretende, portanto, a composição de um absoluto-verdade, mas variações, subjetividades. Ao invés de desqualificar a documentação oral por meio da memória e suas “falhas”, se torna relevante saber por que as pessoas se enganam, erram, mentem, distorcem, esquecem detalhes do interior de uma narrativa. Mais do que julgamento, requer-se do oralista a compreensão atenta do que pode ser entendido como funções sociais da oralidade (Seawright, 2016, p. 61-62).

Isto pode não agradar um senso mais “tradicional” de fontes para a História, como já mencionado anteriormente, e manter em caráter subalterno, por exemplo, a própria fonte oral. Sobre isto, relembramos o próprio Ferro, no bojo da expansão da noção de fonte no séc. XX, junto ao alargamento das temáticas e possibilidades em termos de pesquisa histórica:

Como confiar nos jornais cinematográficos, quando todo mundo sabe que essas imagens, essa pseudo-representação da realidade, são escolhidas, transformáveis, já que são reunidas por uma montagem não-controlável, por um truque, uma trucagem. O historiador não poderia se apoiar em documentos dessa natureza. Todos sabem que ele trabalha numa redoma de vidro: “Aqui estão minhas referências, aqui estão minhas provas”. Mas ninguém diria que a escolha desses documentos, a forma de reuni-los e o enfoque de seus argumentos são também uma montagem, um truque, uma trucagem. Basta se perguntar: com a possibilidade de consultar as mesmas fontes, será que os historiadores escreveram, todos, eles, a mesma história da Revolução? (Ferro, 1992, p. 83-84).

Feitas estas breves considerações, e retomando a questão memorial, é preciso que direcionemos nossa discussão em direção à memória e subjetividade, dada a relevância destas não somente na relação entre História e Cinema, mas na aproximação com a própria História Oral. De acordo com Joël Candau, é o distanciamento do passado que permite reconstrução para fazer uma mistura complexa de história e ficção; de verdade factual e verdade estética. Tal reconstrução tende a uma elucidação, segundo o autor, e à apresentação de si. O ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida, por exemplo, ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, mas *aquilo que fica do vivido*, segundo o autor. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa. É aí que entram as restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, interpretações e reinterpretações. Candau diz que estas vão constituindo a trama do ato de memória, compreendido como uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda a narrativa – pois, para toda a manifestação de memória, há uma verdade do sujeito. Em suma, diz Candau, a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação. Em

função de objetivos e relações no presente, esse ato de memória organiza os traços mnésicos deixados pelo passado (Candau, 2016, p. 71-77). Neste sentido, a comunicação de memória pode nos aproximar da oralidade. E há duas premissas da tradição oral em Alberti que podem, talvez, auxiliar na compreensão da dinâmica memorial no seu momento enunciativo e de sua subjetividade:

1. Os objetos transmitidos pela tradição oral não são imutáveis. Canções, ditos populares, rezas, mitos etc. não são, digamos, produtos intactos disponíveis em uma prateleira, os quais podemos escolher. Como sua forma de transmissão é oral, para que se atualizem e se manifestem, precisam do momento, da contingência, que irá influir na sua manifestação, pois é o momento que determina, em grande parte, para que e como algo é narrado. 2. A tradição ora, com as tradições de modo geral, está calcada na repetição. Em princípio, ambas as premissas são contraditórias – se digo que o fundamental é a repetição, como posso dar espaço para a invenção no momento da atualização? Esse talvez seja o grande fascínio exercido pela tradição oral: o fato de se tratar de um patrimônio coletivo comum, que, no entanto, não existe sem a ação daqueles que o repetem e, portanto, o transformam (Alberti, 2005, p. 17-18).

A dinâmica da memória se aproxima do que trata Alberti no sentido de uma constante atualização no momento da socialização memorial. O momento enunciativo ganha força e irá influir não só maneira como o narrador irá compartilhar memória, mas no que será dito – dada a própria inseparabilidade entre oralidade e contingência. É o que Alberti evidencia ao tratar da problematização oral-escrito, a partir do exemplo em *Narradores de Javé* (drama de 2004, dirigido por Eliane Caffé): o personagem Antônio Biá não consegue passar para o papel as histórias que lhe são contadas, pois, diz ele, “no papel, não há mão que lhe dê razão; é melhor ficar na boca do povo”. Se for gravado ou transposto para o escrito, segundo Alberti, o oral deixa de ser o que é: contingente por excelência. Ou seja, é melhor ficar na boca do povo, porque dessa forma fica guardado na sua pluralidade. Isto move-nos a um paradoxo: se não for registrada, a peça de tradição oral, por exemplo, corre o risco de se perder, caso nenhum falante se encarregue de atualizá-la. Por outro lado, se for registrada, cristaliza-se e torna-se única, abolindo as demais possibilidades (Alberti, 2005, p. 23-24).

Como é possível perceber, a dinâmica memorial e da própria oralidade se mostram complexas, desde seu funcionamento até o entrave de linguagem (escrita-oral). A própria

transcrição das entrevistas transforma a oralidade em outra coisa que não ela mesma. Trabalhando no terreno da linguagem cinematográfica, o próprio filme – em específico o gênero documentário, com suas características específicas – pode também não ser a oralidade, mas traz consigo elementos representacionais (olhares, silêncios, expressões, gestos etc.) que nos aproximam, mais do que o texto escrito, supomos, de uma linguagem oral presenciada.

Aqui, não somos taxativos e consideramos o que diz Barros sobre o discurso imagético, ou seja, a compreensão do filme como filme (linguagem específica), e não como uma espécie de “retrato” (por isso, trabalhamos com uma ideia de aproximação e de elementos representacionais impossíveis de serem captados pelo texto escrito – gestos, olhares etc.): uma dimensão fundamental dentro do feixe discursivo que integra a linguagem cinematográfica refere-se, naturalmente, ao discurso imagético. Faz-se necessário partir da imagem em si mesma, ou seja, considerá-la na sua especificidade. Dito de outra forma, não se deve buscar nas imagens somente o reflexo ou a ilustração – seja em forma de confirmação ou de desmentido – de outro saber que é o da tradição escrita. As imagens, enfim, devem ser consideradas como tais, a partir de sua natureza específica, o que implica para o historiador, por exemplo, lançar mão de outros saberes para melhor compreendê-las (Barros, 2007, p. 11).

Ao tratarmos de uma aproximação entre a obra *Palace, o contador de histórias* (2017) e a oralidade, é preciso que compreendamos a questão da “documentação viva”. Segundo Seawright, pode-se dizer que no âmago da “documentação viva” com a qual lida a História Oral estão a experiência e os elementos mutáveis, como subjetividade, memória, narrativas e histórias; da mesma forma com que trabalhamos com a interação social e da pessoa, trabalhamos com a interação da narrativa, imaginação e da subjetividade (Seawright, 2016, p. 62). No caso do documentário, o próprio elenco do filme pode ser compreendido como documentação viva, como colaboradores de um processo de criação fílmica e como sujeitos com um repertório memorial sobre o próprio Palace Hotel e a própria cidade de Ubá, em nosso caso. Partamos desta premissa inicial.

Já no início do documentário, Luiz Gomes, um dos herdeiros do Palace, conta a história sobre a relação entre sua família e o hotel. De ancestralidade italiana, a família de Luiz era composta por fazendeiros que migraram de uma cidade próxima em direção a Ubá no início do séc. XX. Chegando ao município, e com o Palace já existindo, sua avó comprou uma pensão próxima ao hotel, localizado na Praça Guido – citada diversas

vezes e sendo local relevante do município e que caiu em decadência, segundo os relatos; voltaremos a isso mais adiante. Pelo que é possível compreender do relato, seu pai acabou assumindo o Palace Hotel após o afastamento da avó e, em seguida, casou-se com a esposa, mãe de Luiz.

Apenas evidenciando o caráter de potencial fonte deste único relato, ele nos apresenta diversos pontos a seguir, em termos de pesquisa histórica: ancestralidade, genealogia, e imigração italiana na região de Ubá em início do século XX. Pode ser um fragmento, mas dá indicativos de fenômenos maiores; portanto, é possível que consideremos tal relato como uma fonte, por exemplo, à História Oral, num diálogo, inclusive, com outros potenciais tipos de fontes. Sobre o tema da imigração italiana, de acordo com Paola Cappellin, esta é lembrada oficialmente por sua contribuição em duas fases específicas do desenvolvimento local:

A primeira fase correspondeu ao ingresso de imigrantes provenientes do sul da Itália que traziam como vantagem suas variadas profissões: artesãos, alfaiates, comerciantes, operários, ferreiros, caldeireiros e marceneiros. Contudo, não eram agricultores, mas colaboravam, e muito, para a melhoria da cidade de Ubá, que, na época, não contava ainda com luz, calçamento, saneamento básico, como já faziam todas as demais cidades da Zona da Mata” (Cappellin, 2008, p. 54 apud Ubá, 2008).

As contribuições de mais de vinte famílias são registradas, e devemos sublinhar suas mais diversas vocações artesanais. A primeira foi a de Giovanni Perilo, proprietário do mais famoso restaurante. Nesse mesmo período, padeiros e confeitores inauguram o primeiro forno moderno da cidade. Além disso, alfaiates, relojoeiros, óticos, técnicos de rádio, ferreiros, caldeireiros e marceneiros, comerciantes de fumo, além de trabalhadores da construção civil, contribuía ao desenvolvimento urbano de Ubá (Cappellin, 2008, p. 54-55).

Retornando ao documentário, Seu João Gato, com sua marcante voz em tom de rouquidão, relata que comprou o Palace Hotel em 1981, sendo o dono por mais de vinte anos. Acompanhando o tom geral do documentário, que remonta ao quão no fim da vida ou moribundo o Palace está (em sentido material), ele diz que o hotel “tá muito velho, muito estragado. Todo mundo sabe disso. Tá fechando devagar” (3 min. 18 seg.). A própria montagem do filme, em diversos momentos, trabalha em conjunto com os relatos, filmando o Palace Hotel em todas as suas rachaduras, pinturas descascadas e

janelas quebradas. Nas cenas dentro do hotel, é possível observar o grau de deterioração do prédio, sempre filmado com iluminação natural, flertando com a penumbra. Nos anos seguintes, o teor de risco à saúde pública que tal estado de conservação vinha representando foi gradativamente aumentando, culminando na queda, em outubro de 2022, de uma das fachadas do hotel (Jornal Ubaense – Online, 2023).

Seguindo a própria montagem proposta na obra, um dos atores mais irreverentes é Procópio, ex-gerente do hotel, tendo trabalhado com João Gato, com seu filho, Gatinho, e com Sebastião Gato, tio do “Gato mais moço”. Tendo trabalhado no hotel até fim dos anos noventa (1997), Procópio relembra, em tom de nostalgia e contentamento o carnaval em Ubá, celebrado ao lado do hotel, na Praça Guido, ponto de festividades, aparentemente, ao longo do tempo na cidade, “Vizinha famosa” do Palace. Nas palavras de Procópio, “O carnaval era coisa linda! A gente assistia da varanda” (5 min. 00 seg.). Aqui, já há indicativos de diferentes elementos introdutórios em relação à própria história de Ubá, como, por exemplo, a relevância da Praça Guido e o carnaval enquanto fenômeno cultural apreciado. Sim, são indicativos em fragmento, mas que os atores e equipe do documentário evidenciam como relevantes, a nível de filme e de narrativas de um morador da cidade, neste caso. A própria cena é construída, aparentemente, dentro de um quarto do Palace Hotel, com Procópio sentado em uma poltrona suntuosa, filmado de fora do cômodo e, também, com a câmera próxima ao rosto, trazendo certo intimismo ao relato. Há um momento, inclusive, ao falar de um dos aniversários celebrados no Palace – ele não recorda se de Seu João Gato ou de Gatinho –, no qual ele pensa por alguns vários segundos no que e como narrar sobre a festa. Franze a testa, vira os olhos, morde o lábio. Acaba abrindo um sorriso e dizendo que foi... “ah... um pouco requintada, sabe?!” (4 min. 37 seg.). Nos indagamos se, não fosse devido à contingência característica da oralidade (momento enunciativo) e todo o aparato cinematográfico montado ao redor, Procópio teria dito algo diferente, ou usado outros termos. Especulação, sim. Mas evidencia aspectos da oralidade impossíveis de serem representados em linguagem escrita (coisa que tentamos fazer em cinco linhas acima – e sem sucesso, admitimos).

Quando Gatinho (João da Silva Gato), filho do Seu João Gato, entra em cena, traz consigo uma narrativa quase enciclopédica e variada sobre o cotidiano do Palace Hotel e seu entorno. Narra que, primeiro, eram viajantes que se hospedavam no hotel, mas depois acabaram parando de aparecer. Depois, se instalaram na cidade firmas telefônicas e empreiteiras. Em meados do ano 2000, funcionários dessas empresas eram hóspedes

frequentes. Mas, então, chegou o fax, diz Gatinho; aí, “foi caindo, caindo [o movimento de hóspedes]” (5 min. 25 seg.). Neste primeiro trecho da narrativa, já são levantadas perguntas: o que levava tais viajantes a passar por Ubá? Ou ainda: conforme o desenvolvimento tecnológico se deu, a cidade foi perdendo circulação de *outsiders* e o hotel foi perdendo hóspedes? Por quais razões? Neste sentido, enquanto potencial fonte para a História Oral, o relato traz inúmeras possibilidades de pesquisa relacionadas não ao Palace, apenas, mas a Ubá e seu desenvolvimento no séc. XX.

Seguindo sua série de temas distintos, Gatinho trata dos fios elétricos de pano no hotel (trocados somente em 1984), o fato deste ter sido construído, em parte, de pau-a-pique (frente do hotel), e da construção do hotel não ter sido, segundo o que ouviu do seu pai, em 1915 como está na fachada, mas antes, por volta de 1912. Só neste trecho, já há indicativos sobre toda uma trajetória de vivência e compartilhamento de memória em relação ao Palace, mas Gatinho vai além: quando se fazia a Festa do Ary Barroso, compositor Brasileiro consagrado do século passado e natural de Ubá, que durava uma semana, havia um jantar no hotel atrelado à festividade. Os convidados pediam *mexidão*, um prato mineiro tradicional composto por ovos, arroz, carne, linguiça, cebola, alho, coentro e mesmo feijão, por exemplo, fazendo jus ao nome. Além disso, segundo Gatinho, quando o carnaval acontecia na praça Guido, se ficava até quatro da madrugada acordado no hotel, servindo caldo verde ou canja aos foliões. Aqui, há diversos elementos culturais de Ubá, desde o mexidão como prato tradicional, a festividade do Ary Barroso e a influência dela no cotidiano do hotel, bem como, novamente, a relação entre Praça Guido, Palace Hotel e carnaval em Ubá.

No entanto, Gatinho relembra de tudo isto com um misto de alegria e pesar no documentário. Logo após sua narrativa, diz que por volta de 2004 a Praça Guido estava ficando perigosa. Não é especificado o que isso significa, mas há, inclusive, um tom de crítica, possivelmente, ao próprio poder público: “mas diz que vai melhorar, né. Eu só acredito depois que ver” (7 min. 05 seg.). Ainda, ele lembra da praça enquanto uma espécie de lugar de memória: “Muita coisa foi feita praça aí. Mas, aí, o passar do tempo vai tirando certas coisas, né. Só fica o nome” (8 min. 15 seg.).

Pela narrativa de Gatinho, o sentido de lugar de memória se dá mais próximo ao dado por Pierre Nora. Um lugar só é “de memória”, segundo autor, se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Na sua complexidade, é material pelo seu conteúdo demográfico, funcional, pois garante tanto a cristalização da lembrança como sua transmissão, e simbólico,

visto que caracteriza por acontecimentos ou experiência vividos por um pequeno número de uma maioria que deles não participou. Neste sentido, lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no ressaltado de seus significados e nas suas imprevisíveis ramificações. Nora diz que os lugares de memória são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física; ao contrário. Mas o que faz os lugares de memória é sua característica de círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Neste sentido, o lugar de memória, ele completa, é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (Nora, 1993, p. 22-27).

Há, desde o início da narrativa de Gatinho, elementos que vão do âmbito cultural ao da memória e que podem subsidiar, em termos de fonte, pesquisadores em História Oral ou mesmo História Cultural que estejam interessados em empreender pesquisa sobre a cidade. Os fragmentos aqui apresentados, evidenciados pelo documentário e, obviamente, na narrativa dos atores, são vistos como relevantes e auxiliam numa compreensão introdutória da história de Ubá e do Palace Hotel.

Há espaço, também, para um certo “humor local”, digamos, a partir de narrativas do cotidiano. Agostinho, ex-vigia noturno do hotel, relata que a administração do hotel deixava os vigias descansarem à noite. “Descansar um pouquinho” (9 min. 58 seg.), como ele ressalta. Conta que, uma noite, um dos vigias dormiu pesado e um sujeito entrou no hotel e saiu espalhafatoso. O vigia acordou apavorado, com medo, achando que era um fantasma. Ex-cozinheira do Palace, Dona Maria Alice, em tom risonho, conta sobre “um tal de Sebastião”, homem surdo e que, possivelmente, também trabalhava no hotel. Disseram a ela, à época, que poderia xingá-lo pois ele não ouviria. Ela o fez: “Sebastião, velho chato!”. Ele se virou na direção dela e disse: “eu vi o que ocê falou aí!”. Ela retrucou com quem, anteriormente, havia lhe dito que Sebastião não escutaria: “mas ele não era surdo?!”. Lhe responderam: “é... mas ele tava oiando” (10 min. 48 seg.).

Em meio ao imenso cabedal memorial, Luiz Antonio, irmão de Luiz Gomes e também herdeiro do Palace Hotel, relata sobre a infância, enquanto a mãe fiscalizava a manutenção e ele corria pelo hotel, achando tudo enorme por meio de seus olhos de criança. Quando a mãe trabalhava até tarde, ele dormia numa mesa do bar. Diz, no documentário, que o hotel traz grandes lembranças, e tem expectativa de recuperá-lo para que ele “tenha vida, novamente” (17 min. 03 seg.). Este é o mesmo tom da narrativa

de seu irmão, Luiz Gomes, que diz que as condições econômicas de Ubá e, por exemplo, o cancelamento da Leopoldina fizeram com que o hotel também declinasse. Aqui, se faz menção à Estrada de Ferro Leopoldina (1871). A Lei da então Província de Minas Gerais, nº. 1 826 de 10 de Outubro de 1871, autorizava o Presidente da Província a construir ferrovia, e a Leopoldina foi a primeira implantada no atual estado de Minas Gerais. Foi de fundamental importância para o desenvolvimento da região na qual se insere Ubá. A ferrovia se relacionava, inclusive, à iniciativa de fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata Mineira, acostumados a transportar a produção de café da maneira tradicional, por meio de tropas de mulas, até os portos do litoral. Sobre a dissolução da Leopoldina em Ubá, pode se considerar o contexto de desestatização da década de 1990, no qual a malha ferroviária é cedida para o uso da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que abandona a manutenção de diversos trechos. Em 2003 a FCA é adquirida pela Vale e incorporada à Valor Logística Integrada (VLI). Enquanto a malha ferroviária era arruinada, parte do patrimônio arquitetônico foi tombado e distribuído entre particulares, prefeituras e estados (Cappellin, 2008, p. 55; Carvalho, 2021).

Luiz Gomes ressalta, ainda, as negociações com a prefeitura, no intuito de tentar recuperar o hotel. Finaliza dizendo que Ubá ganhou muito em termos de desenvolvimento econômico nos últimos anos, mas, no que tange à valorização do patrimônio cultural da cidade – se referindo, obviamente, ao Palace Hotel como parte de tal conjunto de bens de Ubá – perdeu-se muito.

No momento final do documentário, Seu João Gato traz uma narrativa em tom de tristeza mas, ao mesmo tempo, dureza e quase silenciamento. Ele diz que não gosta de lembrar do Palace Hotel, pois há coisas tristes o envolvendo. Lembra da morte da mãe, do irmão e do tio. “Aí, eu prefiro passar por cima das coisas do Palace Hotel” (17 min. 26 seg.). Não se esclarece o que aconteceu, nem se dá nenhum detalhe, também pelo fato de que uma das partes possivelmente envolvidas também está presente no documentário: os “Luizes” herdeiros do Palace. Seu João Gato termina o documentário dizendo: “Problema, exclusivamente, da família. Não desejo nenhum mal pra eles, desejo muito bem pra eles. Já deu pra esquecer. Mas... deles, deles. Meu, é meu” (18 min. 20 seg.). Este é um dos momentos em que a contingência influi na oralidade. Um momento no qual o dito se torna um quase-dito ou um não-dito. E, talvez, seja um dos pontos subjetivamente mais impactantes do documentário, pois aprofunda a trama. A própria câmera, muitíssimo próxima do rosto de Seu João Gato, evidencia a intencionalidade de destaque por parte

da direção do filme. Indagamos: o que aconteceu entre as famílias? Houve alguma disputa pelo próprio Palace? Que mais há nesta trama?

A partir daqui, podemos retomar alguns pontos muito breves em Barros na tentativa de estabelecer uma relação entre *Palace, o contador de histórias* (2017) e o Cinema como fonte da História. Primeiro, o cinema se constitui enquanto produto da História. Nos leva a uma observação do lugar que o produz, que define sua linguagem, seus fazeres e institui suas temáticas. Abarca relatos, marcas e indícios significativos da sociedade que o produziu, além de aproximar-se de temas como relações de poder, imaginários e padrões de cultura, tornando a fonte fílmica imprescindível para a História Cultural (Barros, 2007). Mas não só, pois, a partir do gênero documentário, como é o caso da obra supracitada, podemos observar indicativos orais – e visuais – a partir dos atores, praticantes do Palace Hotel e moradores de Ubá. Seja sobre o carnaval, sobre a trajetória do Palace, sobre a desvalorização do patrimônio na cidade, sobre memória (seja ela positiva ou traumática), sobre a Praça Guido, sobre a festa do Ary Barroso, o mexidão. Há, aqui, uma espécie de fonte privilegiada em relação ao Palace Hotel, pois se trata do repertório memorial de quem o viveu. E, como lembra Alberti (2000), num panorama de revalorização do papel do sujeito na História, o relato pessoal pode transmitir uma experiência também coletiva, uma visão de mundo que, em determinado contexto, é tornada possível. Mesmo de forma fragmentária e introdutória, é isso que a obra cinematográfica também nos possibilita compreender, em seu teor de fonte.

Algumas considerações: gênero documentário e História Oral

Foi possível perceber, até este ponto do trabalho, a proficiência da fonte fílmica, mesmo que de maneira introdutória, além de uma compreensão sobre o próprio documentário sob enfoque enquanto fonte para a História – Cultural e Oral, principalmente. Mesmo assim, há dois pontos ainda a se considerar, brevemente, e que se conversam: o gênero documentário e a sua potencial relação com a História Oral.

Segundo Barros (2007), há uma preocupação com a especificidade do gênero de cada obra cinematográfica a ser examinada. E é preciso estar atento para a singularidade de cada gênero. Cada um deles possui, à parte daquilo que é típico da obra fílmica em sentido geral, a sua própria

particularidade discursiva, completa o autor. E a própria construção do documentário sobre o qual dissertamos é pautada em pressupostos que estão em acordo com seu gênero.

Em termos gerais, um documentário é uma narrativa basicamente composta por imagens-câmera, acompanhada muitas vezes de imagens de animação, dotadas de ruídos, música e fala, para as quais olhamos em um contato com determinadas asserções sobre o mundo que nos é exterior (coisas ou pessoas) (Ramos, 2008). Mais especificamente ainda, podemos enquadrar, pela narrativa construída, o conteúdo dos relatos presentes e as próprias escolhas na direção do *Palace...* (2017) enquanto um documentário reflexivo.

Este traz o realismo social na área psicológica e emocional para usar de técnicas como a montagem em evidência para causar o efeito de consciência, até de tencionar questionamentos do que está sendo proposto no documentário. Nesta forma de documentário consegue-se fazer suposições de uma perspectiva da realidade social. Se trata de uma forma de conhecer como as coisas ocorreram, mas leva-nos a refletir sobre as próprias coisas que estão à nossa volta (Oliveira; Marques, 2016, p. 4). Não se trata apenas do teor informativo, mas de levantar questões como a do próprio Palace Hotel enquanto um patrimônio de Ubá em deterioração, abandono: um senhor idoso deixado ao relento e que necessita de salvaguarda. Em uma potencial interpretação do filme enquanto tal, sobre sua “mensagem”, nos seus curtos vinte e alguns minutos de duração, esta é a intenção de sentido que a obra pode suscitar – e, pensamos, tenta, quase claramente, suscitar (no sentido de tentativa de agência?). Tal intuito, no entanto, parece não ter tido o impacto ideal esperado – o que não significa que não houve impacto nenhum; questão para outro texto e com outro enfoque. Ao leitor curioso e que se interessou pelo *contador de histórias*, o Palace Hotel, por decisão judicial, em um acordo entre prefeitura, proprietários (herdeiros) e Conselho Histórico, foi demolido em início de 2023, devido aos riscos de queda de toda a estrutura (Jornal Ubaense – Online, 2023).

Retomando Barros (2007), e em aproximação à História Oral, para além do papel do filme como veículo final de uma determinada representação historiográfica é importante ressaltar que a filmagem pode funcionar ainda como instrumento de pesquisa importante para a própria prática historiográfica. Assim, se o uso do gravador e da fotografia veio trazer instrumentos importantíssimos para os antropólogos e sociólogos dos últimos tempos, as práticas cinematográficas vieram trazer uma contribuição fundamental ao acenarem com a possibilidade do uso da filmagem nas pesquisas ligadas às ciências humanas, aqui considerando que a filmagem permite a captação de imagens-som em movimento para posterior análise. O Cinema, assim, apresenta-se como tecnologia adicional para a História

Oral – acrescentando uma nova dimensão à coleta de depoimentos – mas também para outras inúmeras modalidades historiográficas com a História da Cultura Material ou a História do Cotidiano (Barros, 2007).

É também nesta seara que consideramos *Palace, o contador de histórias* (2017) como potencial fonte para a História Oral: na ação, por exemplo, lembrando Geertz, de circunscrever a linguagem-fonte em algo posteriormente “consultável”. Em fragmento, em outro formato, mas, ainda assim, consultável, passivo de análise posterior. Além daquilo em termos de sentido que o filme suscita em termos de “obra em si”, há um repertório memorial sobre Ubá e o Palace Hotel que funciona como fonte e parte de um lugar exclusivo através do filme: vem dos praticantes do Palace. Seja para o historiador do cotidiano, cultural ou para o oralista, a incorporação do gênero documentário em seu corpus de fontes se faz fundamental, quiçá imprescindível, a depender de seu objeto e problema de pesquisa.

Por fim, o intuito deste introdutório texto, como já dito, foi exatamente esta indagação sobre a proficuidade potencial do filme documentário enquanto fonte para a História Oral. E (por que não?) também como uma das maneiras de se fazer historiografia na contemporaneidade e no porvir.

Referências

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005, p. 11-28.

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. **Ler História**, v. 52, p. 127-159, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CAPPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado: o desenvolvimento da empresa de porte médio no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 49-70, nov. 2008.

CARVALHO, André Simplício. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. **Terra Brasilis**, v. 15, 2021.

FERRO, Marc. **História e Cinema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JORNALUBAENSE (online). **Fim de uma Era! Edifício Palace Hotel é derrubado após apresentar risco de queda**. Redação. 23 fev. 2023. Disponível em: [UBÁ > FIM DE UMA ERA! EDIFÍCIO](#)

PALACE HOTEL É DERRUBADO APÓS APRESENTAR RISCO DE QUEDA – JornalUbaenseonline.
Acesso em: 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, Michelle Gusmão; MARQUES, Edmilson Ferreira. O documentário e suas especificidades. **CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG**, 3, Pirenópolis, 2016.

PALACE, O CONTADOR DE HISTÓRIAS. **Olá amantes da 7ª Arte!!!! O nosso querido Palace foi selecionado para ser exibido em um festival internacional la no Iraque!! E o Cinema Nacional Resiste!!!** 15 mar. 2018. Facebook: Palace, O Contador de Histórias. Disponível em: (20+) Facebook. Acesso em: 2 ago. 2023.

POLO AUDIOVISUAL - ZONA DA MATA MINAS GERAIS/BR. **Usina Criativa de Cinema: Talentos Locais.** 14 ago. 2017. Disponível em: Usina Criativa de Cinema: talentos locais | Polo Audiovisual da Zona da Mata. Acesso em: 2 ago. 2023.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: SENAC, 2008.

SEAWRIGHT, Leandro. O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição. **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, p. 54-75, jan./abr. 2016.

Fontes

PALACE, O CONTADOR DE HISTÓRIAS. Direção: Diego Neves. Produção de Aline Gabriel. Minas Gerais/Brasil: Polo Audiovisual da Zona da Mata de Minas Gerais, 2017. Vídeo online (YouTube). Disponível em: (2280) Palace, O Contador de Histórias - YouTube. Acesso em: 16 ago. 2023.

Acessibilidade de Portais de Prefeituras de Municípios do Pampa Gaúcho

Julielen Arnoud Dorneles⁵⁰

Amanda Meincke Melo⁵¹

Introdução

No Brasil, há pouco mais de vinte anos, foi publicado o Decreto 5.296/2004 para regulamentar a Lei 10.048/2000, conhecida como Lei de Acessibilidade. Seu Artigo 47 estabeleceu o prazo de até doze meses, a partir de sua publicação, para a adequação de portais e *sites web* da administração pública federal para que pessoas com deficiência visual pudessem usufruir plenamente das informações neles disponibilizadas. Para colaborar com esse propósito, sobretudo no contexto do governo federal, uma primeira versão do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) foi publicada em 2005 (Brasil, 2014).

Acompanhando o movimento global para tornar a *web* acessível de modo equitativo às pessoas com deficiência e outros marcos legais sobre acessibilidade, como o Decreto 6.949/2009 (Brasil, 2009) e a Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei de Inclusão (LBI), esse modelo foi atualizado. Sua última versão, publicada em abril de 2014 (Brasil, 2014), tornou-se uma importante referência nacional, em Língua Portuguesa, para a avaliação e a promoção da acessibilidade na *web* (Oliveira; Eler, 2015; Oliveira; Souza; Eler, 2017; Oliveira; Freire; Eler 2020; Matos 2021; Santos; Maia 2023), suplantada pela publicação da norma técnica ABNT NBR 17225:2025.

Pode-se destacar, ainda, o Artigo 8º, da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Esse artigo estabelece ser “dever dos órgãos e entidades públicas promover [...] a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de

50 Graduanda do Curso de Engenharia de Software da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: julielendorneles.aluno@Unipampa.edu.br. (0009-0000-8945-6888) – Orcid.

51 Doutora em Ciência da Computação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amandamelo@Unipampa.edu.br. (0009-0000-2453-6617) – Orcid.

informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”, devendo seus sites “adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência” (Brasil, 2011).

Relatamos, neste Capítulo, uma experiência de avaliação da acessibilidade web de sites de prefeituras de municípios onde há *campus* da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Essa experiência, desenvolvida como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Engenharia de Software, deu-se no contexto do programa de extensão Tramas, acrônimo para Tecnologia, Responsabilidade, Autoria, Movimento, Amorosidade e Sociedade, que tem por objetivo “promover o respeito à multiplicidade das diferenças” (Melo *et al.*, 2023).

Acessibilidade Web no Contexto do Governo Brasileiro

Com a publicação do Decreto 5.296/2004 (Brasil, 2004), uma primeira referência nacional para orientar o desenvolvimento de sites de governo eletrônico federal com acessibilidade foi lançada, denominada Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Depois de passar por revisões, sua última versão, o eMAG 3.1 (Brasil, 2014), organiza 45 recomendações em seis seções: Marcação (9 recomendações), Comportamento (DOM) (7 recomendações), Conteúdo/Informação (12 recomendações), Apresentação/Design (4 recomendações), Multimídia (5 recomendações) e Formulários (8 recomendações).

As orientações do modelo, em conformidade com os padrões globais de acessibilidade web da época de sua publicação, propunham a implementação da acessibilidade digital, alinhada às necessidades nacionais, de maneira estruturada e prática. Para auxiliar na avaliação de conformidade com o eMAG 3.1, algumas ferramentas foram desenvolvidas (Brasil, 2014). Adotamos o ASES – Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (Brasil, 2016), versão web, disponível em <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>.

O escolhemos por ser um *software* público Brasileiro, do Governo Federal, alinhado às recomendações do eMAG 3.1. Neste modelo, na seção onde são delineados os passos para o desenvolvimento de um site acessível, o ASES é citado como uma das ferramentas que podem ser utilizadas na Avaliação de Acessibilidade (Brasil, 2014). Essa ferramenta

ajuda a identificar problemas de acessibilidade e contribui a sua correção de modo a impactar na experiência de usuários em diferentes condições de acesso.

A avaliação com o ASES pode ser conduzida de 3 formas distintas: validação com o código fonte, submissão da URL ou *upload* de arquivo. Realizada a submissão da página, a ferramenta apresenta uma série de indicadores, como: porcentagem ASES, número de erros por seção do eMAG, número de avisos por seção do eMAG, total de erros e total de avisos. Enquanto os erros dizem respeito à violação diretas e objetivas de critérios de sucesso⁵² vinculados às recomendações do modelo e determinam o valor atribuído à porcentagem ASES, os avisos indicam a necessidade de avaliação humana, a exemplo da adequação de um texto alternativo, da ordem de leitura do conteúdo ou mesmo o quanto a navegação por teclado é intuitiva (Brasil, 2016). Destaca-se, ainda, que o percentual apresentado leva em consideração a gravidade e a quantidade de erros identificados (Brasil, 2016).

No relatório com os resultados da avaliação, tem-se também uma legenda que separa a porcentagem por cores: notas maiores ou iguais a 95% recebem a cor verde, indicando alto grau de conformidade; notas entre 85% e 94% recebem a cor amarela, indicando médio grau de conformidade; notas entre 70% e 84% recebem a cor laranja, que indica baixo grau de conformidade; já as notas abaixo de 70% recebem a cor vermelha, que significa alto grau de não conformidade. Quando o resultado alcança a porcentagem de 100%, pode-se inferir que boas práticas recomendadas pelo eMAG foram adotadas.

Embora a última atualização do eMAG tenha ocorrido em 2014 e esta já não esteja mais alinhada à recomendação mais recente do W3C para acessibilidade na web (W3C, 2024), até 2024, ainda era uma referência para a verificação e promoção da acessibilidade no contexto Brasileiro (Santos; Maia, 2023; Matos, 2021). Somente neste ano – 2025 – foi publicada a ABNT NBR I 7225:2025, alinhada à LBI (Brasil, 2015) e à Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil 2009). Essa norma, portanto, é a nova referência que deve ser observada por todas as entidades federativas, inclusive municípios.

Metodologia

No mês de junho de 2024, com apoio da ferramenta ASES (Brasil, 2016), versão *web*, verificamos a acessibilidade das páginas principais dos sites das prefeituras dos municípios onde estão localizados os *campi* da Unipampa, a saber – Alegrete, Bagé, Caçapava do

52 Critérios de Sucesso – ASES, <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/criteriosSucesso>

Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana (Dorneles; Melo, 2024). Já de 25 de setembro a 04 de outubro de 2024, adotamos o mesmo procedimento em onze páginas do portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS, que havia passado por atualização na época. Também avaliamos essas páginas manualmente, com base no eMAG 3.1 (Dorneles; Melo, 2025).

Adotamos o ASES (Brasil, 2016), versão *web*, no navegador Google Chrome (versão 125.0.6422.113). Então, salvamos e analisamos os relatórios gerados pela ferramenta. Registramos os indicadores gerados pelo ASES em planilhas eletrônicas. A verificação humana, contudo, ainda se fez necessária, por exemplo, para verificar o uso semântico de marcações, o papel do texto alternativo, o uso de tabelas para diagramação de conteúdo etc. Assim, para conduzir essa verificação, inspecionamos os códigos fontes das páginas selecionadas, considerando os critérios de sucesso indicados no eMAG 3.1 junto às recomendações que apresentavam erros ou avisos. No navegador, em alguns momentos, também adotamos a extensão *Web Developer*⁵³, que ofereceu recursos visuais valiosos da página na inspeção de possíveis problemas a partir da análise do código HTML e do CSS.

Com base nas seções do eMAG 3.1 (Brasil, 2014), estruturamos e organizamos um relatório da avaliação de acessibilidade *web* do portal da prefeitura de Alegrete/RS. Finalmente, em 2024, a primeira autora deste Capítulo apresentou os resultados em uma sessão pública de TCC de Engenharia de Software. Nessa sessão, participaram vereadores e membros da comunidade que colaboram com o programa de extensão *Tramas*, assim como um profissional da área de Tecnologia da Informação (TI) da prefeitura de Alegrete/RS. Os resultados da avaliação também foram amplamente divulgados *online* e rememorados, no dia 07 de julho de 2025, em uma roda de conversa alusiva aos 10 anos da LBI.

Resultados e Discussão

O *site* do município que apresentou melhor porcentagem na avaliação eMAG na página principal foi o de Uruguaiana, sendo este o único com o valor 100% na porcentagem ASES, ou seja, com alto grau de acessibilidade, apresentando, contudo, 238 avisos que precisariam ser verificados manualmente. Com médio grau de acessibilidade ficaram as cidades de Dom Pedrito (87,90%), São Borja (90,73%) e São Gabriel (87,04%).

⁵³ *Web Developer*, https://chromewebstore.google.com/detail/bfbameneiokkgbdmiekhjnmfkcnldhdm?utm_source=item-share-cb

O site de Dom Pedrito foi o que obteve o maior número total de avisos (1348) e o de São Borja o menor (68). O grau de conformidade mais recorrente na avaliação foi o “baixo grau de acessibilidade”, onde localizava-se Alegrete, com 82,83% na porcentagem ASES, ficando à frente apenas de Itaqui e Jaguarão, com 80,98% e 81,27%, respectivamente. Dentre estes, Alegrete obteve o menor número de erros (16), mas com o maior número de avisos.

Tabela 1 – Conformidade das páginas principais verificadas com o eMAG 3.1

| Município | % ASES | Conformidade | Total de Erros | Total de Avisos |
|-----------------------|---------|------------------------------|----------------|-----------------|
| Alegrete | 82,83% | Baixo grau de acessibilidade | 16 | 390 |
| Bagé | 84,87% | Baixo grau de acessibilidade | 103 | 404 |
| Caçapava do Sul | 83,13% | Baixo grau de acessibilidade | 181 | 371 |
| Dom Pedrito | 87,90% | Médio grau de acessibilidade | 29 | 1348 |
| Itaqui | 80,98% | Baixo grau de acessibilidade | 109 | 258 |
| Jaguarão | 81,27% | Baixo grau de acessibilidade | 204 | 382 |
| Santana do Livramento | 82,58% | Baixo grau de acessibilidade | 81 | 125 |
| São Borja | 90,73% | Médio grau de acessibilidade | 21 | 68 |
| São Gabriel | 87,04% | Médio grau de acessibilidade | 14 | 1089 |
| Uruguaiana | 100,00% | Alto grau de acessibilidade | 0 | 238 |

Fonte: ASES, versão web, de 25 set. 2024 a 04 out. 2024

Como resultado, constatou-se que a maioria dos sites avaliados apresenta erros de acessibilidade web em sua página principal. A Tabela 2, a seguir, apresenta o total de erros e avisos computados para cada uma das seções do eMAG 3.1, considerando-se a avaliação de todas as páginas principais avaliadas.

Tabela 2 – Total de erros e de avisos por seções eMAG 3.1 das páginas principais dos sites verificados

| Seção | Total de Erros | Total de Avisos |
|---------------------|----------------|-----------------|
| Marcação | 146 | 3865 |
| Comportamento | 8 | 63 |
| Conteúdo/Informação | 594 | 541 |
| Apresentação/Design | 2 | 183 |
| Multimídia | 0 | 0 |
| Formulários | 8 | 21 |
| TOTAL | 758 | 4673 |

Fonte: ASES, versão web, de 25 set. 2024 a 04 out. 2024

Ao analisar a Tabela 2, observa-se que a seção do eMAG mais violada é Conteúdo/Informação, com o total de 594 erros, e a seção com mais avisos é Marcação, com o total de 3865 avisos. Já a seção Multimídia não apresentou nenhum erro nem aviso, visto que os sites avaliados não possuíam arquivos multimídia no momento da avaliação. O total de erros de todas as seções foi 758 e o total de avisos foi 4673. Com isso, conclui-se que o número total de avisos é muito maior do que os erros.

Já na avaliação das onze páginas do portal da prefeitura de Alegrete/RS, o maior número de erros também foi nas seções Marcação e Conteúdo/Informação. Os erros de Conteúdo/Informação estão relacionados às recomendações 3.5 – Descrever *links* clara e sucintamente, 3.6 – Fornecer alternativa em texto para as imagens do sítio e 3.10 – Associar células de dados às células de cabeçalho do eMAG 3.1, totalizando 141 ocorrências. Na análise do portal da prefeitura de Alegrete/RS, observa-se que as páginas “Conheça a Cidade” e “Notícias” são as que concentram a maior ocorrência de erros relacionados às recomendações dessa seção do eMAG 3.1. Na Tabela 3, a seguir, são apresentados os totais de erros e avisos identificados nas páginas do portal da prefeitura de Alegrete/RS verificadas com a ferramenta ASES, versão *web*.

Tabela 3 – Total de erros e de avisos por seções eMAG 3.1 das 11 páginas do Portal de Alegrete/RS

| Seção | Total de Erros | Total de Avisos |
|---------------------|----------------|-----------------|
| Marcação | 167 | 3686 |
| Comportamento | 1 | 179 |
| Conteúdo/Informação | 141 | 152 |
| Apresentação/Design | 0 | 0 |
| Multimídia | 0 | 0 |
| Formulários | 22 | 50 |
| TOTAL | 331 | 4067 |

Fonte: ASES, versão *web*, de 25 set. 2024 a 04 out. 2024

Ao todo, foram reportados 331 erros. A essas seções, juntamente com a seção Comportamento, também está relacionada a maioria dos avisos, 4.017 de 4.067, que precisam ser verificados manualmente. Por outro lado, não foram reportados erros ou avisos relacionados às seções Apresentação/Design e Multimídia.

No relatório⁵⁴ elaborado, outros aspectos, como os problemas relacionados aos avisos apresentados para essas seções, e resultados referentes às demais seções do eMAG 3.1 estão documentados. Para cada recomendação violada, os problemas identificados – inclusive manualmente – foram discutidos e propostas alternativas de solução.

Esses problemas, ao comprometerem a clareza e a navegação, afetam a acessibilidade e devem ser corrigidos para garantir uma experiência inclusiva para todos os usuários. Para resolvê-lo, deve-se descrever *links* de forma clara, atribuir o devido texto e, quando necessária descrição, alternativa às imagens, além de adotar as marcações para estruturar e apresentar dados tabulares.

Particularmente, uma imagem com a propriedade `alt=""` (vazia) é considerada inacessível se a imagem for significativa para o conteúdo. Isso ocorre no exemplo da Figura 1, a seguir, onde é ilustrado um erro grave de acessibilidade. Esse erro impede que usuários de leitores de tela tenham acesso adequado às orientações sobre coleta seletiva.

Figura 1 – Recorte de imagem da página Coleta Seletiva do Portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS



Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS

Nesse caso, por se tratar de um informativo do Programa Municipal de Coleta Seletiva, apresentado como infográfico, este deveria ser acompanhado de uma descrição

54 Relatório de Avaliação de Acessibilidade Web do Portal da Prefeitura de Alegrete/RS, https://docs.google.com/document/d/1Z61ZFCY2QP5udRCX8at4dcxLyvqLlf_Z5NnzgHeySfQ/edit?usp=sharing

textual equivalente para que usuários de leitores de tela possam acessá-la. Uma possível solução para o problema é atribuir o título do informativo ao atributo alt e disponibilizar uma página com conteúdo equivalente em texto digital, acessível a partir do clique na imagem.

É relevante destacar, ainda, que ao analisar o código fonte das páginas, observou-se que a estrutura comum (*template*) adotada no site contribuiu diretamente para a repetição de diversos problemas de acessibilidade. A Figura 2, a seguir, ilustra essa situação.

Figura 2 – Barra de Acessibilidade do Portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS



Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS

A barra de acessibilidade localizada na parte superior da página, que é um conjunto de ferramentas para facilitar o uso do *site* para pessoas com deficiência, possui as opções “Ativa ou desativa o tema escuro” e “Ativa ou desativa o alto contraste”. Essas opções disponibilizadas como *links* sem texto âncora, mas com marcação associada ao atributo `aria-hidden="true"`, podem ficar ocultas a usuários de leitores de telas e de outros recursos de Tecnologia Assistiva. Isso porque a leitura do atributo `title` não é realizada de modo consistente por essas tecnologias. Na ausência da leitura da propriedade `title`, pessoas com baixa visão, que necessitem de leitores de tela, podem ter dificuldade para identificar essas opções criadas para melhorar sua experiência. Nesse exemplo seria necessário garantir que os *links* tivessem um nome acessível para os recursos de Tecnologias Assistiva, já que o ícone visual está oculto para eles. Uma solução para esse problema é inserir a propriedade `aria-label` junto à marcação `<a>`. Essa propriedade fornece um rótulo de texto acessível que será lido pelos leitores de tela sem a necessidade de texto âncora se o *design* for baseado apenas em ícones.

Considerando-se a concentração de erros nas seções Marcação e Conteúdo/ Informação, recomenda-se fortemente que a adoção dos padrões *web* seja revista de modo a evitar o comprometimento da interpretação de seu conteúdo por navegadores e recursos de Tecnologia Assistiva. Além disso, é necessário direcionar esforços na organização e clareza das informações veiculadas.

Na sessão pública de divulgação dos resultados, além da estudante e da banca avaliadora, estavam presentes 29 estudantes dos cursos da área da Computação e

membros da comunidade externa. Dentre estes, dois vereadores – um deles reeleito –, dois vereadores eleitos para o mandato 2025-2028 e um profissional da área de TI da prefeitura. Finalizada a apresentação e as considerações da banca, os vereadores presentes se manifestaram, reconhecendo a importância da contribuição do trabalho. Ao encerrar a sessão, houve uma conversa para tratar do encaminhamento dos resultados e trabalhos futuros. Nesse momento, constatou-se a fragilidade atual do setor de TI do município para atender à demanda crescente por soluções de Informática nos mais diferentes domínios de atuação do executivo, que observem requisitos legais, como é o caso de requisitos de acessibilidade. Um encaminhamento vislumbrado é a realização de uma sessão na Câmara Municipal de Alegrete/RS dedicada à acessibilidade digital. Entre os trabalhos futuros, no contexto do programa de extensão, foi mencionada a avaliação do portal da Câmara.

A divulgação também ocorreu em um periódico local e no portal da Universidade. Ambas as matérias, ao abordarem o trabalho desenvolvido, disponibilizaram o *link* para o relatório de avaliação. Além disso, esses veículos realizaram divulgação em suas redes sociais, Facebook e Instagram, facilitando o compartilhamento pelas partes interessadas e ampliando a visibilidade dos resultados. Em julho deste ano, em uma roda de conversa alusiva aos 10 anos da LBI, a acessibilidade digital voltou a ganhar destaque no *Campus Alegrete* da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A ação extensionista contou com a participação de estudantes e professores da área da Computação, de profissionais da educação do *Campus*, da intérprete de Libras e de representantes do legislativo municipal, entre outros interessados no tema. Na ocasião, a avaliação conduzida foi rememorada, assim como mencionada a ABNT NBR 17225:2025 como referência nacional atualizada para orientar o desenvolvimento e a avaliação de *sites* acessíveis.

Lições Aprendidas

A abordagem de avaliação adotada, embora apresente limitações, foi bastante útil para identificar erros e apontar aspectos que dependiam da avaliação humana. Vários dos erros identificados podem ter impacto bastante significativo na experiência de usuários com deficiência, especialmente com deficiência visual.

Os resultados apresentados em sessão pública e compartilhados *online* contribuíram para o diálogo entre a universidade, o profissional de TI presente e representantes do legislativo. Assim, o papel de alertar para problemas de acessibilidade que devem ser

corrigidos foi cumprido, cabendo ao poder público municipal resolvê-los e adotar boas práticas para o desenvolvimento e a manutenção de conteúdo digital acessível.

A experiência reportada revela o papel político da Universidade, que transcende a formação técnico-científica e deve estar comprometida com a formação cidadã e crítica de estudantes universitários. Nesse sentido, este Capítulo busca trazer contribuições ao realizar um relato de experiência extensionista, que articula o conhecimento técnico-científico sobre acessibilidade – convenção, recomendações, ferramentas, práticas etc. – à educação de nível superior em Engenharia de Software na abordagem de problemas socialmente relevantes com potencial de impacto e transformação social. Isto é realizado ao mobilizar o interesse e o comprometimento com a acessibilidade digital visando a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Considerações Finais

Há mais de 20 anos, o Decreto 5.296/2004 já exigia a adequação de portais e *sites* da administração pública federal para que pessoas com deficiência visual pudessem utilizá-los. Mesmo com o avanço da legislação de acessibilidade, ainda hoje há *sites* que apresentam problemas de acessibilidade que comprometem seu uso por pessoas com deficiência, não apenas visual. É o caso, conforme reportado neste estudo, do *site* da prefeitura de Alegrete/RS, que proporcionou um panorama geral sobre como está sua acessibilidade digital.

Na análise quantitativa conduzida com a coleta de dados do *site*, realizada com apoio do ASES, versão *web*, notou-se que todas as suas páginas apresentavam questões que refletem de forma negativa na acessibilidade, que precisam ser corrigidas ou verificadas manualmente. Ao divulgar os resultados, ao mesmo tempo que foi possível perceber o interesse para que o cenário atual seja revertido, a experiência em tela revelou fragilidades que devem ser superadas para que o portal da Prefeitura Municipal de Alegrete/RS seja amplamente acessível. Lidar com essas fragilidades passa não apenas pela abertura de novos cargos para o setor de TI, mas também pela qualificação de seus profissionais de modo que possam desenvolver e/ou auditar sistemas para que atendam a requisitos legais, o que inclui os requisitos e as recomendações de acessibilidade apresentados na ABNT NBR 17225:2025.

Apesar de ferramentas automatizadas como o ASES serem extremamente úteis para identificar erros e avisos de acessibilidade, elas não conseguem capturar todos os aspectos da experiência do usuário, que dependem da percepção e do contexto individual de cada pessoa. A adoção desse tipo de ferramenta é fundamental, mas deve ser complementada por testes manuais e envolvimento de usuários finais.

Para os desenvolvedores de sites, recomenda-se que considerem a acessibilidade como um critério essencial, desde as primeiras etapas do desenvolvimento. Assim, torna-se mais fácil garantir a acessibilidade ao aplicar as recomendações do eMAG e adotar boas práticas de promoção da acessibilidade, como atendimento a padrões, sistematização da avaliação de acessibilidade e monitoramento constante aliado ao *feedback* de usuários reais, incluindo pessoas com deficiência. Tal monitoramento garantirá que o site da prefeitura permaneça acessível no longo prazo, promovendo a inclusão digital para todos os cidadãos, independentemente de suas condições.

Já para as prefeituras, é recomendável a implantação de uma política pública de acessibilidade digital. Esta pode contemplar treinamentos contínuos para os desenvolvedores locais; incentivar a adoção de boas práticas para a criação de um ambiente digital inclusivo; indicar a acessibilidade entre os critérios para contratação de sistemas de informação; delimitar mecanismos para monitoramento e adequação constante dos sites a padrões de acessibilidade.

Para a estudante envolvida, essa experiência proporcionou a aprendizagem de habilidades técnicas e não técnicas. Quanto às aprendizagens técnicas, tem-se o conhecimento em profundidade de recomendações de acessibilidade, assim como a aplicação de métodos e de ferramentas de avaliação. Já quanto às aprendizagens não técnicas, tem-se a compreensão da acessibilidade como um direito, não um diferencial, fortalecendo o compromisso ético com o desenvolvimento de tecnologias mais equitativas, por conseguinte uma postura crítica e socialmente comprometida diante dos desafios da Computação no setor público.

Referências

ABNT NBR 17225:2025. **Acessibilidade em conteúdo e aplicações web – Requisitos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2025. Publicada em 11 de março de 2025.

Brasil. **ASES – Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios**. [2016?]. Disponível em: <https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Brasil. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.098 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

Brasil. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

Brasil. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. 2014. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2025.

Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

DORNELES, Julielen A.; MELO, Amanda M. Avaliação Preliminar da Acessibilidade de sites de Prefeituras dos Municípios em que estão situados os *Campi* da Unipampa. In: ESCOLA REGIONAL DE ENGENHARIA DE SOFTWARE (ERES), 8. , 2024, Santiago/RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 70-78.

DORNELES, Julielen A.; MELO, Amanda M. **Vinte Anos Depois do Decreto de Acessibilidade: O Caso do Novo Portal da Prefeitura de Alegrete/RS**. In: ESCOLA REGIONAL DE ENGENHARIA DE SOFTWARE (ERES), 9. , 2025, Chapecó/SC. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 70-78.

MATOS, Flavia Nunes de. **Análise de usabilidade e acessibilidade e implementação de melhorias do eGov da Prefeitura de Ouro Preto - MG**. 2021. 82 f. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

MELO, Amanda Meincke; MELLO, Aline Vieira; KREUTZ, Diego; BERNARDINO, Maicon. **Curricularização da Extensão Universitária em Cursos de Computação: experiências e possibilidades**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3. , 2023, Evento Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 289-299.

OLIVEIRA, Alberto Dumont Alves; FREIRE, André Pimenta; ELER, Marcelo Medeiros. Web Accessibility Evolution in the Brazilian Government. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 16. , 2020, Evento Online. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020 . DOI: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2020.13789>.

OLIVEIRA, Alberto; SOUZA, Eliane. Accessibility Model in Electronic Government: Evaluation of Brazilian Web Portals. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 13. , 2017, Lavras. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. p. 332-339. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2017.6060>.

OLIVEIRA, Alberto; ELER, Marcelo. Acessibilidade em Governo Eletrônico: um estudo sobre a aplicação de padrões web em sites gov.br. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SBSI), 11. , 2015, Goiânia. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2015 . p. 691-698. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2015.5877>.

PARDINI, Rafael; BÁRBARA, João; SCHEID, Henrique; PEREIRA, Adriano C. M.; MEIRA JR., Wagner; FERRAZ, Reinaldo; ROCHA, Beatriz. Observatório da Acessibilidade da Web Brasileira. In: WORKSHOP DE FERRAMENTAS E APLICAÇÕES - SIMPÓSIO Brasileiro DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB (WEBMEDIA), 27. , 2021, Minas Gerais. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021 . p. 71-74. ISSN 2596-1683. DOI: https://doi.org/10.5753/webmedia_estendido.2021.17615.

SANTOS, Anna Theresa Carlos dos. **Uma Análise da Acessibilidade Web dos Sites das Universidades Federais do Brasil com Base no e-MAG**. 92p. 2023. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Sistema de Informação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

SANTOS, Anna Theresa Carlos Dos; MAIA, Lucinéia Souza. An Analysis of the Web Accessibility of the Sites of the Brazilian Federal Universities Based on e-MAG. In: SIMPÓSIO Brasileiro SOBRE FATORES HUMANOS EM SISTEMAS COMPUTACIONAIS (IHC), 22., 2023, Maceió/AL. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/ihc/article/view/27598>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Mammies, Hoochies e Jezebéis: imagens de controle nas telenovelas Brasileiras em tempos de polarização política

Denise Aristimunha de Lima⁵⁵

Merli Leal Silva⁵⁶

Introdução

Este trabalho, inserido no debate sobre as ciências sociais e os desafios da democracia Brasileira, analisa as imagens de controle (Collins, 2019) – como ferramentas de poder e dominação racial no audiovisual Brasileiro. Para isso, propõe-se descrever e analisar o papel das personagens negras no audiovisual em 2022, ano de campanha eleitoral, em que campanhas massivas de fake news invadiram aplicativos de pessoas e as mídias sociais.

A partir de uma abordagem que intersecciona raça, classe, gênero e sexualidade, Collins (2019) considera que as imagens se transformam, pois são dinâmicas e se adequam a cada contexto histórico, exercendo o papel de controlar a forma como as mulheres negras são narradas a partir do poder branco hegemônico. As imagens de controle são usadas pelos grupos dominantes para a manutenção de seus privilégios nos espaços de poder e para justificar a dominação sobre a população negra. As telenovelas Brasileiras, as reprisadas ou veiculadas pela primeira vez em 2022, trouxeram personagens negras como estereótipos enquadrados nas imagens de controle, nos papéis de Mammies, Jezebéis e Hoochies.

Para Collins (2019), a mídia norte-americana é uma esfera importante na reprodução de imagens de controle. Ela indica que a televisão, o rádio, o cinema e a internet fazem

55 Doutora em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil, deniselima@Unipampa.edu.br

56 Pós-doutora em Comunicação (UFRGS), Professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil, merlisilva@Unipampa.eu.br (em cooperação técnica no IFRS).

circular essas imagens e as potencializam para manter a dominação sobre as condições das mulheres negras.

Em contexto diverso, mas não menos povoado de imagens de controle, está a mídia Brasileira no período de 2022, espaço determinado para escolha do corpus deste estudo. O objetivo da investigação é analisar o conteúdo discursivo das cenas de telenovelas Brasileiras em que personagens negras aparecem e identificar elementos de controle de suas imagens, por meio de categorias propostas por Collins (2019). A escolha se justifica na medida em que o espaço dedicado a essas produções ocupa grande parte dos horários na grade de exibição, disseminando dominação por meio das imagens de controle.

Collins (2019, p. 140-158) explica que o enquadramento estereotipado de mulheres negras pode se revelar em seis categorias: **a Mammy**, “serviçal fiel e obediente [...] a imagem da mammy é de uma mulher assexuada, uma mãe substituta de rosto negro”; **a Matriarca**, “simboliza a mãe negra ‘má’ [...]. Consideradas excessivamente agressivas e não femininas, as matriarcas negras eram supostamente castradoras de seus amantes e maridos”; **a Mãe Dependente do Estado ou a Rainha da Assistência Social**, “é retratada como uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes”; **a Dama Negra**, “a da profissional negra diligente, que trabalha duas vezes mais que os outros [...] não têm tempo para os homens ou não sabe mais como tratá-los. Como costumam competir com os homens e ser bem-sucedidas, elas se tornam menos femininas”; **a Jezebel**, “é construída como uma mulher cujo apetite sexual é, na melhor das hipóteses, inadequado, e na pior, insaciável, basta um pequeno passo para que seja considerada uma aberração”; **a Hoochie**, é associada ao interesse material de fazer sexo por dinheiro, ou a outras práticas que são desviantes da visão da feminilidade branca padrão.

Analisar imagens é um exercício essencial para repensar o modo como as mulheres negras são caracterizadas na mídia Brasileira. Candido e Feres Júnior (2019), em pesquisa sobre representação negra no cinema Brasileiro, mostram que em um período de dez anos, as personagens negras foram sub-representadas, em papéis predominantemente relacionados a crimes, drogas, prostituição, pobreza, servidão e violência doméstica.

Contexto social e político no Brasil em 2022

O ano de 2022 foi marcado por uma grande polarização política no país. As campanhas para presidência naquele ano colocaram em disputa muito mais do que o voto secreto de cada cidadão/cidadã. Os quatro anos anteriores do governo Bolsonaro, tinham deixado sequelas em parte da população que ansiava pelo fim do negacionismo na saúde; de acusações infundadas sobre a ciência Brasileira; do aumento de uma agenda liberal com a privatização de empresas; do desmatamento da Amazônia e flexibilização de leis ambientais; de uma crise nas relações internacionais. Para parte da população, a derrota de Bolsonaro significava um alívio, a esperança de que as coisas pudessem voltar a uma normalidade esperada. Para outra parcela da população, o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva representava a ameaça de um retrocesso econômico. Essa percepção era intensificada por uma campanha massiva de desinformação (*fake news*) que o associava, por meio de todas as artimanhas, a um regime comunista.

A disputa passou para o segundo turno entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dois projetos diferentes de governo ficaram mais evidentes: um que defendia pautas conservadoras, liberalismo econômico e críticas ao que chamam de “ideologia de gênero”; e outro com foco em uma pauta social, de inclusão de minorias e a retomada de políticas públicas em áreas como educação e saúde.

Importa lembrar que a propaganda política oficial teve início em agosto, mas as mídias sociais já veiculavam desinformação, também recebidas em aplicativos como WhatsApp e Telegram, dado que a fiscalização estava travada na Câmara dos Deputados por pressão de Big Techs: “[...] é observável que as grandes empresas de tecnologia, nomeadamente Google Brasil e Telegram Brasil, adotaram estratégias impactantes e questionáveis contrárias à aprovação do Projeto de Lei nº 2.630/2020”, disse o delegado Fábio Fajngold (O impasse no [...], 2024).

Na mídia Brasileira, no mês de maio de 2022, a TV Globo - uma das maiores emissoras do país - veiculou em sua grade de programação seis telenovelas. Três delas foram reprises, transmitidas no horário da tarde, na programação de Vale a Pena Ver de Novo e as outras, veicularam pela primeira vez, nos tradicionais horários das seis, sete e nove da noite.

A análise pretendida nesta investigação buscou compreender diante desse contexto, como personagens negras em telenovelas foram representadas.

Metodologia

Para esta pesquisa, propõe-se analisar as imagens de controle a partir da metodologia hermenêutica de profundidade (Thompson, 1995) com apoio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), conjunto de técnicas que auxiliam na organização da análise.

A Hermenêutica de Profundidade é um referencial teórico-metodológico proposto por John Thompson, sociólogo britânico, como instrumento para análise do contexto de formação e interpretação de formas simbólicas. Utilizado pelas áreas da Sociologia e da Comunicação, esse referencial propõe uma interpretação do fenômeno comunicativo em diferentes contextos. O aporte da Hermenêutica de Profundidade analisa a maneira como as formas simbólicas são produzidas, transformadas e transmitidas na sociedade: “fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos” (Thompson, 1995, p. 23). A Hermenêutica de Profundidade parte do pressuposto de que a análise social já é uma interpretação feita pelos sujeitos que vivem a realidade. Nesse sentido, os fenômenos e os acontecimentos são uma pré-interpretção, um campo reinterpretado. Ao analisar as imagens enquanto discursos e formas simbólicas, é possível reconhecer que os conteúdos possuem uma intencionalidade dos emissores.

O corpus de análise é composto por cenas de seis telenovelas, veiculadas de 16 a 20 de maio de 2022: (1) O Cravo e a Rosa (2000-2001), do autor Walcyr Carrasco; (2) A Favorita (2008), de João Emanuel Carneiro; (3) O Clone (2001-2002), da autora Gloria Perez; (4) Além da Ilusão (2022), de Alessandra Poggi; (5) Quanto mais vida, melhor! (2021-2022), de Mauro Wilson; e (6) Pantanal (2022), remake de Bruno Luperi, com supervisão de Benedito Ruy Barbosa. A seleção das cenas (apêndice I) foi realizada com base nas imagens de controle (Collins, 2019), e a análise parte da reflexão de como a ideologia dessas imagens está a serviço do poder, reproduzindo e sustentando relações de dominação. Para Thompson, os meios de comunicação veiculam formas simbólicas definidas por uma classe dominante. Analisar como as novelas reproduzem relações de dominação por meio das imagens é fundamental para ler criticamente os meios de comunicação.

Assim, as imagens se constituem a partir de estereótipos: Mammy, Matriarca, Rainha da Assistência Social, Dama Negra, Jezebel e Hoochie. A quem interessa manter as mulheres negras em papéis que as colocam sempre em posição subalterna? A fixação

dessa representação é uma maneira de reproduzir e sustentar relações de dominação, a partir de um padrão de olhar racista e discriminatório sobrepondo questões de classe, gênero e sexualidade.

Descrição das cenas e análise

Junto à descrição das cenas, aponta-se o enquadramento nas imagens de controle (Collins, 2019) e a relação com os modos de operação da ideologia (Thompson, 1995), trazendo possíveis estratégias empregadas em cada uma das situações.

Cena 1 - Personagem Etelvina - Novela: O Cravo e a Rosa

A primeira cena, veiculada no dia 16 de maio, mostra uma conversa entre Cornélio (Ney Latorraca) e Etelvina (Rosane Corrêa), sua empregada. No diálogo entre os personagens, Etelvina conta que Dinorá (Maria Padilha), mulher de Cornélio, mentiu para ele, dizendo que não havia saído de casa naquela tarde. Cornélio agradece a empregada. Etelvina pode ser enquadrada na imagem de controle Mammy, por ser uma personagem negra, mostrada como empregada doméstica e leal a seu patrão. A estandarização de personagens negras a partir de construção simbólica em posição subalterna é um modo de operação da ideologia baseada na unificação. No caso da representação das empregadas domésticas na mídia, passam-se os anos e ainda observa-se um certo comportamento, linguagem e modo de vestir que colaboram para construção simbólica desse lugar.

Cena 2 - Personagem Lourdes - Novela: O Cravo e a Rosa

Na segunda cena, veiculada no dia 16 de maio, podemos ver Lourdes (Carla Daniel) e Fábio (Carlos Evelyn) após uma noite juntos, em que ele se levanta rapidamente tentando não acordá-la. Quando Lourdes percebe, pede para Fábio ficar, mas ele a ignora e sai às pressas. A personagem Lourdes se enquadra na imagem de controle Jezebel, por ser uma mulher negra, que aparece em cena como insaciável. A narrativização nesse momento da cena, e após, mostra a legitimação da posição do personagem masculino branco como alguém superior à mulher negra.

Cena 3 - Personagem Alícia - Novela: A Favorita

A terceira cena, veiculada no dia 16 de maio, mostra Alícia (Taís Araújo) em comício de Romildo Rosa (Milton Gonçalves), seu pai. Alícia tenta prejudicá-lo tirando a roupa no evento em que Romildo discursa, porque ele não se esforçou para liberar uma verba pública para que ela fizesse uma exposição de arte. Alícia pode ser enquadrada como a imagem de controle Hoochie, por ser negra e usar sua sexualidade como objetivo para se vingar do pai. A personagem se destaca das demais por oferecer risco ao personagem masculino dominante, o modo de operação da ideologia é baseado na fragmentação. Pode-se dizer que, nesse caso, Alícia difere das demais personagens de forma negativa.

Cena 4 - Personagem Dalva - Novela: O Clone

A quarta cena, veiculada no dia 18 de maio, mostra um diálogo entre Dalva (Neusa Borges), governanta da casa, e Yvete (Vera Fischer). Na conversa, Dalva recebe a notícia que será madrinha do filho de Yvete, ela desabafa que nunca havia sido convidada para ser madrinha de nenhum dos filhos de seu patrão. Dalva se enquadra na categoria Mammy, por ser negra retinta, representar idade compatível a mãe/avó dos personagens Lucas (Murilo Benício) e Mel (Débora Falabella), e além disso, e por ser tratada como parte da família. Apesar disso, o modo de operação da ideologia se dá a partir da dissimulação, já que há uma hierarquia entre patrão e empregada, que se mostra velada nesse discurso.

Cena 5 - Personagem Manuela - Novela Além da ilusão

Na quinta cena, veiculada no dia 16 de maio, a personagem Manuela (Mariah da Penha) revela onde está Dorinha à sua patroa. Manuela se enquadra na imagem de controle Mammy, por ser negra, obesa e demonstrar ser fiel à patroa. O modo de operação da ideologia é a unificação, a mesma utilizada na primeira cena selecionada, pela construção da personagem estereotipada que traz referência a própria Mammy que originou o termo.

Cena 6 - Personagem Emília - Novela: Além da ilusão

Na sexta cena, veiculada em 19 de maio, Emília (Gaby Amarantos) contracenava com seu amante Enrico (Marcos Veras), fazendo planos após trocarem fichas falsas por dinheiro no Cassino. Emília pode ser enquadrada na imagem de controle Hoochie, por sua obstinação em ser famosa é capaz de trair o marido e aplicar golpes. A construção da personagem se revela por meio de dissimulação, pois na realidade o empoderamento que a personagem

experimenta é apenas um eufemismo, ela se coloca naquela situação por não ter como alcançar seu sonho de outra forma, é apenas a partir de mentiras que avança na narrativa.

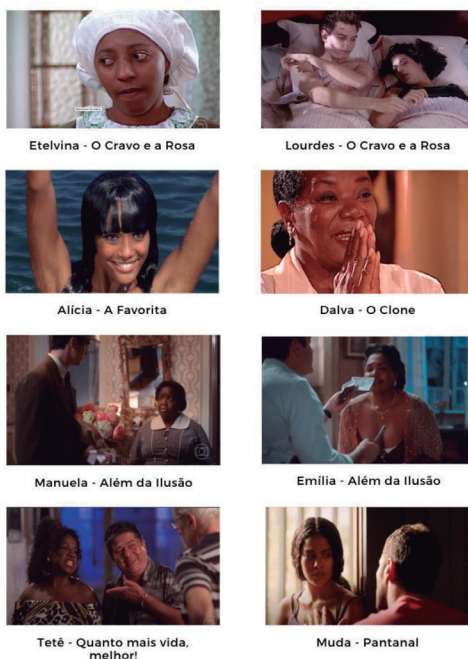
Cena 7 - Personagem Tetê - Novela: Quanto mais vida, melhor!

Na sétima cena, veiculada no dia 18 de maio, Édison (Stepan Nercessian) fala para Tetê (Zeze Barbosa) ter ficado sabendo que Osvaldo (Marcos Caruso) se separou e oferece colo a ele. A personagem Tetê se enquadra na imagem de controle Jezebel, pelo modo como se coloca a partir da atitude direta em consolar Osvaldo. A reificação pode ser apontada como modo de operação da ideologia nessa cena, em função da naturalização da personagem negra como alguém que não se estabelece como primeira opção para um relacionamento.

Cena 8 - Personagem Muda - Novela: Pantanal

Na oitava cena, Muda, também conhecida por Rute (Bella Campos), tenta persuadir Levi (Leandro Lima) a cometer um crime de vingança em troca de seu amor. A personagem Muda pode ser enquadrada na imagem de controle Hoochie, pois ela joga com os sentimentos do outro personagem, para conseguir o que quer. O modo de operação da ideologia é a legitimação, que ocorre pela narrativização quando a personagem recorre ao passado de sua família, em que seu pai foi morto e sua mãe morreu em seus braços.

Imagem I - Imagens das personagens negras nas cenas analisadas



Fonte: Globoplay (ago. 2022).

Quem controla a imagem das mulheres negras tem uma intenção. A crueldade da escravização produziu o domínio do corpo e dos sentidos dos povos ancestrais. A mulher branca sempre foi a referência de perfeição estética e moral nas produções audiovisuais. Contudo, a ficha técnica das produções explica a ideologia da branquitude, ao conceber estereótipos para aprisionar as mulheres negras em papéis de submissão, ganância, mau caráter, hipersexualidade, entre outras imagens que beneficiam as brancas. Collins (2019) descreve com precisão os padrões definidos e o que eles representam.

A Mammy é uma personagem que dedica a vida ao cuidado de sua família branca, sendo recorrente nas representações da mulher negra nas novelas. Ela é uma subordinada, amorosa e altruísta empregada doméstica que realiza suas funções alegremente sem esperar uma compensação financeira. É um estereótipo que reforça a falsa ideia de harmonia entre brancos e negros, como se a relação construída pudesse redimir os brancos dos pecados do racismo e da escravidão.

É importante ressaltar que as Mammys têm um outro papel também a de serem fiéis aos seus patrões, e isso é mostrado em duas das cenas analisadas, as das personagens Etelvina e Manuela, elas aparecem para revelar algo: Etelvina conta a Cornélio que sua esposa mentiu; e Manuela diz onde está a filha sumida da patroa. As relações de dominação são reforçadas através do discurso que recorre à operação da ideologia chamada naturalização. Para Thompson, naturalizar atos e fatos é uma forma de perpetuar olhares hegemônicos e reproduzir relações de dominação.

Em *O Clone*, notou-se que a personagem negra Dalva (Neuza Borges), que trabalhava para servir à família branca, teve um papel bastante representativo na trama em que estava envolvida. Na cena analisada em que Dalva contracenava com Ivete (Vera Fischer) e Lucas (Murilo Benício), a personagem se mostra incomodada com a viagem de Lucas, filho de seu patrão Leônidas (Reginaldo Faria), como se pudesse impedir sua ida, pelo lugar que ocupa na família, no entanto, é apenas a governanta da casa. A personagem demonstra um temperamento forte, em muitas ocasiões ela toma decisões importantes dentro da casa, assume um papel de mãe substituta, para o filho e a neta de Leônidas. Sabemos que a cena tenta reproduzir a ideia colonial da ama de leite, a mãe escravizada. O discurso da cena é uma forma simbólica e não subsiste no vácuo (Thompson, 1995), ela é produzida, alterada, interpretada, aprendida, recebida e inter-relacionada em condições sociais e históricas. O contexto da escravização é fundamental para entender essa produção de sentido. As formas simbólicas são um produto cultural, algo que se constrói, modifica, se

aprende e se transmite, é um elemento característico das sociedades humanas. Mesmo aquilo que se acredita ser atemporal e universal, como o papel das mulheres negras na sociedade, parte de algum contexto histórico e social.

O que Etelvina, Dalva e Manuela têm em comum é o fato de que sua imagem é controlada por uma representação didaticamente pensada para acomodá-las ao papel servil de domesticada. A mammy é a mulher negra que em pleno século 21 é resgatada de anos de trabalho escravo na casa dos brancos exploradores. A telenovela serve como espelho dos papéis que existem na sociedade para manter a ordem social e o status quo da classe com poder econômico e político, racista e despolitizada.

Já a Jezebel é um estereótipo que mostra a sexualidade da mulher negra como algo fora da normalidade. Na cena da personagem Lourdes, ela aparece na cama com seu parceiro acordando e tentando sair sem ela perceber. Logo após, em conversa na sequência da cena anterior, um amigo comenta a aparência do personagem, se ele teria sido atropelado por um bonde, em resposta diz que teria sido por Lourdes, e que se continuasse assim ficaria em ossos. A outra cena analisada, dentro da categoria Jezebel, é com a personagem Tetê, que ao ser avisada que Osvaldo teria levado “o fora” de Ledda, se oferece para dar colo a ele. As duas cenas têm mulheres negras em posição de inferioridade em relação a homens brancos, os diálogos e as imagens de alguma forma as mostram como mulheres insaciáveis, seja na cama ou no meio da rua são sempre cenas relacionadas ao sexo. É uma imagem de controle recorrente, com a função ideológica de reproduzir relações de dominação, por meio de um produto audiovisual. Para Thompson, os meios técnicos são importantes não apenas como canais de distribuição de formas simbólicas, mas também como mecanismos que criam novos tipos de relações sociais que se difundem no tempo e no espaço (Thompson, 1995). O autor observa as interações, as condições e o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas com o exame das regras, convenções, posições, desigualdades e assimetrias, recursos e capitais simbólicos e culturais que circulam nos contextos socialmente estruturados. O estereótipo da Jezebel representa mulheres negras como sedutoras e promíscuas. As mulheres brancas têm uma imagem elegante e recatada, as mulheres negras, no período da escravidão, tinham de trabalhar praticamente nuas. O estupro era a regra além dos maus tratos. Jezebel é uma imagem de controle de uma mulher despuddorada, libertina - uma forma de justificar o comportamento abusivo dos homens brancos e a moral superior das mulheres brancas.

São imagens que aprisionam as mulheres negras em uma existência de mulher fácil e disposta a tudo, afinal como fala o anúncio - “é pelo corpo que se conhece uma negra”.

Alícia, Emília e Muda são inescrupulosas e utilizam a própria imagem ou a sensualidade como ferramenta para alcançar seus objetivos e obter benefícios. São as Hoochies, mulheres ardilosas, com segundas intenções, que são capazes de qualquer coisa para conseguir o que querem. Também são relacionadas a cenas de sexo, mas nunca estão em posição desigual aos homens e outras mulheres, são estereótipos negativos que usam o sexo como forma de poder. Geralmente são personagens que figuram como antagonistas, que estão em lado oposto, suas trajetórias nas narrativas nem sempre acabam bem.

A cena com Alícia a coloca como uma mulher capaz de chantagear o próprio pai, e usar seu corpo para aparecer na primeira capa do jornal, como vingança por não ter recebido dinheiro para realizar sua exposição. Já a personagem Emília aparece na cama com o dinheiro que ela e o amante roubaram no cassino com fichas falsas, ela quer se mudar para o Rio de Janeiro e ser cantora famosa. A personagem Muda manipula o peão da fazenda, induzindo-o a assassinar um antigo desafeto familiar e oferecendo a si mesma como recompensa pelo ato. Todos os objetivos das personagens giram em torno de fama, vingança e dinheiro, elas usam a sexualidade como meio para conseguir seus propósitos.

Considerações finais

É importante ressaltar que dentre as reprises, apenas o Clone apresenta um número maior de atores e atrizes negras. Na pré-análise, notou-se que em *O Cravo e a Rosa*, os negros e negras aparecem como figurantes, que são descendentes de escravos e normalmente trabalham na rua, como feirantes, engraxates, profissões desvalorizadas na sociedade retratada da época.

Nas novelas em exibição inédita, nota-se que a que menos possui negros é *Pantanal*. Em *Além da Ilusão*, o diretor Luis Henrique Rios afirma que há um elenco com mais de um terço de atores negros. Importa saber que a autora teve auxílio de consultores para desenvolver a história, como o intelectual Nei Lopes, que estuda cultura e diáspora africanas (Farad, 2022). Já a telenovela *Quanto mais vida, melhor!* possui personagens negros, mas eles orbitam em torno dos protagonistas da trama. Ganha destaque a personagem Rose (Bárbara Colen), que interpreta uma ex-modelo, disputada no decorrer da narrativa por dois protagonistas, diferente de outras Tramas em que as personagens negras aparecem

como namoradas ou amantes, que serão trocadas em algum momento por protagonistas brancas.

Essas formas simbólicas, ou mensagens como são tratadas na perspectiva da análise formal ou discursiva, são os textos, as falas, as imagens paradas ou em movimentos, as ações, os gestos, olhares, enfim, tudo aquilo que pode dizer ou expressar algo. Na análise formal ou discursiva, coloca-se que formas simbólicas são produtos contextualizados, que em decorrência da sua estrutura tem capacidade e objetivo de dizer algo sobre alguma coisa a alguém. A produção audiovisual, em particular as novelas, veiculam discursos ideológicos que a partir do controle das mensagens, articulam o que se diz, como se diz, para quem se diz, com o objetivo de perpetuar privilégios e reproduzir relações de dominação. Investigar o papel das formas simbólicas como espaços de disseminação de imagens de controle é fundamental para detectar discursos racistas e denunciá-los, anunciando novas formas de produção de imagens do mundo real que emerge pós cotas e empoderamento negro e feminista.

Cabe ressaltar a importância de que pesquisadores possam empregar cada vez mais métodos de análise crítica das mídias. A análise demonstra que essas representações não foram meramente artísticas, mas atuaram como dispositivos ideológicos que reforçaram o poder branco hegemônico, justificando a manutenção de privilégios e desigualdades sociais.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

CANDIDO, Márcia Rangel; FERES JÚNIOR, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema Brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. e54549, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5zzSXRTXZgsN8CMcYjhYQvg/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARAD, Daniel. Com um terço do elenco negro, Além da Ilusão rejeita pecha de 'novela branca'. **Notícias da TV**, São Paulo, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/com-um-terco-do-elenco-negro-alem-da-ilusao-rejeita-pecha-de-novela-branca-73935?cpid=txt&cpid=txt>. Acesso em: 15 maio 2022.

PEREZ, Gloria (autora). **O Clone**. Rio de Janeiro: TV Globo, 2001. I trecho (7min30s). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10588149/?s=07m30s>. Acesso em: 18 maio 2022.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIANNA, Rodolfo. O impasse no processo de regulação do ambiente digital no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-impasse-no-processo-de-regulacao-do-ambiente-digital-no-Brasil/>. Acesso em: 03 outubro 2025.

Apêndice I

Tabela I - Categorização das personagens nas imagens de controle

| Telenovela | Personagem | Minutagem | Mammy | Matriarca | Rainha da Assistência Social | Dama Negra | Jezebel | Hoochie |
|------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------|-------|-----------|------------------------------|------------|---------|---------|
| O Cravo e a Rosa Dia 16/05 | (1) Etelvina (2) Lourdes | (1) 00:00:30 - 00:00:50 (2) 00:13:23 - 00:14:55 | X | | | | X | |
| A Favorita 16/05 | Alícia | 00:23:55 - 00:25:40 | | | | | | X |
| O Clone 18/05 | Dalva | 00:05:23 - 00:07:50 | X | | | | | |
| Além da ilusão 16/05 | Manuela | 00:06:24 - 00:06:46 | X | | | | | |
| Além da ilusão 19/05 | Emília | 00:16:46 - 00:17:54 | | | | | | X |
| Quanto mais vida, melhor! 18/05 | Tetê | 00:16:00 - 00:16:32 | | | | | X | |
| Pantanal 18/05 | Muda (Rute) | 00:07:19 - 00:10:35 | | | | | | X |

Fonte: sistematização realizada pelas autoras (maio, 2022).